

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Gustavo Laureano Pinto

As fake news e o discernimento:
uma reflexão ético-teológica sobre o ambiente digital

SÃO PAULO

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Gustavo Laureano Pinto

As fake news e o discernimento:
uma reflexão ético-teológica sobre o ambiente digital

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
como exigência parcial para obtenção do título de
Bacharel em Teologia.
Orientador: Prof. Dr. Pe. Tiago Gurgel do Vale

SÃO PAULO
2023

Aos meus pais, Claudinei e Gisleine, meu
irmão, Rafael, e meus amigos, Diego,
Douglas, Guilherme, Jhonatan e Victor.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Uno e Trino, Deus de toda consolação, a quem devo a existência, que me deu a vida, causa de toda a alegria e fonte de toda verdade, que me chama cotidianamente para segui-lo mais de perto, auxiliando-me nos momentos de desânimo e medo, e em quem meu coração, mesmo inquieto, já sabe onde quer repousar;

À Igreja Diocesana de Santo André, nomeadamente na pessoa de Sua Exma. Revma. Dom Pedro Carlos Cipollini, pela acolhida no seminário, pela proximidade de Pai e Pastor, e pelo testemunho, que juntamente com o restante do presbitério e todo o Povo de Deus, inspiram a minha caminhada para o serviço ao Reino nesta Diocese;

Ao Seminário Diocesano de Santo André, em especial meus reitores nesta etapa da configuração, Pe. José Aparecido Cassiano e Pe. Rudnei Sertorio, por saberem ouvir e acolher minhas dificuldades e anseios, por iluminarem minhas potencialidades mesmo quando eu não as enxergava, por orientarem minha caminhada formativa; aos demais formadores, colaboradoras, aos meus irmãos de turma, Diego das Dores Gonzaga e Willian Maia Gomes Leite, e aos demais seminaristas da etapa da configuração e das demais casas de formação, pela convivência, partilhas e comunhão de vida nos diversos momentos do processo formativo;

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, através da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, pela oportunidade de me encantar pelo pensamento teológico e por contar com excelentes professores e colaboradores que nos acompanharam nesse processo acadêmico; ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Conselho de Ensino e Pesquisa (PIBIC-CEPE) desta instituição, pela bolsa de iniciação científica, que deu origem à ideia desta monografia; aos estudantes de teologia de minha turma que partilharam o labor teológico ao longo de muitas manhãs, acolhendo e sendo provocados pelos ensinamentos de nossos mestres;

Ao Prof. Dr. Pe. Tiago Gurgel do Vale, orientador deste trabalho, por acreditar em minhas capacidades para a produção deste escrito, bem como pelas conversas inspiradoras, para a efetivação deste texto e para a minha caminhada cristã;

À minha família: meu pai, Claudinei Ribeiro Pinto; minha mãe, Gisleine Laureano Pinto, e meu irmão, Rafael Laureano Pinto, que, apesar das distâncias físicas tanto me apoiam nesta caminhada e em todas as minhas decisões, pela união dos corações, de vida, pelo carinho, pelas orações e pelo incentivo aos estudos;

Aos diversos amigos, de tantos lugares por onde passei, pelo cuidado com minha vocação e pelo constante carinho; a todos que me ajudaram nessa jornada.

Quem mente a si mesmo e escuta as próprias mentiras, chega a pontos de já não poder distinguir a verdade dentro de si mesmo nem ao seu redor, e assim começa a deixar de ter estima de si mesmo e dos outros. Depois, dado que já não tem estima de ninguém, cessa também de amar, e então na falta de amor, para se sentir ocupado e distrair, abandona-se às paixões e aos prazeres triviais e, por culpa dos seus vícios, torna-se como uma besta; e tudo isso deriva do mentir contínuo aos outros e a si mesmo

Fiódor Dostoiévski

RESUMO

Os avanços nas tecnologias comunicacionais presentes no século XXI descortinam um novo período nas relações sociais, marcadas pela relação instantânea, em todo tempo e lugar. Este processo traz implicações para a relação pessoal com a religião, bem como desafios éticos da utilização destas novas tecnologias. Passando por um processo de renovação no século XX, a Teologia Moral Católica busca promover uma reflexão para qualificar o agir dos fiéis, cada vez mais inseridos nos contextos digitais. O objetivo deste trabalho é verificar, a partir da Ética Teológica, como o problema das *fake news* pode ser superado, para uma boa vivência nos ambientes digitais. O método utilizado neste trabalho é a pesquisa bibliográfica, a partir de autores que tratam sobre as características do mundo digital, sobretudo Pierre Lévy, bem como autores que tratam sobre a moral católica, utilizando principalmente o ensinamento do Papa Francisco sobre o discernimento e as *fake news*. A teologia moral contemporânea pode participar do debate público e colaborar para que o uso das redes sociais não seja marcado pela falsidade e pela manipulação, mas sim pela verdade, unidade e cuidado com a pessoa humana, categorias apresentadas pelo Papa Francisco que indicam um caminho valioso e válido na superação das notícias falsas. Para que isso aconteça, é preciso a formação da consciência, em constante discernimento, que permite que a comunidade de fé possa examinar-se e verificar quais passos pode dar na promoção de um mundo mais fraterno, dentro e fora das redes.

Palavras-chave: Digital; *Fake News*; Moral; Francisco; Discernimento.

ABSTRACT

The 21st-century advances in communication technologies have ushered in a new era of social relations characterized by instantaneous connections across all times and places. This process has implications for personal relationships with religion, as well as ethical challenges in the use of these new technologies. Undergoing a renewal process in the 20th century, Catholic Moral Theology seeks to promote reflection that can qualify the actions of the faithful, increasingly immersed in digital contexts. The objective of this study is to explore, from the perspective of Theological Ethics, how the problem of fake news can be addressed for a good experience in digital environments. The method used in this work is bibliographic research based on authors who deal with the characteristics of the digital world, especially Pierre Lévy, as well as authors who deal with Catholic morals, mainly using Pope Francis' teaching on discernment and fake news. Contemporary moral theology can participate in public debate and collaborate to ensure that the use of social networks is not marked by falsehood and manipulation, but by truth, unity, and care for the human person, categories presented by Pope Francis that indicate a valuable and valid path in overcoming fake news. For this, it is necessary to form a conscience in constant discernment, which allows the community of faith to examine itself and determine what steps could be taken to promote a more fraternal world, both within and outside digital networks.

Keywords: Digital; Fake News; Moral; Francis; Discernment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL	Exortação Apostólica pós-sinodal <i>Amoris Laetitia</i> sobre o amor na família
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CP	Instrução Pastoral <i>Communio et Progressio</i> sobre os meios de comunicação
CV	Exortação Apostólica pós-sinodal <i>Christus Vivit</i> aos jovens e a todo o Povo de Deus
DCE	Carta Encíclica <i>Deus Caritas Est</i> sobre o amor cristão
DD	Carta Apostólica <i>Desiderio Desideravi</i> sobre a formação litúrgica do Povo de Deus
DAp	Documento de Aparecida
DV	Constituição Dogmática <i>Dei Verbum</i> sobre a Revelação Divina
EG	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i> sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual
FT	Carta Encíclica <i>Fratelli Tutti</i> sobre a fraternidade e a amizade social
GE	Exortação apostólica <i>Gaudete et Exsultate</i> sobre o chamado à santidade no mundo atual
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i> sobre a Igreja no mundo atual
HS	Constituição Apostólica <i>Humanae Salutis</i> para a Convocação do Concílio Vaticano II
IM	Decreto <i>Inter Mirifica</i> sobre os meios de comunicação social
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i> sobre a Igreja
OT	Decreto <i>Optatam Totius</i> sobre a formação sacerdotal
RD	Carta Apostólica <i>O Rápido Desenvolvimento</i> aos responsáveis pelas comunicações sociais
RM	Carta Encíclica <i>Redemptoris Missio</i> sobre a alidade permanente do mandato missionário
SC	Constituição Conciliar <i>Sacrosanctum Concilium</i> sobre a sagrada liturgia
VG	Constituição Apostólica <i>Veritatis Gaudium</i> sobre as universidades e faculdades eclesiais
VS	Carta Encíclica <i>Veritatis Splendor</i> sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O AMBIENTE DIGITAL, SUAS CARACTERÍSTICAS E ALGUMAS PROBLEMÁTICAS.....	12
1.1 Algumas características do ambiente digital.....	13
1.2 Ciber-religião: a mediatização da religião	18
1.3 A Igreja Católica e a comunicação digital.....	19
1.4 As problemáticas morais dentro do ambiente digital.....	23
1.4.1 As <i>fake news</i>	24
1.4.2 As <i>fake news</i> contra o Papa Francisco	27
2 A MORAL E SUA RENOVAÇÃO	30
2.1 A teologia moral: de Trento ao início do século XX	31
2.2 O Movimento da Renovação da Moral.....	33
2.3 O Concílio Vaticano II	36
2.3.1 O Decreto <i>Optatam Totius</i>	38
2.3.2 A Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>	40
2.4. O período pós-conciliar	43
2.4.1 João Paulo II	43
2.4.2 Francisco.....	45
3 POR UMA CIBERÉTICA A PARTIR DO DISCERNIMENTO	48
3.1 O discernimento nas Sagradas Escrituras.....	49
3.1.1 Antigo Testamento	49
3.1.2 Novo Testamento.....	50
3.2 O discernimento no magistério do Papa Francisco	52
3.2.1 O seguimento de Jesus.....	57
3.2.2 A formação integral	58
3.2.3 A formação da consciência.....	60
3.3 Um discernimento das comunicações digitais para a superação das <i>fake news</i>	61
3.3.1 O discernimento para a verdade	62
3.3.2 Um discernimento para o diálogo e para a unidade.....	64
3.3.3 Um discernimento em vista da pessoa humana	68
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS.....	75

INTRODUÇÃO

Falar de comunicação dentro do ambiente eclesial não é simplesmente um dado antropológico, como uma característica exclusiva dos seres humanos, mas é também uma realidade teológica, onde as Pessoas Divinas vivem em plena comunhão e autorrevelam-se, por sua bondade e desejo, possibilitando ao homem participar da vida divina, mostrando que a comunicação humana é inspirada pela comunicação trinitária. O cristianismo, desde muito cedo, compreendeu-se como religião da comunicação divina ao ser humano, dimensão que lhe é intrínseca.

Os últimos anos, sobretudo a partir do advento do novo milênio, marcaram uma verdadeira revolução entre o aparato comunicativo da humanidade a partir da revolução tecnológica-comunicacional, que culminaram no surgimento da *Internet*, dos aparelhos portáteis e das redes sociais, possibilitando consideráveis avanços em um curto período temporal. Todos estão conectados o tempo todo, permitindo novas relações entre as pessoas. Contribuiu para o processo de implantação da regalia digital a pandemia da Covid-19, que acelerou, de forma forçosa, diversos processos de midiatização, que impactaram também o contexto eclesial.

Esta nova realidade relacional descontinuada pelas redes sociais evidenciou uma das principais preocupações presentes desde o advento da *Internet*: a sua correta utilização. Enquanto alguns veem os benefícios desta tecnologia, outro grupo apenas vê as suas possibilidades negativas, esquecendo-se que, na verdade, onde o homem está inserido, há a possibilidade de uso correto ou incorreto das realidades criadas. Ainda que aja uma vocação originária benéfica dos novos meios de comunicação, é o usuário de tal tecnologia que pode determinar o modo de utilização das redes, procurando estreitar laços e promover um ambiente mais fraterno entre os usuários. Olhando a prática concreta vista nas redes, parece que tal objetivo não é alcançado em sua totalidade, já que os discursos de ódio, a disseminação de *fake news* e outros tantos atos nocivos despontam reinantes, em muitos casos.

Este trabalho de conclusão de curso deriva do projeto de iniciação científica, que teve como proposta averiguar a relação entre teologia e *Internet*. A partir disto, emergiu a proposta de analisar o ambiente digital por uma de suas principais problemáticas morais, as *fake news*, à luz da ética teológica contemporânea. A aparição das *fake news* diz respeito à atuação dos usuários, crentes ou não, no ambiente digital, o que justifica a sua abordagem à partir da moral. Para atingir tal objetivo geral, será necessário desenvolver outros três objetivos específicos: observar as características do ambiente digital e como ele é capaz de mudar as relações

interpessoais, bem como a relação pessoal com a religião, de maneira especial, a cristã-católica; analisar a renovação da moral ocorrida no século XX como base para a teologia moral contemporânea, que se manifesta de modo evidente no Magistério do Papa Francisco; estabelecer quais os pressupostos para uma ciberética, à luz da categoria do discernimento, em vista de uma maior comunhão entre os seres humanos.

Para cumprir tais objetivos, o trabalho procederá a partir de dois modos de aproximação entre comunicação e teologia: o estudo da comunicação como contexto para o saber teológico e o uso de estruturas da comunicação para estabelecer uma reflexão teológica. O seu desenvolvimento será através da pesquisa bibliográfica de autores que trabalham o ambiente digital, sobretudo Pierre Lévy, um dos primeiros e principais teóricos das novas tecnologias. Suas obras contribuem para que se identifique a lógica presente no ambiente digital e as mudanças tecnológicas e antropológicas nela manifestas. Também serão utilizados teólogos que tratam sobre a Moral Renovada, bem como a utilização de uma ampla bibliografia dos discursos e escritos do Papa Francisco, para a aplicação da teologia moral ao ambiente digital na possibilidade de se estabelecer um modo de agir nas redes sociais inspirado pela fé cristã.

O desenvolvimento do trabalho se dará em três capítulos. No primeiro, há uma análise do ambiente digital em sua pluralidade de novidades no processo comunicativo, como o seu modelo de *hipertexto* para a participação comunitária na construção do conhecimento. A descentralização da produção de conhecimentos, a democratização da informação e a implosão das limitações geográfico-temporais marcam a chamada *cibercultura*, que emerge do ambiente digital, que convive simultaneamente com o mundo desconectado. A religião cristã tem espaço cativo neste ambiente, mas precisa entender as suas estruturas para adaptar-se e realizar o anúncio do Evangelho de forma efetiva. As *fake news* emergem como a principal problemática moral deste ambiente, onde nem mesmo as autoridades eclesiais estão isentas de sofrerem com este mal.

No segundo capítulo, verificar-se-á as bases da teologia moral, advindas a partir do Concílio de Trento, que a estabeleceu como disciplina teológica independente. O movimento de renovação da moral, iniciado às portas do século XX, influenciará diretamente o modo como a discussão ética estará presente no Concílio Ecumênico Vaticano II, acentuando uma antropologia positiva, manifesta sobretudo pela moral da consciência. Papa Francisco, como filho do Concílio, manifestará em seu Magistério a sua compreensão de moral em continuidade com as propostas conciliares.

No capítulo derradeiro, utilizar-se-á a categoria ética do discernimento presente nas Sagradas Escrituras e nos escritos de Francisco, buscando iluminar as *fake news*, evitando seus

efeitos nocivos no mundo e na comunidades dos crentes, promovendo a verdade, a unidade e a centralidade da pessoa humana como princípios norteadores de ação.

Com estes três capítulos, pretende-se mostrar que a teologia católica pode se aproximar do debate presente dentro dos espaços comunicacionais das redes sociais. Neste sentido, a reflexão da teologia moral contribui, se não para a extinção das *fake news*, para a sua diminuição, ao aumentar a consciência dos seus males nos sujeitos eclesiais presentes nas redes, possibilitando uma melhor vivência comunitária no ambiente digital. Para que isso se efetive, é necessário um retorno a Jesus como fonte de toda moralidade de inspiração cristã, buscando n'Ele modos sempre novos de manifestar a Graça de Deus a todas as pessoas.

1 O AMBIENTE DIGITAL, SUAS CARACTERÍSTICAS E ALGUMAS PROBLEMÁTICAS

Uma das principais ideias sustentada por Pierre Lévy, estudioso das novas tecnologias comunicacionais, na sua obra “As tecnologias da inteligência” é a de que cada método de informação utilizado ao longo da história humana pelas diversas sociedades é acompanhado de um modo específico de pensamento. A técnica tem papel basilar na forma como o ser humano pensa a si mesmo e a sua realidade, fazendo diretamente parte de sua cultura (cf. LÉVY, 2010b, p. 12) e se revelando como um produto que capacita a compreensão de determinada sociedade. Após a oralidade e a escrita, estamos diante da consolidação de uma nova técnica comunicativa, a informática, advinda de diversos desenvolvimentos no final do século XX e início do século XXI, que condiciona um novo olhar para o mundo. Este condicionamento não deve ser entendido como um determinismo tecnológico¹, mas como uma estrutura que permite adentrar no espírito de uma época. Isso fica ainda mais evidente no caso da informática e dos aparelhos eletrônicos, pois é, literalmente, através das diversas telas portáteis e ultraleves (já previstas por Lévy em 1990, LÉVY, 2010b, p. 36) que o ser humano se vê inserido na sociedade global contemporânea. Estamos diante de uma mudança de paradigma (cf. HAN, 2018, p. 10), sentida como mais radicalidade do que as demais passagens das demais tecnologias de informação por, a cada dia, surgirem novas atualizações neste processo.

A partir destas transformações, tão recentes, mas tão bem firmadas, verifica-se que as novas tecnologias impactam os diversos campos da vida humana, como os processos econômicos, educacionais, trabalhistas, cognitivos, sensitivos, comportamentais, recreativos (cf. HAN, 2018, p. 10), agora mediados pelas telas. Tais mudanças são significativas a ponto de desvelar as diversas alterações antropológicas ocasionadas pelo ambiente digital. É difícil, a partir dos avanços tecnológicos, pensar um mundo sem estas estruturas recentes, mas quase indispensáveis para o homem pós-moderno.

Esta nova estrutura presente para a humanidade muda radicalmente o modo do humano se relacionar. Antes, a utilização das cartas e dos telefonemas era soberana para manter o contato entre conhecidos. Com as novas mídias, a relação é instantânea, não sendo realizada apenas pelo dado escrito ou falado, mas pelo audiovisual, nas chamadas de vídeo, bem como pelo contato constante com as mensagens particulares. Outro fator importante é a redução entre o espaço privado e o público (cf. HAN, 2018, p. 13), já que as redes sociais incentivam o

¹ Por Determinismo tecnológico, referimo-nos à ideia de que os fenômenos sociais, políticos, institucionais e históricos teriam como principal propulsor a tecnologia, condicionando absolutamente a caminhada da humanidade, numa relação causa-efeito. (cf. CORRÊA; GEMERIAS, 2013).

compartilhamento de todos os momentos, mesmo aqueles considerados mais particulares e íntimos.

Se é possível constatar que as relações estão sendo constantemente transformadas através do ambiente digital, pode-se postular que a religião e suas práticas, marcadamente uma relação entre o humano e o sagrado, também são afetadas pelas novas tecnologias (cf. SBARDELOTTO, 2012, p. 48). A religião do século XXI é viabilizada, ainda que não exclusivamente, pelas mídias digitais, impactando a experiência pessoal e comunitária do divino.

Neste capítulo, buscar-se-á elencar algumas características do ambiente digital, bem como o seu impacto na experiência religiosa. Para auxiliar na análise, utilizar-se-á o aporte da moral, avaliando as problemáticas deste campo nas mídias sociais, com ênfase às *fake news*, como elas são construídas e se espalham tão rapidamente. Dentre estas, destacam-se as que têm como alvo o Papa Francisco, evidenciando que o sentimento de pertença católica, que na modernidade era muito ligado à figura do Romano Pontífice, parece sofrer certa relativização, visto o aumento no número de ataques, tanto pessoais, como aos seus pensamentos enquanto pastor próprio da Igreja Católica.

1.1 Algumas características do ambiente digital

Ao olhar para as características deste novo modo de informação hodierno, percebe-se que os conteúdos não são vistos de forma isolada, como na televisão ou nas fotos de família. Cada palavra, vídeo, texto, áudio, gráfico, constitui um nó, um ponto de informação que está necessariamente ligado a outros. Assim, Lévy propõe um conceito basilar para entender este emaranhado de informações, o *hipertexto*, definido como “um conjunto de nós ligados por conexões” (LÉVY, 2010b, p. 33), ou ainda como uma forma não linear de apresentar e consultar informações dentro dos ambientes das novas tecnologias. Quando se está na rede, não é necessário finalizar um conteúdo para ir ao encontro do seguinte, como acontece, na maioria das vezes, com os capítulos de um livro, lidos de forma linear. Na rede, o hipertexto permite que se renuncie a certo “formalismo lógico ao permitir que o leitor tome diferentes rumos em sua trilha pelos caminhos do saber” (SILVEIRA, 2019, p. 117), permitindo uma maior transitoriedade entre os elementos presentes online.

Já que a linearidade, características das demais formas de pensar, não coaduna com a ideia do hipertexto, Lévy evoca o esquema de rede ou fractal, ramificada. Através de “nós interconectados”, pontos informacionais, forma-se uma pequena rede de informação, que, por sua vez, se abre a diversos “novos nós” e novas redes, se conectando com novos centros

informativos, expandindo o conhecimento. O hipertexto é uma “costura de diferentes textos, uma amálgama de conceitos” (SILVEIRA, 2019, p. 115), interligados por pontos em comum, por temas vinculantes. Os conteúdos estão, assim, profundamente combinados, ainda que, partindo do mesmo “nó”, da mesma informação, seja possível chegar a metas diferentes, de acordo com os interesses e afinidades do sujeito. Assim, o “fluxo de leitura é coconstruído entre o(s) leitor(es) e as opções oferecidas pelo sistema, sem se prender a uma sequência fixa nem a tópicos estabelecidos” (SBARDELOTTO, 2012, p. 149). A *Internet* se tornou o grande expoente da junção destas pequenas redes informacionais, sendo um grande *hipertexto* e símbolo do ciberespaço (cf. LÉVY, 2015, p. 12), crescendo conforme o aumento de conteúdo adicionado à esfera virtual. O hipertexto é, por natureza, mutável, em constante crescimento (cf. LÉVY, 2010b, p. 25), sem limites pré-estabelecidos.

Embora um único texto ou até mesmo uma biblioteca, com seus livros e fichas de catalogação, possam ser entendidos como exemplos de *hipertexto*, o *hipertexto* virtual dispõe as informações em uma rede mais intuitiva e rápida (cf. LÉVY, 2010b, p. 59). Através do *hipertexto* virtual, há a quase instantaneidade da passagem entre “nós”, agilizando o acesso à informação, além de mesclar, em um mesmo equipamento, diversas formas de mídia, como sons, imagens, palavras, apresentando como uma plataforma multimídia, multimodal, experiência que nas bibliotecas não ocorre com tanta frequência. A instantaneidade das informações parece gerar uma “implosão cronológica” (LÉVY, 2010b, p. 116), pois tudo está presente no aqui e agora, mudando a relação do ser humano com o tempo e com o espaço. Assim, a velocidade e o “tempo real” das informações tornam-se uma das marcas do mundo contemporâneo, onde a transitoriedade das próprias plataformas é uma das principais características (cf. TAVARES, 2023, p. 133).

Um dos principais atributos do *hipertexto* é a democratização das informações, já que toda esta rede está disponível em qualquer computador com acesso à rede, permitindo que uma onda de informações chegue a cada pessoa. Este processo só se torna possível e realmente efetivo com a democratização da estrutura básica para o acesso às redes. Além disto, não são apenas as informações recolhidas anteriormente que chegam aos usuários; eles também são construtores e colaboradores constantes do ciberespaço, dando suas opiniões, apresentando aptidões e conhecimentos. Todos são protagonistas no ciberespaço. A rede não apresenta uma força interior, totalmente independente, mas tem uma potência que brota dos diversos indivíduos que colaboram com ela. Os usuários é que fornecem a finalidade e o sentido da técnica, já que há espaço para todos: entretenimento, trabalho, relacionamentos, educação, manipulação.

Embora seja o usuário que determina o seu modo de utilizar as redes, parece haver uma vocação benéfica dos novos meios de comunicação, estreitando laços, promovendo um local de maior fraternidade entre os povos e de resolução dos problemas que afligem a humanidade (cf. LÉVY, 2015, p. 13), otimismo teórico que, muitas vezes, foge da prática vista nas redes, onde os discursos de ódio, a disseminação de *fake news* e outros tantos atos nocivos despontam reinantes, numa tentativa de instrumentalizar o próximo em benefício próprio, até mesmo eliminando-o do seu contexto digital (cf. HOEPERS, 2023, p. 50). Para evitar que as redes sejam usadas de modo errôneo, é necessário um processo de educação tecnológica, auxiliando no compartilhamento dos saberes da humanidade e proporcionando que elas sejam um local sadio para todos, na criação de laços afetivos duráveis e confiáveis entre os seres humanos, sem obliterar o mundo desconectado, local onde as pessoas devem estar com os pés fincados (cf. LÉVY, 2010a, p. 201).

A capacidade de colaboração e soma de conhecimentos através dos *hipertextos* apresentou uma mudança sobretudo no ambiente do trabalho, já que permitiu que diversas pessoas, em locais físicos distintos, pudessem trabalhar conjuntamente em um mesmo objeto (cf. LÉVY, 2010b, p. 64), possibilidade que, embora já utilizada anteriormente, mesmo que timidamente, foi amplamente difundida no contexto da pandemia da Covid-19, já que a presença física colocaria em risco os funcionários e seus familiares. Esta forma de trabalho evidencia o caráter coletivo do *hipertexto*, capaz de criar relações e ampliar os conhecimentos mutuamente.

Como resultado da soma de saberes partilhados entre os usuários das redes, abre-se uma nova instância, uma espécie de sujeito cognitivo coletivo, que, longe de se desprender dos indivíduos, brota deles e alimenta suas experiências. Se para a modernidade, o que define o sujeito é o pensamento, hoje, vê-se que o pensamento acontece de modo coletivo e com a influência direta das tecnologias intelectuais, verdadeiros atores do pensamento, estruturas que condicionam o modo de pensar humano. Este modo coletivo não é apenas objeto, passividade, mas também sujeito. As distinções entre sujeito e objeto já não se aplicam nesta realidade, sem que haja uma dissolução entre os sujeitos neste grande coletivo, preservando-se as subjetividades (cf. LÉVY, 2010b, p. 151). As informações presentes na rede se tornam tão importantes que ganham certa ou até total autonomia, descolando-se dos homens. Com o avanço do uso das inteligências artificiais e dos algoritmos, os dados são decisivos para os mais diversos processos, como os relacionais, econômicos, sociais e até políticos (cf. HAN, 2022, p. 7).

Cria-se uma interface, uma zona de contato e pensamento permanente entre os humanos e as máquinas, expressões sensíveis da informática. É o conceito de *inteligência coletiva*, definido como “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LÉVY, 2015, p. 29), instância que se apresenta não de forma transcendente para o ser humano, mas imanente, já que brota da soma dos conhecimentos humanos.

Este modelo de inteligência não deve ser entendido de modo puramente cognitivo (cf. LÉVY, 2015, p. 26), já que abarca todas as áreas da vida humana, buscando uma renovação do laço social pelo conhecimento. Se o ser humano reconhece no outro algo que ele próprio não sabe e que pode aprender, ele deve estar disposto a mudar suas relações com esta pessoa, deixando de lado as arrogâncias, diferenças e pretensas superioridades. No ambiente virtual, é necessário um processo de abertura constante para à experiência da alteridade (cf. LÉVY, 2015, p. 93) em vista da construção do conhecimento.

Esta abertura à alteridade é vista de modo contundente a partir da proposta comunicacional advinda do ciberespaço. Com as mídias tradicionais, como o rádio e a televisão, é possível identificar uma comunicação classificada como *um-todo*, definida por ter um único emissor para vários receptores, marcando um processo de imposição de ideias e não um diálogo entre os envolvidos (cf. BRITTO, 2009, p. 144). Com a mútua participação de todos nas comunidades digitais, a comunicação se tornou todos-todos, forma nunca vista anteriormente, onde todos os usuários colaboram mutuamente, ensinando e aprendendo nas redes numa relação simétrica (cf. HAN, 2018, p. 15). Isso caracteriza uma descentralização informacional no mundo virtual e uma maior interatividade entre os sujeitos, colaborando para que haja verdadeira comunicação e diálogo (cf. SILVEIRA, 2019, p. 68), já que antes, os espectadores nada podiam fazer a não ser receber a notícia. Esta mudança paradigmática na informação seria de grande valia para evitar a manipulação da população, já que as notícias não chegariam por uma minoria, por uma única fonte (cf. LÉVY, 2010a, p. 231). Empiricamente, percebemos que um dos males atuais das redes são as *fake news*, que mostram que a manipulação não só pode, mas continua existindo, também nos meios digitais.

Esta nova rede de pensamento é um dos elementos que marcam a *cibercultura*, definida aqui como o “conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 2010a, p. 17). Este termo, a cibercultura, é cunhado por Lévy na sua obra que recebe este mesmo título, lançada em 1997. Três anos antes, ao escrever “A Inteligência coletiva”, Lévy postulava que a cultura da rede ainda estava sendo forjada. A execução, em tão pouco tempo, da realidade

pensada para o avanço tecnológico demonstra assim a velocidade das transformações nos meios virtuais, alterações que impactam pessoas de todas as idades e classes sociais (cf. TAVARES, 2023, p. 142), evidenciando o mundo digital como um novo espaço antropológico qualificado para as relações interpessoais.

O desenvolvimento das tecnologias do mundo virtual estimula o mesmo movimento no mundo cotidiano, ainda que em velocidades diferentes (cf. LÉVY, 2010a, p. 221). Para Pierre Lévy, embora a chegada da *cibercultura* seja irreversível (cf. LÉVY, 2010a, p. 217), a realidade virtual não veio em substituição ao mundo ordinário. Ambos coabitam e se ajudam mutuamente, assim como acontece com a coexistência de diversas tecnologias da informação.

Uma definição que ajuda a entender a *cibercultura* como novo paradigma social é pensá-la como um universal sem totalidade. Ao mencionar o termo universal, Lévy quer significar uma apresentação virtual da humanidade inteira para si mesma (cf. LÉVY, 2010a, p. 257), causando o sentimento de único grupo, uma única comunidade global, mas sem totalidade, ou seja, sem unidade consolidada do sentido (cf. LÉVY, 2010a, p. 257). Cada grupo presente nas redes lhe dá um significado, um uso, um sentido próprio, que estão em constante mudança, colocando a *cibercultura* sob a sombra da mutabilidade permanente, embora haja o sentimento de que se partilha de um mesmo espaço globalmente.

Isso só é possível pelo processo de virtualização que ocorreu com o surgimento do ciberespaço. Embora muitas vezes, o uso desta palavra quisesse significar a irrealidade, na acepção filosófica, o virtual não se opõe diretamente ao real, mas ao atual (cf. LÉVY, 2011, p. 16). Com a praticidade dos dispositivos móveis, até mesmo o mundo virtual é atual, andando com as pessoas em seus bolsos e sendo acessados a todo instante, evidenciando a desconstrução das distâncias (cf. HAN, 2018, p. 12), espaciais, já que se está cada vez mais próximo de pessoas de outras localidades, e mentais, pois o amplo compartilhamento de informações permite que todos deem as suas opiniões, desvelando pensamentos. Assim, o virtual é real, não substituindo-o, sendo a fonte para diversas atualizações e apresentações do mesmo real, de acordo com os usos das redes. Embora o virtual seja um âmbito fecundo do real (cf. LÉVY, 2010a, p. 225), há algumas tendências atuais de absolutizar o virtual, desprezando as experiências ocorridas fora do mundo digital, ação que prejudica a abertura para o outro que o virtual deve ter.

Podemos ver, então, que a hipertextualidade é uma forma própria de pensar na era digital, tendo como suas principais características a velocidade da informação, a participação de todos na construção da cibercultura na *inteligência coletiva* e a descentralização. Desta forma, podemos ver que estas mudanças implicam em um modo diferente de relação do homem com a máquina, mas também do homem com o próprio homem.

1.2 Ciber-religião: a midiatização da religião

Pode-se perceber, pelas características elencadas acima, que o novo milênio, como já demonstrado, trouxe uma nova revolução na comunicação, marcada por uma comunidade global que partilha em tempo real os acontecimentos, pelos meios tradicionais de comunicação, mas também pela emergente *Internet*, que permite que os cidadãos possam estar conectados em qualquer lugar, através dos computadores e dos *smartphones*, permitindo conexões instantâneas entre os indivíduos.

Hoje, “é impossível definir ou diferenciar ‘real’ e ‘virtual’, *on-line* e *off-line*, pois estas duas dimensões se comunicam e influenciam de modo tal que parecem um só ambiente” (ZANON, 2021, p. 82). Fala-se de um modo de vida *onlife*², um mundo híbrido, que pode causar certa estranheza para uma parcela da população. Para aqueles que já nasceram neste contexto, os chamados nativos digitais, a comunicação hiperconexa é vista como natural. O Papa Francisco reconhece esta dimensão híbrida em uma de suas mensagens por ocasião do Dia Mundial das Comunicações Sociais: “o ambiente dos mass-media é tão invasivo que já não se consegue separar do círculo da vida quotidiana” (FRANCISCO, 2019c, s/p), acentuando um aspecto que pouco se discute, a presença das mídias mesmo sem o desejo do sujeito. É uma invasão, pois mesmo quando não se espera, os veículos de comunicação e as redes sociais digitais entram em contato com as pessoas, seja no transporte público, na sala de espera de um consultório médico, na padaria, evidenciando a interrelação entre os espaços físicos e os digitais (cf. TAVARES, 2023, p. 134).

Nesta cibercultura, marcada continuamente pela invasão do digital no offline, também há espaço para a experiência religiosa. Na sua obra “A Inteligência Coletiva”, Lévy esclarece como as diversas áreas do humano, como a política e a estética são impactadas e transformadas pelo ambiente virtual. Para esta pesquisa, interessa-nos a sua proposta de uma teologia da inteligência coletiva (LÉVY, 2015, p. 85). A primeira tese sustentada neste âmbito é de que, dentro do sistema da inteligência artificial, que brota dos homens e para eles retorna, toda a teologia se transformaria em antropologia, provavelmente mais próxima da perspectiva de Ludwig Feuerbach, filósofo alemão do século XIX, que propunha este tema de forma depreciativa da religião cristã, onde a teologia e a experiência religiosa seriam meras projeções do humano, do que da perspectiva de Karl Rahner. Para este autor, a teologia, embora estudo do Deus por excelência, pressupõe uma antropologia, possibilitando que a mensagem salvífica

² Conceito cunhado por Luciano Floridi e amplamente utilizado pelo estudioso das mídias Moisés Sbardelotto (cf. SBARDELOTTO, 2020, p. 102).

seja acolhida historicamente pela humanidade, não depreciando assim a possibilidade do conhecimento teológico (cf. RANHER, 1989, p. 38).

A grande mudança paradigmática para a religião na época virtual está sintetizada na seguinte frase de Lévy: “o que foi teológico torna-se tecnológico” (LÉVY, 2015, p. 85). A partir do aporte filosófico-teológico árabe medieval, pela interpretação neoplatônica de Aristóteles, que postula a existência de uma inteligência separada e única que liga Deus e os homens (cf. SPADARO, 2012, p. 155), Lévy vê neste intelecto agente o espaço para encaixar a sua ideia de inteligência coletiva que brota no mundo virtual. Agora, não há mais o elemento transcendente divino que orienta os homens, mas a própria experiência digital humana que se torna seu guia. O movimento é ascensional, partindo do humano, e descensional, pois a inteligência coletiva molda a forma como o ser humano se porta, modelo que reforça uma inversão antropológica provocada pelas redes, em oposição ao esquema cristão ocidental, que tem Deus por centro.

Segundo Spadaro, uma das evidências que o tecnológico assumiu o local do teológico é o destaque dado às figuras ligadas às tecnologias, chegando a serem exaltados e até mesmo “canonizadas”. Mesmo que com outro enfoque, o ciberespaço parece conservar certo anseio dos seres humanos pela experiência religiosa, com o divino (cf. SPADARO, 2012, p. 30). Além disso, para este autor, a tentativa insistente de Lévy de negar a transcendência confirma que há traços teológicos no sistema.

1.3 A Igreja Católica e a comunicação digital

A Igreja Católica tem uma longa relação com os meios de comunicação. A partir do final do século XIX, começa a assumir a possibilidade de utilizar estes instrumentos para a evangelização, movimento que culmina no Concílio Vaticano II, que impulsiona para a necessidade da utilização de todos os meios de comunicação possíveis em favor da evangelização:

A Igreja tem, portanto, o direito inato de utilizar e possuir esses instrumentos de comunicação social, visto que são necessários para a evolução cristã e para todo o trabalho de salvação das almas; os sagrados pastores têm o dever de instruir e orientar os fiéis, de tal modo que eles, com o auxílio desses instrumentos, possam assegurar para si e para toda a família humana, a salvação e a perfeição. Enfim, compete principalmente aos leigos aplicar esses instrumentos com espírito humano e cristão para que correspondam plenamente às expectativas humanas e ao plano de Deus. (IM, 3).

Em continuidade com este apelo conciliar, a Igreja assume sua missão de anúncio do Reino de Deus através das novas tecnologias. Na era digital, porém, a “Igreja ainda está Tateando em busca de um reposicionamento institucional” (SBARDELOTTO, 2012, p. 50),

visto que uma instituição bimilenar enfrenta algumas dificuldades em se adaptar a um novo meio comunicacional.

Uma das principais dificuldades enfrentadas para realizar o processo de adaptação da religião cristã às redes é a mera transposição das práticas e da iconografia católica para os meios digitais (cf. SBARDELOTTO, 2012, p. 55), sem muitas vezes se aproveitar dos novos modos e das novas ferramentas que surgem dentro destes meios, sendo, em suma, uma reprodução técnica do que é vivido e celebrado no templo.

Pode-se utilizar da liturgia, realidade presente nas diversas comunidades católicas, como um exemplo para evidenciar algumas problemáticas da adaptação das celebrações para a realidade virtual. Na Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium*, ao estabelecer a reforma da liturgia, propõe-se uma participação ativa, consciente, e frutuosa dos fiéis nas celebrações (cf. SC 11). Como cumprir com esta exigência sem a presença física do fiel no espaço celebrativo? A ação litúrgica encontra-se comprometida através da reunião online da comunidade. É difícil de se pensar em uma participação nos atos litúrgicos através das redes, pois seria uma participação mediata, longe do restante da comunidade, sem que possa colaborar, unir suas vozes aos demais, realizar os mesmos atos, estar em contato com a matéria dos sacramentos, que comunicam a graça divina. Além disso, pensar em uma participação do indivíduo digital nos ritos litúrgicos poderia compreender uma certa manipulação do sagrado, caindo em certo subjetivismo, adaptando o rito ao desejo estético pessoal.

Pela participação virtual nas celebrações, os fiéis já se apartam da noção de local religioso, desprezado pela mediação midiática; afastam-se do conceito de tempo, visto que as celebrações, em grande maioria, ficam gravadas e podem ser assistidas no momento mais oportuno; não tomam parte na comunidade reunida, favorecendo uma vivência espiritual individualista e individualizada, de acordo com o gosto pessoal. Assim, noções caras à religião, como “tempo, espaço, comunidade, autoridade, presença, participação etc. vão sendo deslocados, reconstruídos e readaptados” (SBARDELOTTO, 2012, p. 69).

Esta proposta de participação virtual parece ir de encontro com uma das principais características das mídias digitais. Uma característica fundamental das redes é a crescente personalização da informação, reflexo do processo de individualismo pós-moderno. Aqui, cada conteúdo é feito para determinado usuário, passando de uma comunicação de massa para uma comunidade de modo individualizado, já que cada um acessa as informações a partir daquilo que tem afinidade, através do seu *feed*, da sua página inicial, que já reconhece seus gostos. Pode-se ver como “o digital redefiniu a relação ser humano-mídia, assim como redefiniu o conceito de presença e participação” (ZANON, 2021, p. 91), onde todos participam juntos das

ideias e opiniões manifestadas nas redes. Com o advento das redes sociais, o espectador transforma sua função, já que não é mero agente passivo, tornando-se também um emissor, um colaborador direto do conteúdo que está sendo trabalhado. Ele é chamado a manifestar sua opinião, mostrar seu ponto de vista, ainda que não tenha a totalidade dos fatos. É uma vivência mais dialogal. Como promover uma participação ativa nas celebrações litúrgicas dentro do ambiente digital? Esta e tantas outras perguntas emergem do encontro entre a liturgia e as redes midiáticas.

Ainda estamos longe de obter respostas, mas é preciso pensar formas de promover a participação dos fiéis através destes meios. É verdade que com o avanço das tecnologias, algumas iniciativas mais imersivas podem ser realizadas, como a celebração eucarística dentro do metaverso³, mas é preciso pensar se este modo de participação não cai no paradigma tecnocrático, tão denunciado pelo Papa Francisco (cf. SBARDELOTTO, 2022a, s/p).

As demais ações cotidianas das paróquias também são transpostas para o virtual, como o acendimento de velas e o recolhimento de intenções para oração. Estas propostas não conseguem se desvincular totalmente da experiência offline, tendo-as como referências últimas (cf. SBARDELOTTO, 2012, p. 58), mostrando assim uma certa precedência do presencial para o digital. Não basta uma simples transposição de conteúdos religiosos do mundo cotidiano para o virtual. É missão dos teólogos fazer com que o encontro do Evangelho aconteça com as demais culturas, fazendo as devidas adaptações a fim de que a sua mensagem seja inteligível e acolhida por todos: “a teologia – e não só a teologia pastoral – em diálogo com outras ciências e experiências humanas tem grande importância para pensar como fazer chegar à proposta do Evangelho à variedade dos contextos culturais e dos destinatários.” (EG, 133).

Um dos axiomas vividos na fé católica é o *lex orandi, lex credendi, lex vivendi*. Se precisamos pensar em formas de promover o modo de rezar da Igreja nas redes, de promover uma participação litúrgica pelos meios digitais, também se tem que valorizar os dois outros aspectos, para que a vivência cristã possa acontecer de forma integral. Falar de vivência cristã é entrar no campo da moralidade.

Bento XVI realça o aspecto ético das mídias, que não podem ser manipuladas ao bel prazer dos detentores dos instrumentos, já que esta construção artificial impacta em todas as áreas do ser humano (cf. BENTO XVI, 2008, s/p). O uso das mídias sempre coloca o humano

³ Noticiado em: <https://tiinside.com.br/22/07/2022/rede-vida-realiza-primeira-missa-no-metaverso/>. “Metaverso é uma espécie de nova camada da realidade que integra os mundos real e virtual. Na prática, é um ambiente virtual imersivo construído por meio de diversas tecnologias, como Realidade Virtual, Realidade Aumentada e hologramas.” (INFOMONEY, 2022).

para escolher, seja a possibilidade de bem utilizá-lo ou assumir realizar um uso desvirtuado delas. Não se pode, desta forma, assumir posturas extremistas, seja conservadora ou progressista, na análise dos avanços tecnológicos (cf. TAVARES, 2023, p. 134), como se ele fosse resolver todos os problemas ou fosse a origem de todos eles. Seu bom uso deve passar necessariamente pela adaptação da linguagem, usando a imaginação e a sensibilidade, como fazia Jesus nas suas parábolas, que se utilizam da sabedoria popular para transmitir uma imagem clara aos seus destinatários.

Ao transpor os conteúdos da fé cristã para o ambiente digital, deve-se pensar em como não restringir o anúncio evangélico aos que já participam das comunidades eclesiais, mas procurar meios de escuta e de aproximação daqueles que não tem fé, sabendo dialogar com suas dúvidas e anseios (cf. BENTO XVI, 2013, s/p), apresentando-lhes a proposta de Jesus. A interatividade nas mídias deve colocar-se em direção daqueles que não estão na comunidade eclesial.

A mudança da relação com o sagrado a partir das novas tecnologias também impacta diretamente a eclesiologia dentro do ambiente digital. Embora canonicamente, a pertença a uma determinada paróquia se faça pela territorialidade, é bem verdade que, atualmente, pela facilidade de transporte e aumento no número de comunidades, o deslocamento para outra comunidade aconteça rapidamente, permitindo a participação afetiva em certa comunidade, onde a pessoa se identifica e está ligada sentimentalmente. Apesar de evidenciar a unidade da Igreja, pois em todas estas comunidades a pessoa identifica os elementos da fé católica, a pertença à comunidade eclesial de forma digital está alicerçada em outros parâmetros, como a identificação ao discurso do ministro que lidera a comunidade, numa adequação aos valores que a pessoa já tem como verdadeiros, demonstrando certo grau de subjetivismo, característica marcante do tempo contemporâneo. No discursos de certos grupos, prevalece certa tendência de tomar como parâmetro a Igreja de Roma, desprezando as “legítimas diversidades” (LG, 13) próprias das Igrejas particulares, além de resgatar uma ação pastoral que entra em contradição com as opções eclesiais contemporâneas (cf. SOUZA; LANFRANCHI, 2022, p 211). Como pensar uma estrutura comunitária, aos moldes de uma paróquia, para favorecer a pertença eclesial? Como pensar a pastoralidade de uma paróquia virtual? A quem responderia, canonicamente, um pároco digital? Estas perguntas e outras, no âmbito eclesiológico, podem ser levantadas diante das novas realidades, evidenciando que todos os ramos da vida eclesial são impactados pela experiência de mediatização religiosa a partir das novas tecnologias.

1.4 As problemáticas morais dentro do ambiente digital

Embora os meios de comunicação social tenham um papel fundamental para “ajudar a sentir-nos mais próximos uns dos outros; a fazer-nos perceber um renovado sentido de unidade da família humana, que impele à solidariedade e a um compromisso sério para uma vida mais digna” (FT, 205), promovendo uma verdadeira cultura do encontro, despontam, de modo contundente, os efeitos adversos na atividade virtual.

No momento extraordinário de oração em tempo de pandemia, Francisco faz um diagnóstico sobre o tempo presente: “Avançamos, destemidos, pensando que continuaríamos sempre saudáveis num mundo doente” (FRANCISCO, 2021c, p. 35). Num mundo enfermo, as relações digitais, que dizem mais sobre o ser humano que sobre a tecnologia propriamente dita, também apresentam enfermidades. O papa elenca, em alguns de seus escritos, as dificuldades das relações virtuais, como a perda de intimidade, as atitudes de exclusão e os movimentos de ódio, a dependência, a dessocialização e, principalmente, a impossibilidade da substituição completa das relações presenciais pelas virtuais. Segundo o Papa, a rede não pode ser vista inquestionavelmente como sinônimo de comunidade (cf. FRANCISCO, 2019c, s/p), já que apresenta os diversos isolamentos. Pode-se ver, então, que as relações digitais, os vínculos e as ideias trabalhadas na rede impactam consideravelmente como as pessoas se portam em seu cotidiano, preferindo esconder-se no virtual a conviver e estar diante do outro.

As relações digitais, que dispensam o empenho de cultivar uma amizade, uma reciprocidade estável e até um consenso que amadurece com o tempo, têm aparência de sociabilidade, mas não constroem verdadeiramente um “nós”; na verdade, habitualmente dissimulam e ampliam o mesmo individualismo que se manifesta na xenofobia e no desprezo às pessoas mais fragilizadas. A conexão digital não é suficiente para construir pontes, não é capaz de unir a humanidade (FT, 43).

O primeiro ponto destacado pelo Papa é o isolamento voluntário por trás das telas, antítese à cultura do encontro, postura já vivida por muitas pessoas, tendo sido agravada no contexto da pandemia. De maneira especial, os jovens passam mais tempo nas redes e são os principais a sofrerem com a isolamento, a consequente dependência e a perda de contato com a realidade cotidiana (cf. CV, 88). É notável a sensibilidade do papa na mensagem de 2021, quando houve um arrefecimento da pandemia, recordando que nada substitui o encontro presencial (cf. FRANCISCO, 2021b, s/p), como um chamado para que as comunidades, seguindo todos os cuidados necessários para evitar a transmissão do vírus, pudessem ir ao encontro das pessoas, não se deixando levar pela tendência de substituir, em todas as ações, o mundo cotidiano pelo virtual.

Sabe-se que o isolamento não é fruto apenas dos efeitos da pandemia, já que o afastamento pode ser visto como um reflexo do individualismo vigente na sociedade atual. Uma

vez assumida a postura de isolamento, é difícil quebrar esta barreira, por conta das chamadas bolhas digitais, já anunciadas pelo papa em 2014: “é possível também fechar-se numa esfera de informações que correspondem apenas às nossas expectativas e às nossas ideias, ou mesmo a determinados interesses políticos e econômicos” (FRANCISCO, 2014, s/p). Um dos problemas das bolhas é que, mesmo em contato com outras pessoas pela rede, a comunicação é seletiva, conversando apenas com quem deseja, mantendo a pessoa na sua zona de conforto, evitando o encontro e o diálogo com o diferente. É o algoritmo agindo, escolhendo que tipo de conteúdo será consumido por cada pessoa. Embora o uso da rede passe uma sensação de liberdade, a máquina e os dados coletados moldam a visão de mundo do sujeito com um recorte parcial, apresentando uma realidade paralela, alheia aos problemas e vulnerabilidades da vida real.

1.4.1 As *fake news*

As bolhas digitais trazem consigo duas outras problemáticas. A primeira é a proliferação das *fake news*. Geralmente pautadas em meias-verdades, elas apelam para a emoção das pessoas, que tendem a espalhá-las rapidamente para a sua bolha, dificultando qualquer modo de desmentir o que está sendo falado. Em geral, a pessoa está condicionada a apenas um grupo e uma voz que vá de encontro com as suas ideias, não aceitando ser confrontada com uma informação de fora, evitando concordar com o diferente, mesmo com as provas de que está errada. Ela permanece com a sua versão da história que, embora plausível, é falsa, sem que ela aceite, atacando e demonizando (cf. FRANCISCO, 2018c, s/p) aqueles que não seguem a sua verdade. Para vencer esse desafio, é necessário o discernimento e sair da parcialidade das respostas prontas e meias-verdades, olhando o todo das informações, para assim chegar a um veredito.

É interessante notar que a problemática das *fake news* e sua “lógica da desinformação” (FRANCISCO, 2018c, s/p) se chocam diretamente com um dos principais conceitos de Lévy, o da inteligência coletiva. Para ele, a soma dos saberes partilhados entre os usuários das redes, abre uma nova instância, uma espécie de sujeito cognitivo coletivo, distribuído por toda parte, instância que se apresenta não de forma transcendente para o ser humano, mas imanente, já que brota da soma dos conhecimentos humanos. Enquanto tendo uma tecnologia que favorece a troca de experiência e de conhecimento de forma quase que instantânea, há pessoas que, condicionadas pelas suas bolhas, permanecem alheias à verdade. As *fake news* são o sintoma de uma sociedade que já não tem mais o sentido de verdade (cf. CV, 89), conceito que é

escanteado na era da pós-modernidade⁴ e da pós-verdade, onde os fatos se moldam ao desejo pessoal. Para os cristãos, a Verdade é uma pessoa que veio ao nosso encontro, Jesus Cristo (cf. Jo 14,6), que, sendo transcendente a nós, se encarnou e, no seu seguimento, os cristãos devem opor-se às práticas deliberadas de desinformação e da falsidade.

As *fake news*, mais do que apenas espalhar meras notícias falsas de forma despretensiosa, causando desinformação, têm a capacidade de “destruir instituições sociais, famílias inteiras e pessoas em sua singularidade” (ALMEIDA, 2021a, p. 46). Embora “as *fake news* compartilhadas em geral pelas redes sociais possuem um manto de anonimato que dificulta encontrar o verdadeiro culpado da desinformação, facilitando que as fake news cometam abusos muito maiores do que erros pontuais no caso do jornalismo da grande imprensa” (COELHO, 2020, p. 129), parece que elas não são produzidas ao acaso, como mero erro ocasional. Geralmente, elas são produzidas e espalhadas conforme interesses pessoais ou de grupos específicos (cf. COELHO, 2020, p. 130), o que restringe a procura de culpados dentro do ambiente político e eclesial. O anonimato, segundo Han, é a antítese do respeito (cf. 2018, p. 14), evidenciando que o ocultamento do sujeito implica em relações humanas nocivas e violentas, marca de muitos discursos reproduzidos na rede. A ausência de identificação individual de muitos que realizam as postagens nas redes parece propor que o virtual não é real, como se as mídias fossem alheias ao mundo físico (cf. TAVARES, 2023, p. 144). O anonimato, como terra onde o sujeito não precisa se identificar, facilita a dicotomia, dentro do âmbito religioso, entre fé e moral (cf. HOEPERS, 2023, p. 61), como se o modo de ação neste ambiente não tivesse nenhuma relação com a crença professada.

A produção de *fakes news* apresenta um perigo, pela manipulação da narrativa para a corroboração de um ponto de vista, geralmente parcial, incompleto e evocando e se nutrindo da irracionalidade (cf. SCAVO, 2018, p. 7) e da sentimentalidade intensa (cf. GUARESCHI, 2020, p. 24), apelando para pontos fulcrais das crenças pessoais. O critério de distinção entre as notícias não é a sua certeza, mas a identificação com o posicionamento pessoal, onde as *fake news* são tomadas como absolutas, faltando a abertura para o confronto com outros grupos, outros pensamentos e com a verdade dos fatos. Se os ambientes digitais são descentralizados e sem uma figura de autoridade para ditar as regras, os criadores das *fake news* parecem exagerar no princípio da liberdade de ação da pessoa (cf. SPADARO, 2012, p. 93), agindo por conta própria e a partir de seus critérios subjetivos, deixando de lado até o critério objetivo da verdade.

⁴ A pós-modernidade, embora tenha uma fluidez e certa ambiguidade no seu conceito, pode ser definida como a ausência da “verdade objetiva tanto quanto não existe unidade do sujeito” (MILBANK, 2004, p. 1412).

Já que as pessoas estão fechadas ao diálogo com o diferente, permanecendo apenas com as informações e contato devidamente selecionados, o fenômeno das bolhas desdobra-se na polarização, tão falada atualmente, onde não existe conversa ou acordo, mas apenas extremos a serem seguidos rigorosamente. Uma opinião cooptada para cada um dos lados da polarização pode gerar uma onda de indignação (cf. HAN, 2018, p. 21), capaz de mobilizar completamente um grupo em vista de combater aquela ideia, acentuando o caráter de disputa entre dois grupos que, em tese, seriam diametralmente opostos. A polarização “permeia as nossas maneiras de pensar, sentir e agir” (FRANCISCO, 2016b, s/p), influenciando o modo das relações e as tensões dentro da própria comunidade eclesial.

As *fake news* e a consequente polarização introduzem o segundo problema do individualismo digital, o discurso de ódio disseminado nas redes, destilando os mais diversos preconceitos. Num mundo dominado pelas emoções, que geralmente são evocadas fortemente pelas *fake news*, despertam-se diversos sentimentos, incluindo a agressividade, que “encontra um espaço de *ampliação incomparável* nos dispositivos móveis e nos computadores” (FT, 44). Este problema não está longe dos cristãos, já que muitas vezes, são eles mesmos a fomentar as divisões e violência verbal (cf. GE, 115), afetando diretamente a experiência religiosa nas redes. Em diversas páginas católicas veiculadas nas redes, é possível ver fiéis partindo para o ataque pessoal contra as autoridades vinculadas às páginas.

Um caso que se pode considerar para verificar tais ataques é o da CNBB, em que, sobretudo ao lançar uma nota sobre um tema de cunho sociopolítico⁵ em suas redes sociais, recebe diversos comentários de usuários reclamando que ela supostamente se desviou do essencial, o cuidado exclusivo com a alma, mas estes se esquecem da dimensão sociotransformadora que brota do Evangelho. Ao invés do testemunho de amor mútuo dentro da comunidade católica, uma das marcas da Igreja primitiva, parecem pregar o ódio e a exclusão (ou ainda a excomunhão) do outro. Eles formam o “tribunal da Santa Inquisição digital” (SBARDELOTTO, 2021, p. 26), expressão concebida por Sbardelotto para designar os fiéis-fiscais, dispostos a condenar as mais diversas heresias dos outros fiéis (cf. SBARDELOTTO, 2017, p. 307), daqueles que não se adequam às exigências de seu grupo, simplesmente por agirem de modo diverso do desejado. Esta problemática atenta diretamente contra a comunhão eclesial, criando uma comunidade paralela, dos puros, autorreferentes, retornando ao problema pelagiano já enfrentado pela Igreja em outras épocas e que está bem presente nos nossos tempos (cf. GE, 57), acentuado pela experiência virtual.

⁵ Alguns exemplos são: CNBB, 2022a; CNBB, 2022b; CNBB, 2022c.

1.4.2 As *fake news* contra o Papa Francisco

Embora a problemática das *fake news* esteja ligada costumeiramente a contextos político-democráticos, a Igreja, seus pastores e membros estão sujeitos às condições do mundo em que estão inseridos, sofrendo do mesmo problema (cf. CV, 89). Um dos principais afetados dentro do ambiente eclesial é o atual Romano Pontífice, o Papa Francisco.

Na inviabilidade de analisar todas as *fake news*, ater-se-á as que atacam diretamente a figura do papa argentino, buscando entender por que ele é um dos principais alvos dos produtores de *fake news*. É preciso, antes da análise, realizar uma ressalva: o papa, como qualquer ser humano, não está isento de críticas. A sua infalibilidade, definida solenemente pela Igreja, restringe-se aos assuntos de fé e moral (cf. DZ 3074), não abarcando opiniões sobre situações contingentes. Francisco não é o primeiro nem o último pontífice a ser criticado. A problema é que

Contra papa Francisco circulam acusações completamente inventadas (autênticas *fake news*), outras nitidamente instrumentais, algumas que se contradizem entre si, sendo possível confutá-las simplesmente justapondo-as uma à outra. Há acusações verdadeiramente excessivas, como se fosse possível debitar na conta do pontífice todos os males da Igreja, e há acusações falsas, que – por ignorância ou por malícia – contradizem objetivamente a realidade dos fatos. (SCAVO, 2018, p. 5)

A crítica, dentro do ambiente teológico, deve ser um dever e um direito, auxiliando na reflexão para a maior fidelidade evangélica da missão eclesial. A problemática, dentro do campo político e eclesial, não deve jamais ser a análise quando bem embasada, mas a construção de narrativas em vista de sustentar um argumento sem base na realidade.

As polêmicas e consequentes manipulações da informação começaram antes mesmo da eleição do pontífice, em 2013, já que alguns argumentam uma conspiração de que a renúncia de Bento XVI não foi feita com total liberdade, mas de forma coercitiva, por forças externas ao Vaticano (cf. SCAVO, 2018, p. 35-38), em vista da eleição de Francisco.

Ao ser escolhido como Bispo de Roma, diversas foram as reações ao investigar um pouco mais do então cardeal Bergoglio. Uma das primeiras tendências foi o de relacioná-lo com o regime ditatorial militar argentino, com a circulação de uma suposta foto⁶ dele com o general Videla, chefe dos militares à época dos regimes, durante a distribuição da comunhão eucarística, quase 17 anos após o processo de redemocratização, o que evidenciaria certa afinidade entre ambos (cf. SCAVO, 2018, p. 11-12). Mesmo após desmentida, já que não é o atual papa na foto, ela ecoa como uma evidência de sua aproximação com o regime. Colaboram para estas

⁶ A foto, estampada na foto de um jornal argentino, pode ser conferida em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/europa/renuncia-do-papa/fotos-aumentam-polemica-sobre-vinculos-do-papa-com-a-ditadura,36140424ec96d310VgnVCM3000009acce0aRCRD.html>. Acesso: 17 out 2022.

fake news a má interpretação de alguns jornalistas da atuação do cardeal Bergoglio como provincial dos jesuítas, que pouco ou nada fez para resgatar dois padres da Companhia de Jesus do regime militar, mas tal visão não tem base no que aconteceu de fato (cf. SCAVO, 2018, p. 16-21). O principal objetivo das *Fake News* parece convergir para que o seu alvo seja deslegitimado, utilizando-se do escárnio para a esfacelamento das hierarquias (EMPOLI, 2022, p. 21).

Embora as *fake news* revistam-se de certo anonimato (cf. COELHO, 2020, p. 129), seria ingênuo acreditar que elas são produzidas por ignorância. Neste caso, esta manipulação da verdade parece estar ligada, na maioria dos casos, a grupos resistentes ao modo de condução do ministério petrino por Francisco. Os únicos beneficiários de notícias falsas contra o papa são aqueles que questionam e se opõem frontalmente aos seus ensinamentos. Além disso, como forma de resistência ao magistério de Francisco, alguns grupos ligados à direita ultraconservadora (cf. SCAVO, 2018, p. 57), seguem um magistério paralelo, baseado nos ensinamentos de Bento XVI (cf. COELHO, 2020, p. 132), como se este ainda fosse o Romano Pontífice. Estes não estão somente dispostos a distorcer e criar inverdades, mas estabelecer qual seria o único caminho correto que a Igreja deveria seguir.

Tais grupos opositores não estão somente dentro do ambiente eclesial, mas nas esferas sociopolíticas, como visto por ocasião do Sínodo Pan-Amazônico, onde o governo brasileiro à frente do país durante o evento, monitorou o Sínodo, com receio de que ele interferiria na soberania nacional (cf. FERREIRA, 2020, p. 183), quando esta nunca foi sua intenção. Um movimento parecido já havia acontecido com a direita estadunidense, quando da publicação da *Laudato Si'*, que taxou o papa de socialista, por suas falas de alerta contra o aquecimento global (cf. SCAVO, 2018, p. 60). Contra tais acusações, que também surgem pela sua constante fala em benefício dos mais pobres e necessitados, ele mesmo se defende: “Mas é nocivo e ideológico também o erro das pessoas que vivem suspeitando do compromisso social dos outros, considerando-o algo de superficial, mundano, secularizado, imanentista, comunista, populista” (GE, 101).

A “fonte” destes diversos problemas de entendimento a partir do magistério do Papa Francisco parece não estar apenas na interpretação realizada por tais grupos, que taxam as falas do pontífice de confusas e ambíguas (cf. SCAVO, 2018, p. 59), mas brotam a partir da própria formação de Bergoglio ao longo de sua vida. Sua base latino-americana pós-conciliar e sua formação jesuítica lhe dão uma visão de mundo que raramente se viu antes no papado, que encontra choques, resistências e incompreensões, não por estar errada ou em contradição com

a Tradição, mas por ser diferente da aparente única linha vista até então, predominantemente eurocêntrica.

Um dos exemplos deste modo próprio de pensar, agir e fazer teologia é o processo de descentralização, assumida pelo Papa Francisco em diversos momentos. Este diz respeito a realidade de governo da Igreja, mas também para a análise e conhecimento das realidades onde a Igreja está inserida. Na *Evangelii Gaudium*, o papa não deseja sobrepor a sua análise da realidade às realizadas nos diversos contextos em que a Igreja se encontra (cf. EG, 16), favorecendo o exame em cada local. Na *Amoris Lætitia*, diante das polêmicas que a envolveram, o papa recorda que “nem todas as discussões doutrinárias, morais ou pastorais devem ser resolvidas através de intervenções magisteriais” (AL, 3), reforçando a necessidade de reflexões próprias de cada cultura e de cada país a partir da sua pastoral, sem que haja prejuízo da doutrina comum já estabelecida. Além disso, comentando esta exortação com seus confrades jesuítas, Francisco declarou seu método teológico, alicerçado no limite, para além do *pode ou não pode* (FRANCISCO, 2018a, s/p), privilegiando mais o discernimento do que uma lista de tarefas a executar ou evitar. Esta forma de fazer teologia parece ser uma herança jesuítica, bem como os quatro princípios elencados pelo papa na *Evangelii Gaudium* (cf. 221-237) que, derivados da Doutrina Social da Igreja, plasam todo o seu modo de realizar a pastoral e a ação da Igreja em contato com o mundo.

Analisando o ambiente digital, pode-se verificar a sua pluralidade de características, como sua hipertextualidade, sua multiplicidade de sujeitos protagonistas na produção de informação e conteúdo. Suas repentinas mudanças marcam um novo paradigma antropológico e relacional, impactando concretamente a experiência religiosa, marcando um desafio para a ação missionária da Igreja neste novo espaço. Na tensão entre a sua vocação benéfica e os malefícios das redes, descortina-se a práxis eclesial, buscando se adaptar a estes novos contextos. As *fake news*, elemento quase onipresente no cotidiano social e religioso, é uma ameaça para esta experiência religiosa por atentar contra a unidade eclesial, afastando comunidades e novos pensamentos, aumentando as polarizações e divisões, ocasionadas não por convicções ou dados objetivos, mas pelas mentiras criadas exatamente para este fim.

2 A MORAL E SUA RENOVAÇÃO

A teologia, enquanto “discurso, um saber, uma palavra, uma ciência de ou sobre Deus” (LIBANIO; MURAD, 2003, p. 63) é a busca, desde o começo da vida da Igreja, da intelegibilidade da fé pelos crentes. A intersecção entre fé e razão é o campo próprio da teologia, só existindo “quando a razão se exerce à luz da fé” (SESBOÛE, 2020, p. 21), fator que a diferencia diretamente dos estudos de ciências da religião, que analisam os fenômenos religiosos sem a necessidade de uma confissão religiosa. A teologia católica tem a fé e os dados da Revelação como suas bases insubstituíveis (cf. LIBANIO; MURAD, 2003, p. 69), sem as quais não se pode começar o discurso.

Embora, em um primeiro momento, esta ciência possa parecer restrita quanto à sua amplitude por necessitar do dado da fé, ela pode tratar sobre todos os assuntos tendo por objeto Deus (Cf. AQUINO, *STh.* I, q. 1, a.7), meta de todo o discurso teológico, ampliando seu leque conceitual e permitindo que as mais diferentes discussões contemporâneas possam ser estudadas no ambiente teológico.

Com o advento da Modernidade, a teologia, que mantinha certa unidade em sua estrutura, sofreu um processo de compartimentação, com a multiplicação de diversas teologias, no desejo de trabalhar com mais intensidade a pluralidade de aspectos e enfoques específicos presentes no estudo teológico (cf. LIBANIO; MURAD, 2003, p. 67). Entre as grandes áreas que subdividem este campo intelectual, destaca-se a teologia prática, que não busca ser apenas uma explicitação dos dados da Revelação e daquilo que se crê, mas, a partir da compreensão da fé, pretende lançar luzes para iluminar as obscuridades da vida humana. Engloba-se, assim, os diversos aspectos da vivência cotidiana da fé com um olhar de esperança, manifestando a graça de Deus no mundo.

Nesta área que trata da *práxis* da fé, tem ganhado destaque nos últimos anos a teologia moral, que busca investigar, a partir da Revelação, os diversos aspectos e facetas do fenômeno ético, contribuindo para uma vivência mais autêntica da proposta evangélica. A Teologia Moral, ou ainda Ética Teológica, pode ser considerada como o agir do cristão impulsionado pela sua experiência de fé (cf. SESBOÛE, 2020, p. 51), numa profunda relação entre a crença e o modo de viver, buscando responder aos desafios práticos de cada momento histórico (cf. KEENAN, 2013, p. 19). Embora a moral não seja assunto restrito ao âmbito religioso, o cristianismo é um local que favoreceu o pleno desenvolvimento dos grandes projetos éticos da humanidade (cf. VIDAL, 2003, p. 13).

Assim, desde o começo de sua vivência, mas sobretudo com a renovação advinda do século XX neste campo, a Teologia Moral busca fazer uma espécie de atualização: como, sob a “inspiração das Sagradas Escrituras, a palavra do Magistério da Igreja e a sabedoria que foi se acumulando através dos tempos na Tradição da Igreja” (AGOSTINI, 2019, p. 39), pode-se pensar uma vivência coerente da fé, mesmo com os problemas complexos dos tempos atuais? Como propor um caminho de felicidade e realização humanas a partir da Revelação, acolhida e vivenciada eclesialmente? Estas e outras perguntas similares são a busca da teologia moral.

2.1 A teologia moral: de Trento ao início do século XX

Os conteúdos morais sempre estiveram presentes na experiência religiosa cristã, já que versam sobre o modo de viver dos cristãos. Os textos evangélicos relatam diversos casos em que o modo de viver daqueles que se encontravam com o Cristo era radicalmente transformado, evidenciando a relação entre fé e ação. Cada época, porém, teve um modo de compreensão e apresentação destes elementos, favorecendo ou prejudicando a compreensão desta disciplina teológica e impactando, conseqüentemente, o modo de vivência dos cristãos.

Na impossibilidade de realizar um resgate histórico que abarcasse todo o período eclesial, iremos analisar a Teologia Moral a partir da sua autonomia como disciplina da teologia, no começo do período moderno. Neste período, a Igreja começou a perder influência frente à sociedade, já que não era mais a única estrutura religiosa presente, afastando-se do modelo de cristandade até então vigente. Soma-se a isto as diversas problemáticas políticas que envolveram a Igreja e o distanciamento dos Estados Nacionais (cf. ANJOS, 2015, p. 940), como a problemática na Inglaterra e o surgimento da Igreja Anglicana. Se antes, a Igreja poderia pregar e manifestar o seu pensamento moral de forma ampla na sociedade, já que todos seguiam o mesmo modo de vida baseado na fé católica, com o sistema moderno, ela precisou aplicar o seu ensinamento moral de forma subjetiva, nas consciências individuais (cf. FREICHEIRAS, 2022, p. 100).

Fez esta atualização na disciplina eclesial o Concílio de Trento (1545-1563), que marca a Reforma Católica frente à Reforma Protestante, que estabelece o surgimento da teologia moral como tal. Este concílio, que marcou o modo de atuação eclesial no período moderno e contemporâneo até as portas do Concílio Vaticano II, teve como uma de suas principais preocupações a criação dos seminários para a formação dos futuros padres da Igreja, estrutura até então inexistente. Um dos instrumentos pensados e executados para favorecer a instrução dos futuros presbíteros foi a implantação dos *Institutiones Theologiae Moralis*, os manuais de teologia moral da época, que já eram utilizados em alguns lugares sob o nome de *sumas de*

confissão desde o século XII (cf. KEENAN, 2013, p. 12), agora assumidos para toda a Igreja (cf. VEREECKE, 1997, p. 573). Eles consistiam em um elenco de pecados a serem consultados no momento do Sacramento da Reconciliação, sacramento que teve a sua disciplina confirmada em Trento, ante o cisma protestante, que não reconhecia a necessidade de tal sacramento.

As *sumas de teologia*, abundantes no período escolástico, eram por demais especulativas e pouco práticas para a formação dos clérigos (cf. JUNGES, 2001, p. 33). A criação dos manuais se deu por um motivo pastoral com a intenção de facilitar o atendimento espiritual do povo, mas eles “separaram a teologia moral dos aspectos teóricos, incluindo o bíblico, o dogmático, o espiritual e o sacramental. Por causa da sua orientação prática, esses manuais não falavam nada nem sobre a graça, nem sobre a virtude. O propósito desses manuais era apontar o que era pecado e qual era o grau do pecado.” (FREICHEIRAS, 2022, p. 99), sem ter a preocupação com a formação para o discipulado. A ênfase no pecado evidencia o pessimismo antropológico vigente na época (cf. MOSER; LEERS, 1987, p. 40), onde a principal preocupação não era fazer o bem, mas não fazer o mal, o que já seria um mínimo desejável.

A teologia moral, que anteriormente estava mais ligada ao modo de vivência dos cristãos passou a ser vista exclusivamente como a ciência dos confessores (cf. JUNGES, 2001, p. 33), numa perspectiva mais negativa, com ênfase nas ações que deveriam ser evitadas, falando muito pouco do que deveria ser feito a partir das virtudes. Apresenta-se uma moral objetivista e universalista, com foco na Lei, aproximando o confessor de um juiz (cf. HÄRING, 1979a, p. 50). Fazer ou não o que está na Lei é o que determina a moralidade de uma ação, deixando espaço para a subjetividade apenas na imputação da culpa, forjando o legalismo, onde a instância última é a Lei. O evento Cristo, o amor, a graça e a consciência individual são escanteados para dar espaço ao pecado e à culpa como fator predominante.

Assim, Trento produziu o casuísmo, onde se propunham diversos casos hipotéticos que poderiam ser relatados durante o Sacramento da Confissão, juntamente com seus agravantes morais (cf. FREICHEIRAS, 2022, p. 102). Os moralistas da época buscavam soluções para acompanhar tais casos, aplicando as leis eclesásticas para cada caso particular. Neste período surge o embate entre dois principais sistemas de moral: o probabilismo⁷ e o probabílorismo⁸, identificados, respectivamente, com as posturas laxista e rigorista, que tentavam evidenciar o dado da consciência junto ao juízo moral (cf. VIDAL, 2003, p. 399). Por diferentes vias, ambos

⁷ “Esse sistema moral mostra que, em caso de dúvida, pode-se seguir uma opinião provável, embora exista outra mais provável” (VIDAL, 2003, p. 407).

⁸ “O probabílorismo defende a ideia de que só se pode seguir a opinião favorável à liberdade, contanto que seja mais provável [...] que a opinião contrária” (VIDAL, 2003, p. 416).

buscavam sair do legalismo dos manuais de moral, que estavam muito próximos do direito canônico (cf. VEREECKE, 1997, p. 576), na mera consulta e imputação de penas.

Recebe destaque nesta época a figura de Santo Afonso de Maria de Ligório, que conseguiu uma posição equilibrada entre os dois extremos, conjugando liberdade e lei, realidade e o ideal (cf. MOSER, 2014, p. 55), unindo os dois sistemas anteriormente mencionados. O equiprobabilismo postula que “em caso de dúvida, se pode optar pela opinião favorável à liberdade, contanto que seja igualmente favorável à opinião contrária” (VIDAL, 2003, p. 417), apostando mais na liberdade do que na Lei, sem esquecer das exigências morais no agir cristão. Estas posturas parecem brotar de seu ministério missionário junto do povo, vendo as facilidades, mas também as dificuldades na problemática da consciência e da ação moral. Pode-se ver em Afonso uma certa abertura para uma proposta de teologia moral mais ampla e menos rigorista (cf. MARCOCCHI, 2014, p. 66), que ganhou destaque no século XIX, conduzindo ao processo de renovação da moral que será levada a termo no século XX.

2.2 O Movimento da Renovação da Moral

As problemáticas morais que surgiram a partir do método ético-teológico adotado pela Igreja em Trento ocasionaram diversas interpretações e tentativas para conseguir abarcar o dado da consciência e a sua articulação com a Lei. Os sistemas morais montados tinham as suas insuficiências e apresentavam-se como posicionamentos possíveis, mas sem que houvesse uma definição do certo e do errado.

Ao final do século XIX e início do século XX, a casuística foi alvo de duras críticas, tanto dentro como fora do ambiente eclesial (cf. VIDAL, 2003, p. 400), verificando-se os seus pontos de insuficiências para abarcar as novas situações morais presentes no mundo. É vital recordar que é justamente neste período que o Papa Leão XIII escreveu a encíclica *Rerum Novarum*, que inaugura a Doutrina Social da Igreja⁹. Além disso, o início do século é marcado pelas duas Guerras Mundiais, situações limites que exigiam dos católicos alguma resposta ante à problemática bélica. O apoio de muitos cristãos aos regimes totalitários presentes na Europa da década de 40 e a consequente guerra são o fator inicial da rejeição dos teólogos morais à manualística (cf. FREICHEIRAS, 2022, p. 103), evidenciando sua insuficiência. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 1948, marcou um avanço ético

⁹ A Doutrina Social da Igreja começa a ser sistematizada a partir da *Rerum Novarum*. Anteriormente, a preocupação com a ação social dos cristãos sempre esteve presente na prática eclesial, ainda que de forma assistemática no Magistério.

mundial (cf. ANJOS, 2015, p. 941), onde muitos dos direitos ali assinalados seriam assumidos pela Igreja no Concílio Vaticano II.

As principais críticas apresentadas ao casuísmo eram: 1) a desvinculação das demais disciplinas teológicas, como a cristologia, a eclesiologia e a sacramentária; 2) desvinculação do aporte das Escrituras; 3) legalismo exacerbado, pautado na lei e na obrigação; 4) um exclusivismo da moral no sacramento da penitência (cf. VIDAL, 2003, p. 401); 5) a aproximação da moral com o direito canônico, sobretudo após a promulgação do Código de Direito Canônico de 1917, onde o Magistério aumentou o número de publicações em matéria moral (cf. FREICHEIRAS, 2022, p. 104; cf. VS, 4; cf. VIDAL, 2003, p. 483), como se as duas disciplinas fossem os dois lados de uma mesma moeda (cf. KEENAN, 2013, p. 35). Assim, com uma caminhada ao longo de quase 400 anos, a verdade moral tornou-se cada vez mais “dogmática, universal, anistórica e distante” (KEENAN, 2013, p. 49).

O movimento de renovação teológica do começo do século XX, que tem como expoentes o movimento litúrgico, ecumênico, patrístico, bíblico, missionário, também impactou a caminhada da teologia moral, já que neste período os moralistas começaram a se utilizar dos demais campos teológicos e das outras ciências sociais, como a psicologia, a sociologia e as correntes filosóficas do positivismo e do existencialismo para a produção da sua teologia (cf. VEREECKE, 1997, p. 581). De forma sucinta, queremos destacar quatro autores que marcaram o processo de renovação da moral. São eles: Odon Lottin, Fritz Tillmann, Gérard Gilleman e Bernhard Häring, diretamente influenciados pela Escola de Tübingen¹⁰, mais baseado nos estudos escriturísticos e patrísticos (cf. JUNGES, 2001, p. 36).

Odon Lottin (1880-1965) era monge beneditino e um estudioso da teologia de Santo Tomás de Aquino¹¹, fazendo uma leitura do Aquinate sob o olhar da psicologia, publicando o ensaio "Psicologia e moral nos séculos XII e XIII". Para ele, o essencial na teologia moral de Tomás é a ética das virtudes, centrando no ser humano a responsabilidade em viver o seguimento de Jesus Cristo, olhando o agir moral da pessoa com a presença de Jesus Cristo em sua vida. Ora, este era um método totalmente diferente do vigente, que tinha como ponto de partida o Decálogo e seus impositivos (cf. KEENAN, 2013, p. 55). Em seus escritos, ele mudou a importância dada à obediência cega às normas, na recusa do pecado. A obediência à lei não

¹⁰ A Escola de Tübingen é uma designação ampla de uma corrente dentro da teologia católica oriunda da faculdade de mesmo nome, que se destacou pela influência iluminista e do Romantismo alemão na busca de revisar o conteúdo teológico de acordo com os princípios da crítica bíblica, da historicidade e da filosofia idealista, em oposição ao modo neoescolástico de teologizar, influenciando o modo de fazer teologia no século XX, já que buscava um diálogo constante com a cultura de seu tempo (cf. SCHMIDINGER, 2004, p. 1790-1794)

¹¹ Em 1879, Leão XIII publica a encíclica *Aeterni Patris*, que marcou um novo impulso no estudo de Tomás de Aquino, abrindo a época chamada de neoescolástica.

garante que a ação moral, mas sim o conteúdo que abraçado, como ser humanos livres, ou seja, formados em sua consciência para agir de forma autônoma (cf. FREICHEIRAS, 2022, p. 107).

O exegeta alemão Fritz Tillmann (1874-1953) publicou em 1919 "Personalidade e comunidade na pregação de Jesus", retomando a cristologia bíblica no âmbito da moral. Para ele, Cristo é o centro da pregação e da comunidade primitiva, atitude que deve ser retomada pelas comunidades atuais. Em 1937, escreve "O Mestre chama", mostrando a centralidade de Cristo na teologia moral. Os fiéis deveriam buscar a imitação das virtudes de Cristo na vida cotidiana (cf. VEREECKE, 1997, p. 580). Assim, Tillmann conseguiu propor uma moral positiva baseadas nas Sagradas Escrituras, que serviria para todas as pessoas. Todos são chamados ao caminho de perfeição e de discipulado (cf. KEENAN, 2013, p. 85), uma grande novidade para a época, evitando uma radical separação entre uma moral alicerçada nos mandamentos, comum a todos os cristãos, e uma moral dos conselhos ou das virtudes, que seria exclusividade dos perfeitos (cf. VIDAL, 2003, p. 441), dos fiéis que escolheram alguma especial consagração na vida eclesial.

O jesuíta belga Gérard Gilleman (1910-2002) defendeu, em 1949, sua dissertação sobre o primado da caridade na teologia moral, virtude que está no centro da pregação de Jesus (cf. KEENAN, 2013, p. 96). Sua influência também é Santo Tomás, que coloca tal virtude como centro de toda a teologia. Assim, ele criticava a teologia moral vigente, que estava mais alicerçada no direito do que no amor, que se relaciona diretamente com a vida espiritual do crente. Tendo o amor por base, ele não se fecha nele mesmo, mas está aberto à humanidade.

Como síntese de todo este processo de renovação da moral no século XX, temos a figura de Bernhard Häring (1912-1998), padre redentorista alemão, considerado o pai da Moral Renovada¹². Escreveu obras antes, durante e após o Concílio Vaticano II. Em 1954, escreveu "A Lei de Cristo", sua obra magistral dividida em três volumes, que tem por fundamento o amor que vem do próprio Deus como parâmetro moral. Além disso, ele reúne aspectos já levantados por seus antecessores: "imitação de Cristo, reino de Deus, primazia da caridade" (VEREECKE, 1997, p. 581), sem deixar de aglutinar a estes ensinamentos novos tópicos, como a santidade de vida, a solidariedade, a ética da vida consistente e a opção preferencial pelos pobres (cf. KEENAN, 2013, p. 109), escolha que será realizada também pela recepção conciliar na América Latina e refletida por toda a Igreja no magistério de Francisco. Häring é o responsável de fazer a passagem da teologia moral como direito canônico para a teologia, da

¹² Moral Renovada designa neste trabalho o paradigma da moral após o Concílio Vaticano II, em oposição ao sistema casuísta (cf. VIDAL, 2003, p. 456).

obediência cega às normas para a responsabilidade (cf. FREICHEIRAS, 2022, p. 107), propondo para toda a Igreja um novo modo de refletir a ética teológica.

A guinada dos teólogos morais em direção aos fundamentos da teologia moral não significa abandonar a responsabilidade em oferecer orientação nas situações concretas. Em vez de simplesmente oferecer seus julgamentos sintéticos, como fizeram os manualistas, eles começaram fazer o que Häring propôs. A partir dos novos fundamentos teológicos, desenvolveram "verdades e valores" que dotariam a Igreja de uma maneira mais visionária de agir moralmente. Para atingir isso, eles teriam de evitar os extremos das investigações teológicas abstratas e a particularidade obsessiva das normas dos manualistas. (KEENAN, 2013, p. 108)

Em Lottin, temos a ética das virtudes; em Tillmann, a cristologia; com Gillemann, evidencia-se a caridade e de Bernhard Häring temos a vocação à santidade e a opção preferencial pelos pobres, evidenciando a passagem da ação para a pessoa como regra para a moralidade (cf. KEENAN, 2013, p. 51), com foco na consciência subjetiva para a acusação do erro. Todos estes elementos marcam um novo momento na reflexão da teologia moral. Assim, “o que encontramos no século XX, portanto, é a enorme e complexa transição da definição de teologia moral como ciência fixa da ação humana para se tornar um guia para orientação do desenvolvimento pessoal e comunal dos discípulos conscienciosos de Cristo” (KEENAN, 2013, p. 19), evidenciando o caminho histórico da moral renovada, que desembocará na sua recepção pelo Magistério Universal no Concílio Vaticano II, apesar dos embates de Häring com a Congregação para a Doutrina da Fé (cf. ANJOS, 2015, p. 426), que frequentemente pede explicações de seus escritos.

2.3 O Concílio Vaticano II

Se parte do processo de renovação da moral já acontecia entre os teólogos morais, é bem verdade que não se pode falar de um consenso sobre estas tendências dentro de toda a Igreja (cf. ANJOS, 2015, p. 942). A presença de Bernhard Häring como perito junto à Comissão Teológica conciliar foi de fundamental importância para que as posições adotadas pelos documentos conciliares estivessem alinhados com os princípios da moral que defendia. Mesmo sendo uma autoridade no assunto da moral, ele foi excluído das subcomissões de preparação conciliar, sendo readmitido por intervenção direta de João XXIII (cf. ANJOS, 2015, p. 425).

Dentro da preparação conciliar, o tema da moral aparece em três frentes: a) sobre a ordem moral; b) moral sexual, englobando castidade, família e matrimônio; c) sobre a ordem social. O primeiro esquema, intitulado *De ordine morali*, que tratava sobre a ordem moral não atendia às exigências dos teólogos morais renovados, deixando de lado o primado do amor, a base bíblica e cristológica, tendo uma linguagem mais negativa, preocupado em condenar os erros do momento vigente, em continuidade com os antigos manuais de moral, apresentando-

se como a construção de um novo *Syllabus*¹³ (cf. VIDAL, 2003, p. 450). Ainda assim, o esquema foi aprovado para ser discutido no Concílio com os seguintes capítulos: “fundamento da ordem moral; consciência cristã; subjetivismo e relativismo ético; dignidade natural e sobrenatural da pessoa; pecado; castidade e pureza cristãs” (cf. ANJOS, 2015, p. 942).

O esquema sobre a moral sexual propôs-se a condenar os erros nesta matéria, como o hedonismo sexual e o falso feminismo. Um dos principais pontos de alicerce do esquema era a procriação como finalidade primária do matrimônio. O esquema privilegiava uma visão objetiva da sexualidade, sem levar em conta o personalismo e a visão antropológica (cf. ANJOS, 2015, p. 942), posição amplamente defendida por Häring dentro da subcomissão.

Por fim, o esquema sobre a ordem social buscava realizar uma síntese da doutrina social católica, tratando sobre economia, política, trabalho, propriedade privada. Outro documento preparatório tratando apenas da comunidade internacional também foi redigido. Ambos os esquemas não passaram pela avaliação da Comissão Central preparatória, que já não estava aceitando novos esquemas (cf. ANJOS, 2015, p. 943).

Os dois primeiros esquemas elencados receberam críticas por parte dos membros da Comissão Central pelo caráter negativo, pela ausência de argumentos e por serem assuntos que requeriam ainda mais investigação, sem a possibilidade de serem respondidos com total precisão. Ambos os esquemas, mesmo com as posteriores emendas da Comissão, também foram criticados pelos padres conciliares na fase preliminar, sendo recusados na primeira sessão conciliar. Seria ilógico propor um retorno às fontes e utilizar um esquema que se apoiava nos manuais, algo relativamente recente na vida eclesial (cf. MOSER; LEERS, 1987, p. 44). Assim, o Concílio Vaticano II não apresentou nenhum documento que debatesse exclusivamente sobre moral, mas os dois esquemas supracitados foram absorvidos pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (cf. VIDAL, 2003, p. 451), que reuniu os esforços dos poucos moralistas presentes como peritos conciliares (cf. DELHAYE, 1972, p. 612).

Pode-se perceber que o papel da Moral Renovada e seus teólogos foi de suma importância para que o ambiente de reflexão dentro da ala conciliar fosse mais favorável ao contato da Igreja com as realidades do mundo contemporâneo, favorecendo o *aggionamento*¹⁴,

¹³ O Sílabo dos erros de Pio IX foi um anexo à carta encíclica *Quanta Cura*, publicado na mesma data da carta, reunindo 80 proposições já condenadas anteriormente pelo pontífice contra os avanços modernistas (cf. DZ 2901-2980).

¹⁴ “*Aggionamento* significa, em italiano, atualização. [...] aparece como ‘a indicação sintética da direção na qual o Concílio teria que abrir o caminho para a Igreja. Não uma reforma institucional nem uma modificação doutrinal, mas uma imersão total na tradição visando um rejuvenescimento da vida cristã e da Igreja’ ” (ALMEIDA, 2015, p. 8).

o *ressourcement*¹⁵ e o diálogo como os principais pilares do Vaticano II. Embora a maioria dos textos não apresentasse um conteúdo moral, houve uma clara mudança referencial, possibilitada pelo contexto da assembleia conciliar (cf. MOSER; LEERS, 1987, p. 44), permitindo que a moral tivesse a sua renovação acolhida pelos padres. Seja pelas novas concepções antropológicas, advindas das diversas ciências sociais, que reconhecem a dignidade da pessoa humana, seja pelo retorno aos fundamentos da fé, sobretudo a Escritura e a Patrística, seja pela compreensão eclesiológica de Povo de Deus, seja pela aceitação do paradigma pluralista para a compreensão do mundo moderno ou até mesmo a aceitação do vernáculo na liturgia, dialogando com as realidades concretas onde os fiéis se encontram, estes seriam alguns motivos que levaram em conta os parâmetros da Moral Renovada e que permearam os documentos conciliares.

2.3.1 O Decreto *Optatam Totius*

O tema da teologia moral entra de forma explícita no Decreto *Optatam Totius*, que versa sobre a formação sacerdotal. Em certa altura do texto, o ensino da teologia é abordado, indicando a necessidade da renovação acadêmica da teologia moral a partir dos parâmetros que motivaram toda a reunião conciliar, representando o *aggionamento* proposto pelo Concílio para esta disciplina (cf. VIDAL, 2003, p. 453):

Da mesma forma, as demais disciplinas teológicas sejam renovadas por um contato mais vivo com o Mistério de Cristo e a história da salvação. Dedique-se especial atenção ao aperfeiçoamento na teologia moral, cuja exposição científica, nutrida mormente pela doutrina da Sagrada Escritura, esclareça a excelência da vocação dos fiéis em Cristo e seu dever de produzirem frutos de caridade para a vida do mundo. (OT, 16)

A formulação acima tem a contribuição de Häring e sintetiza os principais pontos já evidenciados pela caminhada da moral renovada, como a inserção da cristologia na teologia moral, propondo maior contato com o Mistério de Cristo e a História da Salvação e com a Escritura, já que nela se “encerra o sentido humano radical, pois o Cristo é a plenitude do humano” (cf. MOSER; LEERS, 1987, p. 56). Ao enfoque escriturístico, agrega-se necessariamente a proposta de uma teologia moral cristológica. O retorno à Palavra de Deus não deveria ser entendido na busca de diversas citações bíblicas para utilizá-los como argumentos de autoridade, mas entender a mensagem ética presente no livro sagrado como um todo (cf. JUNGES, 2001, p. 37). Assim, a abordagem da teologia moral com as demais

¹⁵ Palavra francesa que significa “retorno às fontes”, utilizada para indicar que o Concílio deve “buscar iluminação nos primeiros séculos da Igreja, a formação das comunidades, o desenvolvimento da doutrina e da teologia, as experiências comunitárias e a elaboração dos rituais litúrgico-sacramentários.” (BOGAZ; HANSEN, 2015, p. 724-725).

disciplinas teológicas, sobretudo as bíblicas, é vantajosa para evitar fundamentalismos acríticos e que a teologia moral não retorne a ser um elenco de disposições jurídicas (cf. ANJOS, 2015, p. 944).

Ao propor uma abordagem científica da teologia moral, o Concílio quer evidenciar que esta disciplina precisa seguir um método que explicita a sua argumentação, não reduzindo-se a elencar proibições e preceitos. Ao utilizar uma epistemologia científica, evidencia-se que a moral irá unir dois tipos de discursos: o parenético, que exorta os fiéis ao que deve ser feito, e o científico, explicitando os fundamentos, objetivos, exigências da moral, apelando para a clareza e distinção conceitual. A moral “precisa englobar os dois discursos, guardando a especificidade de cada um: rigor e método científico, por um lado, e eficácia e compromisso, por outro. Os dois são ordenados um ao outro” (JUNGES, 2001, p. 37). Além disso, valorizar a cientificidade da teologia moral é abri-la às demais ciências, sobretudo as sociais, tornando-a uma interdisciplinar, não centrada apenas na teologia (cf. ANJOS, 2015, p. 944).

Uma das tarefas da teologia moral é esclarecer a vocação dos fiéis em Cristo, evidenciando mais uma vez o papel preponderante que a cristologia deve ter na compreensão da antropologia, retornando assim às fontes da moral que têm seu núcleo no Cristo, na filiação divina e na santidade (cf. ANJOS, 2015, p. 944). A moral, assim, busca explicitar quais as condições para a vivência da vocação cristã no mundo (cf. JUNGES, 2001, p. 37). Se a vocação cristã é uma para todos os batizados, a separação entre clérigos e leigos se mostra ultrapassada, pois todos têm um chamado comum que os une, e um chamado específico, numa distinção ministerial dentro do Povo de Deus, categoria assumida como um dos pilares da Constituição Pastoral *Lumen Gentium* (cf. LG, 10). Esta temática antropológica comum aos fiéis estará em profunda unidade com a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que nos seus primeiros números quer responder exatamente qual é a dignidade, a vocação humana e qual é o seu projeto de realização proposto por Deus.

O decreto também indica a finalidade da teologia moral, que deve conduzir os crentes a gerar frutos de caridade para a vida do mundo. O primado do amor não está apenas em relação a Deus, mas necessariamente unido aos irmãos e irmãs numa dimensão comunicativa do amor, sobretudo aqueles que mais necessitam, indo contra um perfeccionismo individualista (cf. JUNGES, 2001, p. 37), mas abrindo-se para a dimensão comunitária, dentro da Igreja e, por ela, para todo o mundo (cf. MOSER; LEERS, 1987, p. 58). A moral, assim, pela virtude da caridade, se mostra mais propositiva do que defensiva, evidenciando que é o agir cristão o parâmetro para a fecundidade da mensagem evangélica (cf. ANJOS, 2015, p. 944), superando os individualismos.

A *Optatam Totius* é a validação dos esforços dos teólogos moralistas em mudar a ética teológica, que deveria ser ensinada nos seminários aos futuros presbíteros (cf. KEENAN, 2013, p. 126). Pelo decreto, acolhe-se, na comunidade eclesial, a renovação dos estudos da teologia moral de acordo com os parâmetros da moral renovada, embora seja a disciplina teológica que menos teve destaque dentro da ala conciliar (cf. MOSER, 2014, p. 62). Apesar disto, rompeu-se de uma vez por todas com uma visão de teologia moral como mera aplicação do direito canônico em relação à Lei, valorizando a experiência pastoral, concreta e histórica para as comunidades e os seus estudos. A teologia moral deixa de ser vista como um projeto acabado para entrar na dinamicidade de sempre estar em construção, em constante renovação (cf. MOSER, 2014, p. 66), equilibrando os valores do passado com as novas situações cotidianas, apresentadas pelo mundo contemporâneo (cf. AGOSTINI, 2019, p. 51).

2.3.2 A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* não fazia parte dos esquemas iniciais do Concílio Vaticano II. Sua construção se deu aos poucos, a partir do olhar da ala conciliar em buscar um maior diálogo da Igreja com a sociedade contemporânea. Este diálogo só se torna possível a partir da reflexão realizada pela própria Igreja sobre a sua identidade (cf. GS, 2), trabalho realizado na Constituição Dogmática *Lumen gentium*. Ambas as constituições, *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, devem ser vistas num movimento de continuidade (cf. HACKMANN, 2015, p. 237), já que reúnem dimensões que se relacionam intrinsecamente. A Igreja define sua própria natureza e, por estar dentro de uma situação histórica específica, o mundo, “teatro da história do gênero humano” (GS, 2), precisa saber dialogar com as realidades que a cercam, numa relação de amor, solidariedade e respeito (cf. GS, 3).

Embora não seja um tratado de teologia moral, a constituição sublinha diversos assuntos que ordinariamente eram tratados pelos moralistas, marcando um novo modo da Igreja encarar tais temáticas. Sendo um dos últimos documentos promulgados pelo Concílio, ele parece sintetizar toda a caminhada dos padres conciliares em vista de uma Igreja mais dialogal com o mundo, dirigindo-se a toda a família humana, não apenas aos filhos da Igreja (cf. GS, 2). O teor do texto, que faz uma grande análise sobre “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje” (GS, 1), é eminentemente positivo e otimista (cf. KEENAN, 2013, p. 127), sem deixar de tratar sobre as mazelas do mundo contemporâneo (cf. GS, 9), princípios já apresentados por João XXIII no discurso *Gaudet Mater Ecclesia*, na abertura conciliar.

Este documento, que aglutinou os dois esquemas de moral previamente realizados pela Comissão Teológica, é, segundo alguns autores, onde a questão moral aparece com maior evidência dentro do Concílio, apresentando-se como um “tratado de ética social concreta” (VIDAL, 2003, p. 452). Tal afirmação é corroborada quando se verifica que Häring também esteve diretamente ligado ao comitê de redação desta Constituição, sendo chamado por alguns de “pai da *Gaudium et Spes*” (KEENAN, 2013, p. 126), já que executou a função de secretário do comitê editorial (cf. FREICHEIRAS, 2022, p. 108).

A primeira parte da Constituição busca apresentar uma antropologia aos moldes das demais proposições conciliares, analisando, de forma positiva a dignidade da pessoa e qual o seu projeto de realização, dado antropológico já evidenciado no pedido da *Optatam Totius*.

Por essa razão, proclamando a altíssima vocação do homem e afirmando que nele está depositada uma semente divina, o que o Sagrado Sínodo oferece ao gênero humano é a sincera cooperação da Igreja, a fim de estabelecer uma fraternidade universal que corresponda a essa vocação. A Igreja não é movida por nenhuma ambição terrestre, mas tem apenas um objetivo: continuar, sob a orientação do Espírito Santo, a obra do próprio Cristo, que veio ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar e não para julgar (Jo 18,37), para servir e não para ser servido (Jo 3,17; Mt 20,28; Mc 10,45). (GS, 3).

A Igreja coloca-se, assim, como servidora da humanidade, buscando ouvir os homens e mulheres do seu tempo. Não se colocando como sociedade perfeita, ela também reconhece os diversos auxílios que a Igreja recebe do mundo, colocando-se numa esteira de recíproca aprendizagem (cf. GS, 44).

A antropologia apresentada pela Constituição leva em conta o homem como ser social, enfatizando-se as suas relações, jamais sendo visto de forma isolada. Mesmo as problemáticas apresentadas pelo texto que afligem o homem, não o atingem de modo individual, mas universal, globalmente (cf. KEENAN, 2013, p. 127), sendo partilhadas por todos.

A Constituição tem um amplo plano de fundo antropológico, que reflete no modo de entender a moralidade. O documento não assume mais uma postura de objetividade dada a partir de lei moral natural exterior, onde o homem apenas se insere no ordenamento realizado por Deus na criação, mas evidencia a natureza da pessoa humana, reforçando a especificidade da pessoa humana dentro da obra criada (cf. ANJOS, 2015, p. 944).

Sua especificidade se dá pelo dom da inteligência, vista agora de modo mais positivo pelo Concílio. Esta inteligência capacita o homem a ir progredindo em seus juízos, rumando para uma autonomia. Esta autonomia evidencia-se pelo binômio consciência e liberdade, trabalhados nos números 16 e 17, dimensões constitutivas da natureza humana, necessárias para que a ação humana possa ser verdadeiramente responsável. A definição conciliar de consciência

já trabalhada previamente por Häring em *A lei de Cristo* (cf. 1964, p. 197), se tornará o padrão para os trabalhos sobre a objetividade moral.

Na intimidade da consciência, o homem descobre uma lei, que não dá a si mesmo, mas à qual deve obedecer; e essa voz, que sempre o chama a amar e praticar o bem e evitar o mal, no momento oportuno, soa-lhe aos ouvidos do coração: faz isso, evita aquilo. De fato, o homem tem uma lei inscrita por Deus em seu coração; obedecer-lhe é sua própria dignidade e de acordo com ela será julgado (Rm 2,14-16). A consciência é o núcleo secretíssimo e o sacrário do homem, no qual ele está sozinho com Deus, cuja voz ressoa em seu íntimo. Pela consciência, descobre-se de modo admirável aquela lei, que se cumpre no amor de Deus e do próximo (Mt 22,37-40; Gl 5,14). Pela fidelidade à consciência, os cristãos se unem aos homens na busca da verdade e na solução de muitos problemas morais que surgem tanto na vida individual quanto na social. Portanto, quanto mais prevalecer a consciência reta, tanto mais as pessoas e os grupos se afastam de um arbítrio cego e se esforçam por conformar-se a normas objetivas de moralidade. Contudo, não raro acontece que, por ignorância invencível, a consciência erra, embora sem perder sua dignidade. Isso, porém, não se pode dizer quando o homem pouco se preocupa em procurar a verdade e o bem e, pelo hábito do pecado, pouco a pouco a consciência se torna quase cega. (GS, 16)

A reflexão sobre a consciência é um dos principais testemunhos da ontologia positiva expressa pelo Vaticano II, sendo o ponto de ancoragem dos moralistas e seu processo de renovação. Embora ainda utilize o vocábulo da lei, a consciência agora é a instância de sua manifestação, como lei interior dada por Deus, superando uma lei externa, sendo o ponto fundamental para o juízo moral feito pela pessoa (cf. KEENAN, 2013, p. 128). Esta lei interior não quer dizer que o critério de moralidade seja um juízo subjetivo e individualista, mas tem como dado objetivo o próprio Deus, transcendente ao próprio homem, que lhe fala na consciência, onde habita.

Na concepção conciliar, a consciência não tem mais apenas um papel de conhecimento e execução das leis morais, como na visão casuística e dos manuais. Se “o homem só pode converter-se ao bem livremente” (GS, 17), ele passa necessariamente por um processo de interiorização da lei, executando-a por convicção, não pela coação externa, articulando lei externa, dada por Deus, e a voz interna, eco do próprio Deus, evidenciando a autonomia do sujeito, que no Concílio é entendida como livre-arbítrio (cf. ANJOS, 2015, p. 47), dom de Deus aos homens.

A heteronomia, autonomia e teonomia, são os três pressupostos e exigências para uma ética e formação do sujeito contemporâneo. São as balizas fundamentais para a formação da consciência moral quando uma se relaciona harmonicamente com a outra. O sujeito e sua consciência, sedentos de critérios, encontram nesta tríade, a condição para se formar e adequar sua vida segundo as virtudes. (ALMEIDA, 2010, p. 61)

A consciência torna-se uma instância primordial da moralidade, não sendo apenas passiva, mas ativa, já que o dever moral não vem de fora, mas acontece na intimidade da pessoa (cf. ANJOS, 2015, p. 946). A consciência não pode ser vista apenas como uma realidade de

atualização da lei moral dentro do homem, mas constitui-o efetivamente na sua relação íntima com Deus (cf. ANJOS, 2015, p. 946), que necessariamente deve impulsioná-lo ao encontro com os irmãos e irmãs. Esta instância é distintiva para a afirmação da dignidade humana, que o coloca em proximidade com seu Criador, de quem ele é imagem e semelhança. Além da autonomia da consciência enquanto instância moral, o Concílio declara a autonomia moral dos seres humanos, nas suas realidades terrestres (cf. GS, 36), reforçando o papel que ela desempenha para a determinação da ação concreta em vista do bem.

Na segunda parte da Constituição, o documento versa sobre realidades humanas diversas, como o trabalho, a família e a vida matrimonial, a política, a economia, a cultura, tendo como objetivo principal não elencar os pecados em cada uma destas áreas, mas fundamentar os valores intelectuais, afetivos, morais e sociais para a ação cristã, reconhecendo nestas dimensões uma realidade autônoma, com fundamentos específicos (cf. VIDAL, 2003, p. 453). Na *Gaudium*, forja-se uma nova compreensão para os fundamentos de uma moral social eclesial, aplicando os conceitos que estão explicitados na primeira parte do texto (cf. ANJOS, 2015, p. 946) às realidades concretas e históricas enfrentadas por toda a humanidade e, conseqüentemente, pela Igreja. Além disso, é evidente o uso de termos positivos sobre o casamento e a família, numa abordagem mais personalista, colocando o enfoque na aliança e na comunhão de amor do que na finalidade procriativa do matrimônio, abordagem amplamente utilizada anteriormente (cf. KEENAN, 2003, p. 129).

Pode-se verificar que a *Gaudium et Spes* marca uma nova compreensão antropológica e moral, na sua análise da consciência como instância que possibilita a objetividade da verdade de Deus (cf. GONÇALVES, 2015, p. 400), bem como destacando a positividade das realidades terrestres, na sua metodologia aberta às ciências humanas e na busca constante de estabelecer um diálogo com o mundo contemporâneo. Ela sintetiza os anseios de grande parte dos teólogos da Moral Renovada, colocando tal anseio dentro do arcabouço magisterial.

2.4. O período pós-conciliar

Os períodos pós-conciliares são marcados pelo processo de recepção das proposições definidas pela ala conciliar, apontando para um processo de continuidade e descontinuidade na prática da Igreja. Após o Concílio Ecumênico Vaticano II, deseja-se destacar duas figuras que representam diferentes modos de realizar tal recepção: João Paulo II e Francisco.

2.4.1 João Paulo II

Se durante o período conciliar, a teologia moral renovada encontrou ampla adesão, ainda que diluída em alguns textos do Magistério, o pontificado de João Paulo II é marcado por um

momento de tensão entre Magistério e Teologia Moral. Aproveitando-se da proximidade do bicentenário da morte de Santo Afonso Maria de Ligório, o pontífice polonês escreveu a carta *Veritatis Splendor*, sobre questões fundamentais do ensino moral da Igreja, onde pela primeira vez o Magistério sintetiza os elementos principais da ética teológica (cf. VS, 115). O próprio papa esclarece os objetivos do seu escrito:

Hoje, porém, parece *necessário refletir sobre o conjunto do ensinamento moral da Igreja*, com a finalidade concreta de evocar algumas verdades fundamentais da doutrina católica que, no atual contexto, correm o risco de serem deformadas ou negadas. De fato, formou-se *uma nova situação dentro da própria comunidade cristã*, que experimentou a difusão de múltiplas dúvidas e objeções de ordem humana e psicológica, social e cultural, religiosa e até mesmo teológica, a propósito dos ensinamentos morais da Igreja. Não se trata já de contestações parciais e ocasionais, mas de uma discussão global e sistemática do patrimônio moral, baseada sobre determinadas concepções antropológicas e éticas. (VS, 4)

Pode-se verificar que a intenção do Papa foi propor as linhas gerais de uma moral fundamental, na intenção de corrigir os cursos que os teólogos morais tinham realizado em seu empreendimento intelectual. O texto de João Paulo II é uma expressão do neomanualismo, corrente que se opunha diretamente à proposta dos teólogos renovados. Para alguns autores, a utilização do aporte neomanualístico dentro do Magistério conduziria ao cerceamento da tolerância e diversidade teológica, bem como inibir a consciência cristã e a verdade moral (cf. KEENAN, 2013, p. 158), valores defendidos no Concílio Vaticano II.

As reações à encíclica foram diversas. Alguns autores afirmam que a *Veritatis Splendor* reinterpretou a *Gaudium et Spes*, retornando a uma visão dualista e individualista do homem, posição antropológica abandonada na Constituição Pastoral, bem como utilizando-se da *Gaudium* para enfatizar a lei e os preceitos (cf. KEENAN, 2013, p. 130), proposta que não está em evidência no texto conciliar, sendo um retrocesso na proposta ética contemporânea. Pela avaliação de Keenan, a hierarquia eclesial recebeu bem a encíclica, como uma forma de questionamento sobre o relativismo moral presente no mundo contemporâneo. No meio termo de ambos os grupos, estavam os redentoristas, que propunha uma aproximação dos dois sistemas e interpretações (cf. KEENAN, 2013, p. 165).

É digno de nota que a encíclica *Veritatis Splendor* foi publicada em meio a uma notificação emitida pela Congregação para a Doutrina da Fé, condenando posturas teológicas do teólogo moralista Curran¹⁶, sobretudo por suas discordâncias com relação à moral especial, sobre a sexualidade ou ainda a pouca influência da fé para a constituição da moral (cf. KEENAN, 2013, p. 137). A Congregação também escreverá contra Vidal¹⁷, ainda que apenas

¹⁶ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1986, s/p.

¹⁷ Cf. CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2001, s/p.

no início do século XXI. Embora não tenha citado nenhum dos revisionistas, pelas teses confrontadas pelo Papa, é evidente a referência na encíclica aos conteúdos tratados pelo grupo.

Uma das principais inquietações do pontífice é o perigo de, ao afirmar a autonomia das realidades terrestres e da consciência, como a *Gaudium* realiza (cf. GS, 36), o ser humano caia em uma autonomia autossuficiente (cf. VS, 39), perigo já evidenciado pela Constituição Pastoral (cf. Gs, 16). No texto, também não se aceita que a lei divina e natural seja vista como heteronomia, totalmente afastada do homem (cf. VS, 41), que apenas se submeteria à vontade divina. Para evitar cair em tais perigos, o papa cunha o termo *teonomia participada*, na colaboração entre homem e Deus, mas evidenciando o acento para o divino e transcendente. Tal alteração paradigmática parece reduzir a autonomia humana, problemática que seria mais bem trabalhada se o termo utilizado fosse *cristonomia*, já que no Verbo Encarnado unem-se a dimensão humana e divina (cf. VIDAL, 2003, p. 482).

Assim, no final do século XX, a teologia moral, marcada pela renovação no seu início, passou por um processo de dogmatização (cf. VIDAL, 2003, p. 486), a partir das intervenções magisteriais. Tal processo, ainda que se leve em conta algumas novidades advindas da moral renovada, parece ter restringido a moral ao âmbito magisterial, onde o teólogo moral teria como única função expor a doutrina (cf. VS, 110), com as diversas intervenções papais, já que a moral seria eminentemente normativa.

2.4.2 Francisco

Pouco tempo depois da eleição de Francisco como Bispo de Roma, Anjos, ao tratar sobre a teologia moral após o Vaticano II fez a seguinte proposição: “O pontificado do Papa Francisco iniciado em 2013 reabre as esperanças de um ambiente propício ao diálogo participativo como método mais adequado ao encontro da Moral com as exigências de coerência e transparência de sua fé cristã” (2015, p. 947). Seu modo de abordar a teologia, e de forma particular a ética teológica parece indicar que tais previsões estão sendo concretizadas.

Uma primeira distinção realizada pelo pontífice que evidencia uma postura alinhada às propostas conciliares é a promoção de uma maior liberdade da missão do teólogo na vida da Igreja, que se distingue diretamente da tarefa de um catequista: enquanto este tem a missão de transmitir a doutrina eclesial de forma sólida, aquele está mais ligado a um processo de investigação mais profundo e criativo da fé, sem se descolar da fé já estabelecida pela Igreja.

Os teólogos devem ir além, procurar ir mais além. Mas quero distinguir isto do catequista: o catequista deve oferecer a doutrina certa, a doutrina sólida; não as eventuais novidades, das quais algumas são boas, mas o que é sólido; o catequista transmite a doutrina sólida. O teólogo ousa ir além, e será o Magistério que o deterá.

Mas a vocação do teólogo é sempre a de se aventurar a ir além, porque ele está a procurar, e está a procurar explicitar melhor a teologia. (FRANCISCO, 2022b, s/p)

Francisco não nega a constante e necessária tensão entre a missão teológica e o Magistério, mas evidencia o caráter inédito e “primeireal”¹⁸ que o teólogo deve ter em seu ministério. Esta capacidade de novidade é um dos principais passos para evitar um encastelamento da teologia, que se trancaria dentro do gabinete (cf. EG, 133), da academia, em reflexões idealizadas, sem descer para a realidade concreta da humanidade. A teologia moral deve estar disposta a “sujar as mãos, com a concretude dos problemas” (FRANCISCO, 2019a, s/p) contemporâneos.

O impulso missionário proposto por Francisco para toda a Igreja também se faz presente dentro da prática teológica. Estes são chamados a promover um “diálogo com o mundo da cultura e da ciência” (EG, 133), diálogo que deve ser sem restrições (cf. VG, 4b), como desdobramento necessário da missão evangelizadora. É evidente que todas as áreas da teologia são chamadas a realizar tal proposta, mas como já enunciado pelo *Optatam Totius*, a teologia moral, chamada à cientificidade, tem como identidade este diálogo com as demais ciências, sobretudo as sociais, exercendo assim sua missionariedade (cf. FRANCISCO, 2019a, s/p) e assumindo a característica de ser uma área de fronteira com os outros campos do saber, promovendo a interdisciplinaridade (cf. VG, 4c).

Para bem realizar a missão de “fazer encontrar e acolher Cristo na vida quotidiana concreta, como Aquele que, libertando-nos do pecado, da tristeza, do vazio interior e do isolamento, faz nascer e renascer em nós a alegria” (FRANCISCO, 2019a, s/p), ela deve assumir uma proposta que se afaste da excessiva idealização da experiência cristã, bem como dos juízos afastados da concretude das pessoas e famílias deste mundo. Esta opção metodológica “não se trata, propriamente, de refutar apressadamente um modelo moral de princípios, desembocando em um situacionismo, como acusam muitos críticos, mas, antes ‘perder’ tempo na análise da realidade, antes de elaborar um juízo moral” (ALMEIDA, 2021b, p. 169), participando de um diálogo ativo e saudável com o mundo, não preocupado apenas em dar uma palavra definitiva sobre situações novas e desafiadoras, que exigem um caminho de discernimento, acompanhamento e integração.

Este diálogo só será possível na superação da autorreferencialidade eclesial (cf. EG, 95), não se apegando a um único tipo de leitura da realidade (cf. EG, 16), nem mesmo da do Romano

¹⁸ Este é um neologismo realizado pelo Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* para evidenciar que os cristãos devem buscar a novidade para levar a termo a missão do anúncio de Jesus e seu Reino, buscando novos caminhos, novas estruturas para a evangelização. (cf. EG, 24)

Pontífice (cf. AL, 3). É preciso se esforçar para que as reflexões próprias de cada cultura e de cada país a partir da sua pastoral possam ser valorizadas e incentivadas, sem que haja prejuízo da doutrina comum já estabelecida, missão que deve ser assumida pelos teólogos.

A teologia moral, segundo Francisco, ecoando a *Gaudium et Spes*, deve estar disposta a superação do paradigma ético individualista (cf. 2019a, s/p), para que, “perante as várias formas atuais de eliminar ou ignorar os outros, sejamos capazes de reagir com um novo sonho de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras” (FT, 6), atingindo o cotidiano de todas as pessoas. O desafio da promoção de tão grande empenho se faz necessário atualmente para a superação da “cultura do descartável” (EG, 53), promovendo a valorização e o resgate da dignidade humana de todos, mas sobretudo dos marginalizados, dos pobres e explorados

Outros dois pontos que devem plasmar a construção da teologia moral são teses de ancoragem do ministério de Francisco: o cuidado com a casa comum e a misericórdia. O cuidado com a criação em sua integralidade ainda é “praticamente ausente nos manuais de teologia moral” (ALMEIDA, 2021b, p. 164), evidenciando os grandes avanços que podem ser feitos neste campo, impulsionados pela Encíclica *Laudato Si'* e pela Exortação Apostólica *Querida Amazônia*. Realizando uma teologia moral sempre mais propositiva do que impositiva, mais marcada pela adesão pessoal que pelo peso da Lei, os teólogos são convidados a não se esquecer que

Embora seja verdade que é preciso ter cuidado com a integralidade da doutrina moral da Igreja, todavia sempre se deve pôr um cuidado especial em evidenciar e encorajar os valores mais altos e centrais do Evangelho, particularmente o primado da caridade como resposta à iniciativa gratuita do amor de Deus. Às vezes custa-nos muito dar lugar, na pastoral, ao amor incondicional de Deus. Pomos tantas condições à misericórdia que a esvaziamos de sentido concreto e real significado, e esta é a pior maneira de frustrar o Evangelho. É verdade, por exemplo, que a misericórdia não exclui a justiça e a verdade, mas, antes de tudo, temos de dizer que a misericórdia é a plenitude da justiça e a manifestação mais luminosa da verdade de Deus. Por isso, convém sempre considerar “inadequada qualquer concepção teológica que, em última instância, ponha em dúvida a própria onipotência de Deus e, especialmente, a sua misericórdia” (AL, 311)

Portanto, é possível ver que Francisco apresenta um “sugestivo impulso renovador diante do árduo trabalho reflexivo dos teólogos moralistas” (ALMEIDA, 2021b, p. 168), desejoso que tal processo de renovação da ética teológica, processo iniciado no século XX e acolhido durante o Vaticano II possa continuar no diálogo generoso com a sociedade no período contemporâneo.

3 POR UMA CIBERÉTICA A PARTIR DO DISCERNIMENTO

Uma das principais preocupações do Magistério eclesial com relação ao uso das novas tecnologias de informação é a decorrente problemática moral destes meios, na tensão natural entre seu uso benéfico e nocivo. No decreto conciliar *Inter Mirifica*, que trata de modo inédito sobre os meios de comunicação social dentro de um Concílio Ecumênico, este é um tópico de primeira ordem:

“Na verdade, a Mãe Igreja reconhece que esses instrumentos, quando usados corretamente, oferecem válidos subsídios ao gênero humano, tanto para a diversão como para a cultura, e também para propagar e consolidar o Reino de Deus; reconhece também que os homens podem usá-los contra a vontade do divino Criador, em detrimento dos próprios planos; mais ainda, a Igreja sente uma angústia maternal pelos prejuízos causados pelo mau uso que muitas vezes se faz desses instrumentos de comunicação social” (IM, 2)

Se outrora, na década de 60, os meios de comunicação já eram utilizados de forma desviada de sua proposta inicial, como aponta o documento, nos tempos atuais, as *fake news* parecem ser um de seus problemas mais emergentes, recebendo certo destaque no atual Magistério, buscando encontrar soluções para esta dificuldade contemporânea. Baseando-se na proposta advinda da Moral Renovada, com uma ética mais indicativa do que imperativa (cf. VIDAL, 1978, p. 51), pode-se buscar pistas de ação para que os cristãos, além do domínio das tecnologias, tenham uma autêntica vivência cristã nas redes, superando o mero instrumentalismo (cf. ZANON, 2021, p. 93), sem que tais ações esgotem o debate e a sadia criatividade das comunidades, que sempre encontram novos jeitos de anunciar o Evangelho a todos. No multiforme mundo contemporâneo, “as decisões que, em outras épocas, já foram mais óbvias, pois eram dadas por uma instituição hegemônica, hoje exigem a tarefa trabalhosa do discernimento. Só um sistema complexo de pensamento, que leve em conta as diversas ciências e a sabedoria da fé, pode dar conta desse desafio” (CARMO, 2023, p. 40).

Na sua mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais de 2018, Papa Francisco estabelece um caminho, uma metodologia para que a comunidade eclesial possa vencer as problemáticas das notícias falsas: “a prevenção e identificação dos mecanismos da desinformação requerem também um discernimento profundo e cuidadoso” (FRANCISCO, 2018c, s/p). É precisamente com esta categoria da ética teológica, tipicamente inaciana (cf. SEMERARO, 2018, p. 47) e que marca o magistério de Francisco, que as *fake news* serão confrontadas neste trabalho.

O vocábulo *discernimento* pode ser definido como “faculdade de ter clareza do que é certo ou errado, do que promove a vida ou a maltrata, do que se deve fazer ou se deve evitar” (CARMO, 2023, p. 17), evidenciando o seu aspecto propriamente moral, onde as pessoas, pelos

sinais que lhe são disponíveis, regem a sua conduta, tarefa árdua realizada cotidianamente por todos, mesmo que, muitas vezes, nem se dê conta do processo realizado. Se há na sociedade atual uma fragmentação ética (cf. TAVARES, 2023, p. 136), que dificulta a consciência da ação moral dos sujeitos, a teologia pode contribuir para o debate e estabelecer luzes através do discernimento para uma melhor comunicação entre os seres humanos.

3.1 O discernimento nas Sagradas Escrituras

Nas Sagradas Escrituras, são apresentados diversos binômios para que os participantes da comunidade possam tomar uma decisão: escolher entre o caminho da bênção e a maldição, entre a vida e a morte (Dt 30,19), da construção da casa sobre a rocha ou sobre a areia (Mt 7,24-27), ser sábio ou ímpio (Sl 1), viver as obras da carne ou do Espírito (Gl 5,16-26). Estes breves exemplos evidenciam que o texto sagrado está repleto de imposições decisivas para os seus interlocutores. Esta capacidade de escolha entre caminhos possíveis é a manifestação de como o discernimento aparece continuamente dentro da palavra de Deus, ainda que sem o emprego próprio do termo.

3.1.1 Antigo Testamento

No Antigo Testamento, há cinco termos que costumeiramente são traduzidos como discernimento ou seu respectivo verbo, expressão que estará mais presente e evidente na língua grega no Novo Testamento. O primeiro deles é *saphat*, usado em Ez 34,20, significando decidir uma controvérsia. O termo *nakar*, que aparece em Jó 4,16, pode ser traduzido por examinar. Em 2Sm 14,17, utiliza-se um termo com a raiz *shama'*, que indica uma consideração com atenção. Uma quarta possibilidade é o uso do termo *sakal*, usado em Gn 3,6, que indica uma ação sábia. Ser prudente, termo em português traduzido do hebraico *bin*, é empregado em 1Rs 3,9.11 (cf. CARMO, 2023, p. 21).

Há, entretanto, alguns termos hebraicos correlatos, que podem expressar a faculdade deliberativa do discernimento. O primeiro deles é a sabedoria, vindo do hebraico *hokma*, louvada amplamente no Antigo Testamento. Esta expressão quer indicar tanto uma habilidade intelectual como um acúmulo de saber por conta das diversas vivências já enfrentadas. Nos textos sapienciais, sobretudo nos Provérbios, a sabedoria pode ser sintetizada como a vivência de acordo com a vontade divina, aproximando-se assim da compreensão de discernir entre o bem e o mal, entre o caminho divino e o caminho humano mesmo nas entrelinhas da vida, como uma espécie de intuição (cf. CARMO, 2023, p. 23).

Outro termo próximo do discernimento usado no Antigo Testamento é o entendimento (*sakal*, em hebraico), qualidade normalmente atribuída aos que tinham a missão do ensino, os

mestres. Tal característica não se expressa numa mera vivência humana, mas está direcionada diretamente com a meditação da Lei do Senhor (Sl 119,99), sendo um atributo mais religioso do que da razão natural, mas diretamente ligado à execução da vida prática: “O entendimento se aproxima do *discernimento* quando uma boa compreensão das reais possibilidades da vida leva a distinguir os desafios e a enfrentá-los com estratégias bem calculadas” (CARMO, 2023, p. 24). Em alguns casos, o termo entendimento está ligado à inteligência (*bynah*), como uma sensibilidade para verificar o momento presente e a ação divina na história (cf. CARMO, 2023, p. 25).

Por fim, no Antigo Testamento, a qualidade do bom senso (*ta'am*), no sentido de discrição e autodomínio, é atribuída a alguns personagens, como Abigail, em 1Sm 25,33, significando aquele que tem equilíbrio de si. Este vocábulo será traduzido para o grego como *sofrosyne*, moderação, autocontrole ou prudência, aparecendo no Novo Testamento em algumas ocasiões.

3.1.2 Novo Testamento

Segundo as definições de CARMO (cf. 2023, p. 20), o termo *discernimento*, derivado do latim *discernere*, tem por significado a separação, a distinção a partir de certos critérios entre dois ou mais elementos. O termo aparece sobretudo no Novo Testamento onde, por dezoito vezes, o verbo *διακρίνω* é utilizado, significando separar por completo, totalmente, mas também duvidar, julgar, confrontar ou lutar contra algo (cf. CARMO, 2023, p. 20). O termo também aparece como o substantivo *διάκρισις* por três vezes (cf. CARMO, 2023, p. 21). Estas aparições parecem apontar para a importância do termo dentro das Escrituras, sendo apontado como a chave de toda a moral neotestamentária (cf. AZPITARTE, 1997, p. 233; cf. JUNGES, 2001, p. 121).

Uma das pesagens mais célebres sobre o discernimento é Mt 16,3, onde se lê: “Mas Jesus lhes respondeu: ‘Ao entardecer dizeis: vai fazer bom tempo, porque o céu está avermelhado; e de manhã: hoje teremos tempestade, porque o céu está de um vermelho sombrio.’ O aspecto do céu, sabeis interpretar, mas os sinais dos tempos, não sois capazes”, servindo de paradigma para que os discípulos de Jesus possam estar atentos às diversas evidências da chegada de um novo tempo, marcado pela presença messiânica (cf. BOFF, 1979, p. 26). Os principais *sinais dos tempos* são as obras de Jesus, ou ainda a sua própria presença e ministério em sua totalidade, que descortina um novo momento na história da salvação.

Apesar de utilizar apenas uma vez o termo discernimento, CARMO vê no relato de At 10,1-11,18, texto da conversão de Cornélio, um paradigma eclesial deste dom, já que ele é a

chave de leitura da perícopes (cf. 2023, p. 27). A Boa-Nova do Reino, inicialmente anunciada aos judeus, começa a chegar também aos gentios e os primeiros problemas surgem, já que o primeiro grupo não costumava manter relações com os pagãos. Tal barreira só foi superada pela ação do Espírito do Senhor, abrindo-se para a universalidade da mensagem evangélica. Pedro, após ter uma visão, começou a interpretá-la, mas não conta somente com suas faculdades humanas, sendo ajudado pelo Espírito para compreender o que deveria fazer naquele contexto, recebendo a visita dos enviados de Cornélio, manifestando que “a experiência religiosa não é absoluta em si mesma. Ela, apesar de importante, está sujeita à reflexão e à hermenêutica” (CARMO, 2023, p. 34). Pela experiência e pelo discernimento, Pedro percebeu que a mensagem salvífica de Jesus deveria ser anunciada a todos, sem distinção.

Embora a passagem evangélica acima citada seja de máxima importância para o termo do discernimento e da categoria teológica dos *sinais dos tempos*, bem como o relato da comunidade apostólica, é em Paulo que se acentua o potencial ético do discernimento na vida cristã. O apóstolo, em diversos de seus escritos, vai manifestar a lógica da vivência cristã, que se dá sobretudo na liberdade dos filhos de Deus (cf. 2Cor 3,17, Gl 5,1), ante ao apego à lei que era vivido por vários religiosos da época. A lei sintetizava o imperativo ético advindo do exterior da pessoa (cf. AZPITARTE, 1997, p. 230) e, embora tenha sido necessária, a partir de Cristo, libertador por excelência da morte e do pecado, ela perde sua função. Paulo terá que corrigir os excessos que a interpretação da liberdade causou na comunidade: “Tudo me é permitido, mas nem tudo convém” (1Cor 6,12). Sabendo que é a pessoa a principal responsável de transformar a potencialidade amorosa em ato, há sempre a possibilidade de que ela faça mal uso desta faculdade: “Não se pode negar o risco de um subjetivismo enganoso e auto-suficiente para acomodar a vontade de Deus à nossa e guiar a conduta em função de nossos interesses” (AZPITARTE, 1997, p. 234), mas também não se pode tomar o outro oposto, onde o sujeito não tem nenhuma autonomia no processo decisivo de suas ações.

A liberdade não deve ser entendida, então, como ausência total de noções éticas, mas em seu horizonte soteriológico (cf. AZPITARTE, 1997, p. 232). Àqueles que defendiam a salvação pelo mérito pessoal no cumprimento da Lei, Paulo propõe a radicalidade do amor, superando a Lei, pois o exercício da caridade vem do interior como convicção e exigência pessoal do discipulado a Jesus. A presença do Espírito Santo no batizado dá a ele a possibilidade de agir segundo a vontade de Deus mesmo sem o apego à Lei: “mas se vos deixais guiar pelo Espírito, não estais debaixo da Lei” (Gl 5,18). Assim, “quando se procura descobrir seriamente a vontade de Deus e qual a metodologia cristã para conseguir essa meta, nem a moral, nem a lei constituem o melhor modo de alcançar esse objetivo. Somente um discernimento espiritual

autêntico capacita verdadeiramente para finalidade como esta” (AZPITARTE, 1997, p. 230). É preciso confiar que os seguidores de Cristo, auxiliados pelo Espírito, realizarão o seu melhor, dentro das condições históricas localizadas.

Em Paulo, o discernimento também é visto como dom (cf. 1Cor 12,8-10) dado gratuitamente por Deus para algumas pessoas da comunidade eclesial, manifestando sua índole social. Aqueles que o receberam devem colocá-lo à disposição da comunidade para que a totalidade dos fiéis possa colher os frutos deste dom. Já que é o mesmo Espírito que congrega os fiéis (cf. Ef 4,4) e os auxilia no processo de discernimento, a comunidade é direcionada pelo próprio Deus, que suscita nos fiéis aquilo que eles devem realizar.

Assim, é possível verificar que, nas Sagradas Páginas, “o discernimento é fundamental, pois os seguidores de Jesus não se guiam por certezas dogmáticas ou por interditos morais, mas pelas inumeráveis dúvidas que os interpelam e os mantêm abertos à ação do Espírito do Mestre” (CARMO, 2023, p. 19). A vivência pneumatológica permite que o homem, haurindo-se a partir do seguimento de Jesus e das situações históricas concretas e manifestas a ele, consiga realizar seu processo de discernimento.

3.2 O discernimento no magistério do Papa Francisco

Desde o início de seu pontificado, Francisco tem insistido na categoria do discernimento. Uma de suas fontes é, sem dúvida, os textos conciliares. Já na convocação do Vaticano II, João XXIII, utiliza o termo *sinais dos tempos* para evidenciar o chamado que a Igreja deve ter em perscrutar o tempo presente e dar uma resposta de esperança para a humanidade, por tantos lados fragilizada. (cf. HS, 4).

Esta categoria dos *sinais dos tempos* retirada do Evangelho de Mateus¹⁹, assumida pela primeira vez dentro do Magistério eclesial por João XXIII na *Humanae Salutis* (cf. SUESS, 2015, p. 895), marca a ruptura, dentro do ambiente eclesiástico, de uma sustentação da cristandade para um momento pós-cristandade. Se no começo do seu uso, *sinais dos tempos* era utilizado como sinônimo para os problemas atuais (cf. BOFF, 1979, p. 46), com a *Ecclesiam Suam*, tal categoria será equiparada ao *aggiornamento*, definindo-se, sinteticamente, como o programa conciliar de forma geral (cf. SUESS, 2015, p. 898).

¹⁹ “Mas Jesus lhes respondeu: ‘Ao entardecer dizeis: Vai fazer bom tempo, porque o céu está avermelhado; e de manhã: Hoje teremos tempestade, porque o céu está de um vermelho sombrio. O aspecto do céu, sabeis interpretar, mas os sinais dos tempos, não sois capazes’ ” (Mt 16,3)

Esta correlação ressoa em toda a ala conciliar e em seus documentos, mas é mais evidenciado na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que trata de diversos temas pertinentes à sociedade do tempo contemporâneo:

Movido pela fé, mediante a qual crê que é conduzido pelo Espírito do Senhor, que enche o universo, o Povo de Deus se esforça por discernir quais sejam os verdadeiros sinais da presença ou do desígnio de Deus nos acontecimentos, nas exigências e aspirações das quais participa com os outros homens do nosso tempo. Com efeito, a fé ilumina todas as coisas e manifesta o plano divino sobre a vocação integral do homem e, assim, dirige a mente para soluções plenamente humanas (GS, 11)

O discernimento, para os padres conciliares, é entendido como um processo de verificação da realidade à luz da fé, lendo os *sinais dos tempos*, buscando lançar luzes para a ação concreta dos cristãos no mundo. Para um correto discernimento, “uma primeira exigência é não ignorar os apelos da história” (CARMO, 2023, p. 41), saindo da autorreferencialidade e olhando com sinceridade para o ambiente que está ao redor. Pode-se dizer que os *sinais dos tempos* dão a base necessária para que o processo de discernimento moral possa ser realizado na consciência humana e de forma comunitária com êxito.

Francisco, como filho do Concílio Vaticano II, utilizará esta categoria como uma de suas pedras fundamentais. Logo na sua primeira encíclica, Francisco deixa claro que, embora seja necessário realizar um método investigativo, olhando as luzes e sombras do momento histórico em que se vive, não é função do papa esgotar as análises de tais *sinais dos tempos*, mas favorecer que as comunidades locais e as conferências episcopais, situadas em diferentes lugares do globo e atingidas por diferentes características sociais, possam realizar este mesmo processo de averiguação (cf. EG, 16). Além disso, o discernimento não pode se resumir em um mero reconhecimento das realidades terrenas, mas implica em um processo de escolha daquilo que vem do próprio Deus (cf. EG, 51), ou, usando uma linguagem conciliar, quais são “os verdadeiros sinais” (GS, 11) de Deus no mundo, rejeitando aquilo que vem do mau espírito. Francisco escolhe o discernimento como seu projeto metodológico de pontificado, opção de sua eclesiologia e leitura do Evangelho (cf. COELHO; ALMEIDA, 2021, p. 836), impactando toda a sua reflexão e ação.

Em dois de seus escritos, Francisco dedica-se mais pormenorizadamente ao discernimento. Na Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, o conceito ocupa os números finais do documento. A reflexão sobre o chamado à santidade no mundo atual dá as pistas para que a prática cristã jamais se esqueça da vocação concedida por Deus a todos os batizados, de forma pessoal, e a sua Igreja, de forma comunitária (cf. LG, 39).

Uma das primeiras bases que o papa estabelece sobre esta categoria é que o discernimento é dom divino (cf. GE, 166), que conta com a colaboração humana, através da

psicologia, da sociologia, da moral, para o seu correto desenvolvimento (cf. GE, 170). Para exemplificar a necessidade de desenvolver esta graça divina nos tempos atuais, o pontífice utiliza-se de um exemplo dos meios de comunicação sociais:

Hoje em dia, tornou-se particularmente necessária a capacidade de discernimento, porque a vida atual oferece enormes possibilidades de ação e distração, sendo-nos apresentadas pelo mundo como se fossem todas válidas e boas. Todos, mas especialmente os jovens, estão sujeitos a um *zapping* constante. É possível navegar simultaneamente em dois ou três visores e interagir ao mesmo tempo em diferentes cenários virtuais. Sem a sapiência do discernimento, podemos facilmente transformar-nos em marionetes à mercê das tendências da ocasião. (GE, 167)

Mais do que estigmatizar os meios de comunicação social como um dos principais empecilhos para um bom processo de discernimento, a utilização deste exemplo deseja evidenciar as dificuldades presentes no mundo, necessitando de uma maior atenção às características presentes na vida cotidiana das pessoas e que as impactam profundamente neste processo decisivo. Já que as mídias digitais podem acentuar o fechamento do humano para as relações interpessoais, o processo de discernimento, como pensado por Francisco, não pode estar alicerçado em uma “autoanálise presuntuosa, uma introspeção egoísta” (GE, 175), realizado de forma isolada. O discernimento, como processo autônomo da consciência, não quer exprimir que o sujeito discernente tem como última instância a si mesmo, o que cairia em um individualismo subjetivista, mas o processo deve ser realizado ouvindo “o Senhor, os outros, a própria realidade que não cessa de nos interpelar de novas maneiras” (GE, 172). Participa ativamente deste processo a Igreja, responsável de encontrar nos seus tesouros, na Escritura e na Tradição, o modo de atualizar, de forma renovada, a proposta evangélica para o mundo contemporâneo:

Não se trata de aplicar receitas ou repetir o passado, uma vez que as mesmas soluções não são válidas em todas as circunstâncias e o que foi útil num contexto pode não o ser noutra. O discernimento dos espíritos liberta-nos da rigidez, que não tem lugar no ‘hoje’ perene do Ressuscitado. Somente o Espírito sabe penetrar nas dobras mais recônditas da realidade e ter em conta todas as suas nuances, para que a novidade do Evangelho surja com outra luz. (GE, 173)

O discernimento jamais pode ser entendido como um processo solipsista, como uma autonomia irrestrita do eu, mas também não pode ser compreendido apenas através da objetividade da Lei. Ao propor um caminho para a comunidade eclesial, equilibrando as instâncias morais, “Francisco inverte a reflexão moral, ultrapassando a falaciosa discussão em torno do relativismo e do objetivismo moral” (ALMEIDA, 2022, p. 668), elaborando uma síntese entre os dois polos, baseando-se mais no binômio liberdade-resposta que no conjunto lei-cumprimento (cf. GIL ESPINOSA, 2023, p. 8).

Na *Amoris Lætitia*, Francisco apresenta o discernimento como processo necessário dentro do acompanhamento pastoral, levando em consideração os casos concretos e pessoais presentes na comunidade eclesial, com a imposição do real sobre a idealidade (cf. EG, 233), já que o procedimento de discernimento deve levar em conta a concretude da vida humana. Na exortação apostólica pós-sinodal, o tema do discernimento é tratado exatamente para propor uma ação junto aos casais que, por diversos motivos, não vivem o ideal da vida matrimonial (cf. AL, 292).

É interesse que o pontífice realize, em certo momento do texto, um processo de discernimento sobre a caminhada eclesial e a vida matrimonial, reconhecendo que a aplicação de regras doutrinárias gerais e universais acabou por desvirtuar algumas características essenciais do estado conjugal, desencarnando-o da realidade (cf. AL, 36). Seria muito reducionista pensar o ministério pastoral e seu acompanhamento como uma mera aplicação de regras. Evocando Tomás de Aquino, que afirmava que a indeterminação aumenta conforme o aumento da particularidade, o papa propõe uma dialética entre universal e particular:

É verdade que as normas gerais apresentam um bem que nunca se deve ignorar nem transcurar, mas, na sua formulação, não podem abarcar absolutamente todas as situações particulares. Ao mesmo tempo é preciso afirmar que, precisamente por esta razão, o que faz parte de um discernimento prático de uma situação particular não pode ser elevado à categoria de norma. Isto não só geraria uma casuística insuportável, mas também colocaria em risco os valores que se devem preservar com particular cuidado. (AL, 304)

É notável a postura de Francisco de se afastar do modelo casuísta-manualista, assumindo verdadeiramente a proposta de uma moral que leva em conta a necessidade das especificidades das pessoas, ancorando o discurso teológico na historicidade da pessoa. Para reverter esta situação de um suposto primado da objetividade da Lei, tendência renunciada pelo pontífice, a aposta do papa é abrir espaço para que a consciência dos fiéis seja melhor trabalhada, evitando o demasiado acento sobre a idealidade e a lei, numa proposta mais aberta e propositiva onde a Igreja é chamada à formação das consciências (cf. AL, 37), deixando espaço aberto para o discernimento pessoal a partir da consciência do fiel. O papa adota como um dos seus axiomas morais a ausência de absolutos morais onde “todos os cristãos são chamados a junto – caminhar – na busca por um discernimento da consciência, enraizada no Evangelho e na experiência eclesial” (ALMEIDA, 2022, p. 668)

O discernimento, então, deve ser visto com um caminho possível de acompanhamento das diversas situações existentes dentro da comunidade eclesial, inclusive aquelas tidas como

“relações imperfeitas” (cf. AL, 78). Aplicando o princípio da gradualidade²⁰, o papa não estabelece que haja uma mudança no fundamento ideal, na lei, mas “uma gradualidade no exercício prudencial dos atos livres em sujeitos que não estão em condições de compreender, apreciar ou praticar plenamente as exigências objetivas da lei.” (AL, 295). Assim, o discernimento é o processo que ajuda na manifestação da graça de Deus (cf. AL, 305), mesmo nas diversas situações complexas vividas pelos participantes da comunidade:

O discernimento deve ajudar a encontrar os caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Por pensar que tudo seja branco ou preto, às vezes fechamos o caminho da graça e do crescimento e desencorajamos percursos de santificação que dão glória a Deus. Lembremo-nos de que ‘um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades’ (AL, 305)

Francisco, seguindo a proposta conciliar, resgata o discernimento de sua utilização apenas na vida consagrada e presbiteral (cf. GIL ESPINOSA, 2023, p. 6), evidenciando que este processo se aplica à pastoral geral da Igreja, com o objetivo de lançar luzes sobre o tempo presente, aplicando-se a pessoas concretas, históricas, com suas dores e alegrias. Francisco não se preocupa em criar regras de conduta, pois sabe que “não há argumentação teológica capaz de convencer mais que a fecundidade da prática pastoral” (CARMO, 2023, p. 39), propondo que os pastores possam ter uma atitude de acolhida e de acompanhamento, o que permite ver a ação de Deus na história de todos. O discernimento, apesar de sua ausência de infalibilidade, de certeza (cf. FRANCISCO, 2022a, s/p), como processo eclesial e particular, se torna um modo privilegiado da Igreja acolher, dentro de suas discussões, a contingência dos casos concretos dos fiéis, incluindo seus diversos dramas e complicações que lhe são próprios, possibilitando um maior acompanhamento das situações específicas. A tríade acompanhar, discernir e integrar sintetiza a missão do discernimento na vida eclesial (cf. TAVARES, 2023, p. 140), tarefa a ser executada não apenas em momentos extraordinários, mas no cotidiano da pastoral, (cf. GE, 169).

²⁰ Já utilizado por João Paulo II na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, 9: “É pedida uma conversão contínua, permanente, que, embora exigindo o afastamento interior de todo o mal e a adesão ao bem na sua plenitude, se atua concretamente em passos que conduzem sempre para além dela. Desenvolve-se assim um processo dinâmico, que avança gradualmente com a progressiva integração dos dons de Deus e das exigências do seu amor definitivo e absoluto em toda a vida pessoal e social do homem. É, por isso, necessário um caminho pedagógico de crescimento, a fim de que os fiéis, as famílias e os povos, antes, a própria civilização, daquilo que já receberam do Mistério de Cristo, possam ser conduzidos pacientemente mais além, atingindo um conhecimento mais rico e uma integração mais plena deste mistério na sua vida.”

Para que o discernimento possa ocorrer de forma benéfica, pessoal e comunitariamente, ele deve ser alicerçado em três pilares fundamentais, oriundos da Teologia Moral: o seguimento de Jesus, a formação integral e a formação da consciência.

3.2.1 O seguimento de Jesus

Uma das principais categorias utilizadas na ética teológica contemporânea é a de seguimento de Jesus. Tal uso não é injustificado, já que “ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, dessa forma, o rumo decisivo” (DCE, 1). O sistema de ação baseado na fé é sempre de ordem segunda, como manifestação prática do encontro do crente com Jesus. O primeiro passo é aderir à Pessoa de Jesus (cf. VS, 19) como resposta ao seu convite de seguimento.

Atualmente, parece-se dar-se preferência ao uso do termo seguimento do que imitação de Cristo, sendo uma categoria com mais enraizamento nos textos neotestamentários e na prática inaciana, amplamente divulgada cotidianamente (cf. JUNGES, 2001, p. 105). Na perspectiva do seguimento, mais do que imitar Jesus, o fiel deseja permanecer com Ele (cf. Jo 15,4), aprendendo d’Ele como agir no mundo diante das diversas contingências apresentadas. Assim, o seguimento autêntico torna possível que o fiel reproduza “criativamente no hoje da nossa história a prática de Jesus” (JUNGES, 2001, p. 122), já que a mera imitação não abarcaria os desafios e problemas presentes no mundo pós-moderno.

O seguimento, enquanto “processo de transformação interior, realizado pela Graça, que conduz a uma forma de vida própria do discípulo ou seguidor de Jesus” (VIDAL, 2003, p. 115) leva à conformação com Cristo, fazendo com que o discípulo aja no mundo tal como Jesus. A proposta ética de Jesus se evidenciou como desconcertante e até mesmo escandalosa (cf. CASTILLO, 2010, p. 17), pois mexeu, em grande parte com o sistema religioso vigente, sendo uma das causas de sua condenação à morte. A ação dos seus seguidores não deve prezar pelo mero cumprimento da Lei, mas deve ter a característica e a ousadia de *primeirizar* (cf. EG, 24), indo de encontro com as realidades mais desafiadoras dos tempos atuais para levar o conforto que vem do Cristo, norma final de toda a ação (cf. TAVARES, 2023, p. 139). Assim, a categoria do seguimento de Jesus aplicada ao campo ético, fruto da Renovação da Moral advinda do século XX, expressa um dos fundamentos da teologia moral, acentuando o cristocentrismo moral (cf. VIDAL, 2003, p. 115) que deve haver na vida do crente.

Numa de suas catequeses sobre o tema do discernimento, Francisco evidencia este seguimento a partir da familiaridade que o crente deve ter com o Senhor. Assim, ele propõe um

processo de seguimento que passa necessariamente pela oração, como processo de configuração a Deus: “estar em oração significa abrir o coração para Jesus, aproximar-se de Jesus, deixar que Jesus entre no meu coração e nos faça sentir a sua presença” (FRANCISCO, 2022a, s/p), permitindo-se ter com Jesus uma relação de proximidade e de amizade. Aquele que faz a experiência do discipulado e da intimidade com o Senhor é chamado a anunciar-l’O, a compartilhar com os irmãos esta mesma experiência (cf. DAp, n. 145).

A oração, segundo Francisco, acaba por se tornar espaço privilegiado para o processo de discernimento, verificando-se como o processo de escuta de Deus e dos apelos dos irmãos e da realidade (cf. GE, 172). Através de um discernimento orante, o fiel é chamado a se configurar ainda mais a Cristo e ao seu seguimento, vendo como Deus manifesta a sua vontade:

A oração é uma ajuda indispensável para o discernimento espiritual, sobretudo quando envolve os afetos, permitindo que nos dirijamos a Deus com simplicidade e familiaridade, como se fala com um amigo. É saber ir além dos pensamentos, entrar em intimidade com o Senhor, com uma espontaneidade afetuosa. [...] A oração verdadeira é familiaridade e confiança com Deus. [...] A verdadeira oração é aquela espontaneidade e afeto com o Senhor. Esta familiaridade supera o medo ou a dúvida de que a sua vontade não é para o nosso bem, uma tentação que às vezes atravessa os nossos pensamentos, tornando o coração inquieto e incerto ou até amargo. (FRANCISCO, 2022a, s/p)

Pode-se ver, então, que seguimento, oração e discernimento estão como que unidos para proporcionar ao fiel a possibilidade de descobrir a vontade de Deus em sua vida, permitindo que ele aja de acordo com tal vontade, conteúdo último do processo de discernimento (cf. JUNGES, 2001, p. 126).

3.2.2 A formação integral

Uma das tarefas da Teologia Moral é propor e repropor um caminho formativo, iluminando as realidades do mundo contemporâneo, para que o sujeito possa, a partir de sua consciência, tomar as devidas decisões (cf. ALMEIDA, 2022, p. 656), dando maior ênfase para o caráter decisivo que o sujeito tem do que para a objetividade da Lei. Há, pois, a necessidade de uma proposta de formação humana integral, que leve em conta as diversas áreas em que as pessoas estão inseridas, onde tomam as suas escolhas. Já que se vive a era da vida *onlife* (cf. SBARDELOTTO, 2022b, p. 232), sem separação dicotômica entre mundo real e digital, é preciso pensar em um projeto formativo para contribuir e lançar as bases para atuação onde quer que estejam. Pensar em uma formação, no campo da Moral é, necessariamente, levar em consideração o ambiente conectado e o desconectado.

Segundo João Paulo II, “é necessário uma vasta obra formativa para fazer com que a mídia seja conhecida e usada de maneira consciente e apropriada” (RD, 11). Podemos entender o processo formativo dentro para o uso das redes através de vários prismas. O primeiro deles é

o técnico. É necessário um esforço para conhecer melhor o meio digital, suas particularidades, suas linguagens. Se uma nova tecnologia informacional gera um novo modo de pensar, de se expressar, é fundamental que a Igreja seja capaz de adaptar a sua mensagem a este contexto (cf. RM, 37).

Ainda que seja possível e válido em muitas circunstâncias, parece-nos insuficiente realizar uma mera virtualização da fé (cf. SBARDELOTTO, 2020, p. 99), utilizando o virtual apenas em substituição ao encontro presencial quando este está impossibilitado, transmitindo e transpondo os momentos vividos na comunidade nas redes. No período da pandemia da COVID-19 e da maior restrição de circulação de pessoas, este processo foi de extrema importância para que as pessoas pudessem continuar em contato com as práticas que teriam em suas comunidades, mas passado o auge do *lockdown*, é necessária uma melhor adaptação da fé à rede, com sua especificidade própria.

Isso só é possível com uma mudança de mentalidade e de prática pastoral (cf. ZANON, 2021, p. 123), garantindo que haja encontro, troca de saberes e de experiências entre a cultura digital e a fé cristã. Parece ser uma urgência destes tempos pensar uma pastoral digital, não apenas transpondo práticas já executadas, mas sobretudo pensando a cultura digital como porta de entrada para uma geração informatizada (CF. ZANON, 2021, p. 102), para que eles queiram integrar a comunidades dos crentes no mundo cotidiano.

A problemática da pertença à comunidade eclesial é um dos grandes desafios, já que os chamados nativos digitais, aqueles que nasceram nesta época e, desde novos, já estão constantemente em contato com as telas e a rede, com uma forte tendência ao isolamento (cf. CV, 88). É necessário ensiná-los para que saibam valorizar a “‘mística’ de viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o braço, apoiar-nos, participar nesta maré um pouco caótica que pode transformar-se numa verdadeira experiência de fraternidade, caravana solidária, peregrinação sagrada.” (EG, 87), sem medo de ir ao encontro. O papa recorda que o seio familiar é o primeiro local onde se educa para a comunicação (cf. FRANCISCO, 2015b, s/p), onde aprende-se, com as palavras, com os gestos e com as situações do dia a dia, a valorizar o encontro e a proximidade. É preciso uma formação, um processo para promover uma cultura do encontro.

É necessário perceber como os seres humanos são impactados pela cultura amplamente digitalizada (CV, 86), propondo formas para que se possa desenvolver a consciência, a liberdade e a responsabilidade, tripé moral que deve sempre estar presente na ação humana:

Se a liberdade humana está em risco nas ambiências digitais, por consequência, todas as dimensões da moral ficam fortemente abaladas. Quando falta liberdade, a consciência é instrumentalizada e dominada. Tal processo é contrário à dignidade da

peessoa humana e requer atenção especial aos setores da sociedade que se beneficiam da lógica presente nas plataformas *on-line*, sem se preocupar com essa questão fundamental (TAVARES, 2023, p. 153)

Não se pode imaginar que as opiniões postadas nas redes sociais não apresentarão nenhum impacto para aqueles que as leem. É preciso, cada vez mais, evidenciar a responsabilidade interpessoal que se tem com as diversas postagens e reações realizadas nas mídias (cf. TAVARES, 2023, p. 143), através de um processo formativo para as relações pessoais.

3.2.3 A formação da consciência

É necessário educar também para um uso ético das redes, já que é o uso realizado pelas pessoas que determina se as redes são benéficas ou não: “Se é o homem quem decide o modo de usar os meios de comunicação, então os princípios morais aqui em causa baseiam-se numa justa consideração da dignidade do mesmo homem” (CP, 14). A formação de consciência não deve ser entendida como uma etapa propedêutica para o uso das redes, mas deve fornecer os instrumentais necessários para que os diversos receptores, com a sua pluralidade etária, de escolaridade e classe, não sejam vitimizados pela comunicação viral instantânea (cf. TAVARES, 2023, p. 150). É na consciência de cada fiel que o conflito entre o ideal, o real e o correto agir se manifesta (cf. ALMEIDA, 2022, p. 661), permitindo uma ação responsável no ambiente digital.

A formação ética deve sempre estar direcionada a dois tipos de usuários virtuais: os emissores e os receptores. No primeiro caso, é fundamental pensar nos grandes veículos de imprensa, para que tenha compromisso com a verdade e com a paz (cf. FRANCISCO, 2018c, s/p). Isso não significa abdicar de mostrar as coisas como são, mas comunicar a todos uma mensagem sem fingimento, sabendo não sucumbir a certas histórias apenas por motivos econômicos ou egoísticos, promovendo uma comunicação sem prejuízo para o bem comum (cf. IM, 11).

Esta mesma formação moral precisa ser feita com aqueles que participam ativamente do debate público nas redes. Hoje, cada um pode manifestar a todos a sua opinião nas mídias, sendo capaz de influenciar as pessoas que o seguem, sem saber como a pessoa interpretará o que foi dito. Por isso, é preciso trabalhar o tema da responsabilidade para com o outro, conhecendo bem os receptores da mensagem e verificando se ela é adequada àquele contexto, retomando “a uma tradição de consciência que faça amadurecer de uma impostação narcísica a uma que priorize o outro, isto é, a alteridade” (cf. ALMEIDA; FERREIRA; MELO, 2021, p. 166).

Utilizando-se dos termos do Papa João Paulo II, é promover uma “participação co-responsável” (RD, 11) no debate público, onde todos entendem-se como formadores de opinião e devem prezar por aquilo que anunciam, renunciando ao ódio e a transmissão incorreta de notícias, num constante processo de autocritica (cf. TAVARES, 2023, p. 150), revisando ações e palavras postadas nas redes.

Também os receptores têm necessidade de uma formação de consciência (cf. IM, 9), para que, tendo acesso à informação, sabiam identificar aquilo que é benéfico e útil para suas vidas. A aposta na consciência do receptor é de extrema importância para que ele possa ter contato com os mais diversos lados da rede, mas decida por si o que lhe é útil. O Papa Francisco recorda que a missão eclesial é a formação da consciência (cf. AL, 37). o sacrário do homem (cf. GS, 16), ação que é mais laboriosa, mas pode apresentar um ótimo resultado nas comunidades. Formar a consciência para o discernimento é permitir que se explore o melhor das mídias, sem deixar de apontar os seus erros. No caso do uso da internet, não se é possível estabelecer apenas em quais sites ou redes o ser humano deve estar, mas se faz necessário apontar critérios para que, de forma responsável e livre, os cristãos utilizem as redes da melhor forma.

3.3 Um discernimento das comunicações digitais para a superação das *fake news*

A superação da problemática das *fake news* não parece ser uma ação realizada de maneira pontual, exigindo uma contínua vigilância da comunidade humana para que narrativas não sejam contadas de modo errôneo. Uma das grandes dificuldades para a sua superação é o aprimoramento das manipulações realizadas. Se as *fake news* referem-se à manipulação de histórias e notícias, já são utilizados mecanismos digitais, como as inteligências artificiais, para a realização dos *deepfakes*, manipulações de imagens e sons de forma ainda mais sofisticada para a falsificação e distorção de narrativas e fatos, prejudicando a capacidade de ação nas mídias digitais. As tecnologias, a cada instante, são incrementadas e torna-se difícil acompanhar todos os seus avanços.

As novas tecnologias da informação e telecomunicação deram origem a novos tipos de espaços, alterando a relação com o mundo físico e com as inúmeras situações complexas. Temos dificuldades de decidir porque, de certo modo, perdemos a visão do todo e, assim, não conseguimos discernir de forma adequada (COELHO; ALMEIDA, 2021, p. 835).

Apesar dos inúmeros desafios, é possível buscar no ensinamento eclesial uma proposta para o combate destas problemáticas morais no ambiente comunicacional digital. Através do discernimento, a comunidade de fé é chamada a iluminar a discussão, não ficando apenas no campo da elaboração teórica, mas partindo para a ação: “o discernimento leva-nos a reconhecer

os meios concretos que o Senhor predispõe, no seu misterioso plano de amor, para não ficarmos apenas pelas boas intenções.” (GE, 169).

3.3.1 O discernimento para a verdade

Uma das principais dificuldades dentro de todo o processo de comunicação são as suas falhas e incompreensões que estão presentes em todas as relações humanas. “O ‘pecado do mundo’ evidencia-se através de comunicações não saudáveis doentes e provocadoras de desvios” (HÄRING, 1979b, p. 153), manifestando que, teologicamente, a problemática do pecado também tem o seu impacto no processo comunicacional humano.

Para evidenciar o problema presente nas relações comunicacionais, o Papa Francisco utiliza-se da passagem de Gn 3 como a gênese de um problema que se identifica também em nossos dias. A serpente, a partir de sua lógica própria, subverte a ordem dada por Deus, sendo capaz de persuadir Eva e Adão. O papa evidencia o caminho realizado pela serpente: aproximando-se da mulher com uma aparente preocupação pelo seu bem e fingindo uma amizade, ela utiliza-se de uma afirmação em parte verdadeira, uma meia verdade. A mulher, embora respondendo à provocação da serpente, já está envolvida pelo discurso tranquilizador e credível do animal, extraviando-se do caminho proposto por Deus (cf. FRANCISCO, 2018c, s/p). O pontífice evidencia que toda manipulação e distorção da verdade, bem como a desinformação apresentam consequências perigosas, pois estão apoiadas na falsidade e nas meias verdades, aproveitando-se das emoções e sentimentos para convencer da veracidade da informação. Esta instrumentalização das narrativas e dos fatos, como realizado no exemplo bíblico, acaba por servir à lógica vista no mundo contemporâneo, favorecendo o consumo, a violência e a divisão (cf. FRANCISCO, 2020b, s/p).

Diante deste paradigma negativo, exposta na *proto fake news* retirada das Escrituras, e ciente que a abundância dos discursos falsos e mentirosos acaba por criar uma descrença quanto a possibilidade da verdade nos tempos atuais (cf. MARTÍNEZ DÍEZ, 1997, p. 408), Francisco, procurando lançar luzes a partir da fé para o combate das notícias falsas, propõe a busca da verdade como caminho para recuperar uma boa comunicação.

O antídoto mais radical ao vírus da falsidade é deixar-se purificar pela verdade. Na visão cristã, a verdade não é uma realidade apenas conceitual, que diz respeito ao juízo sobre as coisas, definindo-as verdadeiras ou falsas. A verdade não é apenas trazer à luz coisas obscuras, “desvendar a realidade”, como faz pensar o termo que a designa em grego: *aletheia*, de *a-lethès*, “não escondido”. A verdade tem a ver com a vida inteira. Na Bíblia, reúne os significados de apoio, solidez, confiança, como sugere a raiz *‘aman* (daqui provém o próprio *Amen* litúrgico). A verdade é aquilo sobre o qual nos podemos apoiar para não cair. Neste sentido relacional, o único verdadeiramente fiável e digno de confiança sobre o qual se pode contar, ou seja, o único “verdadeiro” é o Deus vivo. Eis a afirmação de Jesus: “*Eu sou a verdade*” (Jo 14, 6). Sendo assim, o homem descobre sempre mais a verdade, quando a experimenta em si mesmo como

fidelidade e fiabilidade de quem o ama. Só isto liberta o homem: “A verdade vos tornará livres” (Jo 8, 32). (FRANCISCO, 2018c, s/p)

Se as *fake news* são o sintoma de uma sociedade que já não tem mais o sentido de verdade (cf. CV, 89), evidencia-se que, para os cristãos, a experiência da Verdade é o encontro com uma Pessoa, mais do que com um pensamento, princípio teórico ou modo de condução de uma nação por um líder político que utiliza a fé para instrumentá-la. Aquele que realiza uma experiência verdadeira de encontro com a Pessoa de Jesus torna-se um discípulo da verdade e a esta deseja servir: “Os discípulos de Cristo não podem permanecer na verdade nem crescer na verdade libertadora sem receberem e comunicarem a verdade de bom grado e agradecidos” (HÄRING, 1979b, p. 151). Além de uma comunicação da verdade, é necessário um processo comunicacional verdadeiro, onde a própria comunicação é verdade, onde os gestos, as palavras, a intensidade, os fatos, colaboram para serem locais da verdade (cf. MARTÍNEZ DÍEZ, 1997, p. 423).

A verdade não se refere a um princípio cognitivo (cf. MARTÍNEZ DÍEZ, 1997, p. 307), mas passa, necessariamente, por um dado experimental e existencial, que leva a pessoa a transmitir com a vida, aquilo que recebeu, numa proposta ao seguimento, nunca através da imposição. Na intimidade e familiaridade com o Senhor, é possível fazer o processo de discernimento da verdade, possibilitando verificar em quais situações concretas a ausência da verdade se manifesta, pois Ele é o fundamento sólido que dá a tônica da interpretação que os cristãos fazem do mundo. Do conceito teológico de Verdade que se identifica com o próprio Deus, deriva a virtude moral da veracidade, quando o homem age de acordo com tal fundamento (cf. COZZOLI, 1997, p. 1264).

Se a raiz do termo grego para a verdade parece evocar o não-esquecimento de certas coisas, como recordado por Francisco, é digno de nota que uma das Pessoas trinitárias tem a função de recordar os ensinamentos de Jesus (cf. Jo 14,26): o Espírito Santo, o “Espírito da Verdade” (Jo 14,17; 16,13). É precisamente a figura do Espírito Santo uma das protagonistas do processo de discernimento (cf. GE, 168), sufocado, em algumas situações, pelo imobilismo e pela rigidez humanas.

A Igreja, enquanto servidora da missão do Filho, “com o passar dos séculos, tende continuamente para a plenitude da verdade divina, até que nela se cumpram plenamente as palavras de Deus” (DV, 8), manifestando que ela está inserida num caminhar ainda inacabado, não tendo a compreensão total da Verdade. Os membros da Igreja são impulsionados à gradualidade (cf. AL, 295), para que, ao caminhar, possam identificar, aos poucos, onde a verdade se revela, pela observação dos sinais dos tempos: “Embora possua a verdade do

Evangelho, isto não significa que a tenha compreendido plenamente; antes, deve crescer sempre na compreensão deste tesouro inesgotável” (CV, 41), processo que se faz em constante atenção ao contexto em que estão inseridos. A procura da verdade das realidades que nos cercam não pode cessar jamais (cf. MARTÍNEZ DÍEZ, 1997, p. 417), pois mesmo a utilização de coisas verdadeiras não é suficiente para que não seja insinuado algo de falso (cf. FRANCISCO, 2018c, s/p).

3.3.2 Um discernimento para o diálogo e para a unidade

Uma das principais dificuldades enfrentadas dentro da comunidade humana no período contemporâneo é a constante polarização entre as pessoas, que geram divisões, dentro e fora da comunidade eclesial. A Igreja é a primeira a ser chamada a dar testemunho do diálogo interno para a superação das contendas (cf. GS, 92), ampliando o seu diálogo a toda pessoa humana, sem exclusões. Se uma das propostas iniciais das novas formas de comunicação era aproximar as pessoas, parece que este projeto não obteve o sucesso esperado (cf. FT, 43). As mídias digitais não funcionam inequivocamente como sinônimo de comunidade (cf. FRANCISCO, 2019c, s/p), necessitando de um processo que crie na comunidade humana e na Igreja um espírito de unidade e de comunhão.

Assim, um outro importante instrumento apresentado pelo Romano Pontífice para que a comunidade eclesial realize um processo de discernimento da verdade na superação das *fake news*, é a identificação dos caminhos que levam precisamente à comunhão entre os membros.

Para discernir a verdade, é preciso examinar aquilo que favorece a comunhão e promove o bem e aquilo que, ao invés, tende a isolar, dividir e contrapor. Por isso, a verdade não se alcança autenticamente quando é imposta como algo de extrínseco e impessoal; mas brota de relações livres entre as pessoas, na escuta recíproca. [...] Uma argumentação impecável pode basear-se em factos inegáveis, mas, se for usada para ferir o outro e desacreditá-lo à vista alheia, por mais justa que apareça, não é habitada pela verdade. A partir dos frutos, podemos distinguir a verdade dos vários enunciados: se suscitam polémica, fomentam divisões, infundem resignação ou se, em vez disso, levam a uma reflexão consciente e madura, ao diálogo construtivo, a uma profícua atividade. (FRANCISCO, 2018c, s/p)

O lugar privilegiado para o discernimento é o relacionamento humano (cf. TAVARES, 2023, p. 148), evidenciando a dimensão social do ser humano e que o seu discernimento não diz respeito apenas a si mesmo, mas àqueles que estão ao seu redor. Propor a formação de comunidade e de verdadeira comunhão no ambiente digital representa assumir a escuta e o diálogo mútuo como opção fundamental na rede, para que a comunicação promova o “conhecimento recíproco, de solidariedade e de paz” (RD, 11). É somente quando se está disposto a se aproximar do outro sem preconceitos que se pode aproveitar a imensa capacidade relacional do digital. No diálogo ético, dois princípios devem ser respeitados: a igualdade,

reconhecendo a importância dos outros, e a liberdade, sem interesses subjacentes, estando totalmente disponível ao encontro (cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2018, p. 17).

Sem uma opção pelo diálogo, não importa uma formação técnica, uma lei que favoreça o espaço digital como local de encontro, ou ainda a exortação presente nos textos magisteriais, pois falta um princípio basilar. Sem a opção dialogal, fica ausente o testemunho cristão que é preciso ser dado nas redes, capaz de alcançar as periferias existenciais (cf. FRANCISCO, 2014, s/p) e, por que não dizer, as periferias virtuais, ainda marcadas pelo ódio e pela violência. Mais do que ser meros mensageiros de uma informação, os cristãos precisam ser testemunhas do encontro realizado com Jesus (cf. ZANON, 2021, p. 98), pois é precisamente o testemunho desta vivência evangélica, somado às palavras, que atrai as pessoas para a mensagem da fé.

Este testemunho de seguimento de Jesus deve começar pela superação das dificuldades de comunicação internas presentes dentro da própria Igreja. As causas de divisões eclesiais atuais são muitas e não são o foco deste trabalho, mas é digno de nota que em uma de suas publicações mais recentes, o Papa, tratando sobre o tema da liturgia, expressou uma de suas visões sobre esta problemática. Os pontos de discussão não são sobre o núcleo imutável da fé, mas das ocasiões e modo de anúncio de Jesus em cada contexto. Os conflitos internos da vida eclesial no que se referem às correntes litúrgicas não são meramente por conta das normas celebrativas, mas revelam uma opção eclesiológica que muitos fiéis realizam (cf. DD, 31), optando por um modelo eclesial que já não condiz com a autocompreensão da natureza da Igreja, num saudosismo e numa nostalgia em voga em diversos grupos eclesiais (cf. FRANCISCO, 2022d, s/p), colocando, muitas vezes, um grupo contra o outro.

O Concílio recorda-nos que a Igreja, à imagem da Trindade, é comunhão (cf. LG 4.13). Em vez disso, o diabo quer semear a cizânia da divisão. Não cedamos às suas adulações, não cedamos à tentação da polarização. Quantas vezes, depois do Concílio, os cristãos se empenharam por escolher uma parte na Igreja, sem se dar conta de dilacerar o coração da sua Mãe! Quantas vezes se preferiu ser “adeptos do próprio grupo” em vez de servos de todos, ser progressistas e conservadores em vez de irmãos e irmãs, “de direita” ou “de esquerda” mais do que ser de Jesus; arvorar-se em “guardiões da verdade” ou em “solistas da novidade”, em vez de se reconhecer como filhos humildes e agradecidos da santa Mãe Igreja. O Senhor não nos quer assim. Todos, todos somos filhos de Deus, todos irmãos na Igreja, todos Igreja, todos. Somos as suas ovelhas, o seu rebanho, e só o seremos juntos, unidos. Superemos as polarizações e guardemos a comunhão, tornemo-nos cada vez mais “um só”, como Jesus implorou antes de dar a vida por nós (cf. Jo 17, 21) (FRANCISCO, 2022c, s/p).

As divisões dentro da comunidade, de acordo com o Pontífice, atestam a não-presença da verdade nestes discursos, que devem ser abandonados (cf. FRANCISCO, 2018c, s/p). Entendida como mistério de comunhão (cf. LG 4), a Igreja deve rumar sempre mais para a manifestação da unidade juntamente a todos os povos. Encarnada no mundo e na história, a

Igreja não pode renunciar a esta realidade, fundamental para a fecundidade da missão evangelizadora, propondo-se a dialogar interna e externamente.

Não é possível negar o conflito. A opção mais viável é aceitá-lo em vista de uma superação, retomando o dom da unidade, que deve prevalecer sobre as diferenças (cf. EG, 227). A experiência da unidade não deve ser nunca entendida como ausência de discordâncias ou como supressão da individualidade, mas busca de uma experiência plural, poliédrica (cf. EG, 236), onde a unidade prevalece apesar da diversidade de dons, carismas e ministérios (cf. 1Cor 12,4-11; LG, 32). Na comunidade, buscando a unidade, é possível a superação do individualismo solipsista ou do individualismo comunitário (cf. HOEPERS, 2023, p. 57-58), onde o narcisismo pessoal é exaltado comunitariamente.

Na busca da superação das dificuldades comunicativas na vida da Igreja, pode-se verificar um esforço do Romano Pontífice para que o diálogo interno aconteça de forma efetiva. Se um hipertexto é construído por diversos agentes de forma efetiva, como proposto por Lévy, sendo uma característica bem presente no contexto digital, pode-se ver como no ministério do Papa Francisco há uma busca por um constante diálogo eclesial, onde todos dão a sua colaboração. Ele sabe da sua responsabilidade enquanto pontífice de orientar e conduzir os católicos nestes tempos, mas conta com a participação de todos os fiéis, evidenciando que a comunidade é local privilegiado para o discernimento (cf. PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 2008, n. 152). Há uma colaboração entre o processo de discernimento pessoal e o comunitário, pois “embora a consciência pessoal seja norma de ação, ela nunca pode ser instância exclusiva de decisão. O discernimento moral, a fim de diminuir ou evitar as chances de erro, precisa contar com o confronto com outras instâncias, sobretudo com a comunidade” (HOEPERS, 2023, p. 68)

Se a via dialógica já se encontra presente desde o início do seu ministério, parece-nos que o ponto alto deste caminho é o Sínodo dos Bispos 2021-2024, sinodalidade esta que, embora presente na vida da Igreja desde os primeiros séculos, encontrou em Francisco “consagração, desenvolvimento e via de concretização na Igreja” (CIPOLLINI, 2022, p. 27). Solenemente aberto pelo Papa em 10 de outubro de 2021, o Sínodo tem por motivação: “Para uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão”. Na homilia da celebração de abertura, Francisco destacou três verbos para iluminar a caminhada sinodal: encontrar, dialogar e discernir. Os três verbos estão em perfeita sintonia com a proposta da cultura do encontro e com a capacidade da comunidade em buscar novos caminhos, expressões presentes em todo o magistério do pontífice. O apelo feito é que os cristãos sejam peritos na arte do encontro, com

o Senhor, na oração, e entre as pessoas (cf. FRANCISCO, 2021a, s/p), possibilitando encontros verdadeiros, sem fingimentos, máscaras ou intenções ocultas.

O sínodo apresenta uma importante mudança metodológica: a consulta e participação de diversas instâncias da Igreja. Realizado em um período de três anos, a participação está dividida em quatro fases: diocesana, conferência episcopal e Igrejas orientais, continental e universal. Assim, todos os católicos são chamados a refletir sobre a própria estrutural sinodal, sobre o modo de escuta presente na Igreja. Não é uma reflexão de um único grupo, mas o todo caminha e constrói junto as propostas e anseios, participando do processo de discernimento eclesial. Deve se olhar o todo e todos podem colaborar neste processo, enriquecendo-o com suas contribuições. Não são só os bispos que devem trilhar um caminho comum, mas todos os batizados.

A sinodalidade, antes de ser uma experiência teórica, é sobretudo, uma verdadeira práxis eclesial de escuta das várias consciências em processo de amadurecimento e discernimento diante das várias situações que emergem do contexto. Supõe-se que neste caminho sinodal, as consciências serão reconhecidas enquanto manifestação e esforço de sujeitos na busca pela verdade em suas expressões particulares (ALMEIDA, 2022, p. 667).

O Sínodo 2021-2024 parece reafirmar que a responsabilidade pela Igreja é de todos, sendo o resultado de um caminho magisterial, onde Francisco ampliou a descentralização e a participação no discernimento comunitário, ou ainda, para encaixar nos termos comunicacionais, ampliou um processo de rede, colaborativo e dialogal entre todas as instâncias eclesiais.

O dom da unidade e da comunhão não são valores que devem ser alimentados apenas dentro do contexto eclesial. O atual Magistério também tem uma proposta para que esta máxima resplandeça em toda a comunidade global. Conforme proposto por Lévy, o desenvolvimento do mundo virtual estimula o mesmo impulso também no mundo ordinário, ainda que a evolução digital seja mais rápida. Se na *Internet* já temos um mundo organizado em rede, hipertextual, parece que o Papa Francisco, através, sobretudo, de suas encíclicas *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*, quer propor esta mesma estrutura no mundo cotidiano, fomentando uma organização das relações com base na fraternidade e na amizade social em âmbito universal, onde os povos se ajudam mutualmente com seus recursos e informações, para solucionar suas debilidades e problemas, na certeza de que tudo no planeta está interligado (cf. LS, 91).

Não dá para dizer, porém que a estrutura em rede virtual e a do mundo cotidiano são equivalentes. Um dos principais pontos de divergência é o sentido que lhe é dado. Para Pierre Lévy, a *cibercultura* é definida como universal sem totalidade (cf. LÉVY, 2010a, p. 257), universal pela sua expansão, ao menos presumida, para todos, formando um único grupo, mas

a ausência de totalidade é a ausência de sentido comum a este grupo. A ausência de sentido é a abstenção da finalidade no agir humano, algo evidenciado nos tempos atuais, onde o tempo e o espaço querem ser dominados a todo custo (cf. HOEPERS, 2023, p. 61).

Francisco analisa que vivemos num mundo onde pensar um sentido global é escandaloso (cf. FT, 16), mas reafirma que o amor cristão faz com que os indivíduos possuam um sentimento de pertença mútua entre si (cf. FT, 95), gerando corresponsabilidade, solidariedade, dando um sentido para uma proposta global. Para o cristão, o amor é o fundamento que confere sentido a toda sua ação, modo pelo qual se verifica a intimidade com o Deus-amor (cf. 1 Jo 4,8). No amor fraterno, fundamentado no próprio Deus, há uma mensagem universal completa, total, com ou sem o mundo conectado, caminho que deve ser abraçado por todos os cristãos. É no discernimento ético que tenha como meta a fraternidade que a Igreja pode auxiliar na restauração das estruturas fragmentadas encontradas atualmente (cf. COELHO; ALMEIDA, 2022, p. 845), curadas pelo amor.

Apesar das contendas dentro e fora da comunidade eclesial, o Papa faz o seu apelo à unidade: “Abandonemos as controvérsias para ouvirmos juntos o que o Espírito diz à Igreja, guardemos a comunhão” (DD, 65). Na busca de uma comunicação para a comunhão, o homem alcança o máximo bem para si e para os outros (cf. HÄRING, 1979b, p. 153) e esta deve ser a missão da comunicação eclesial para afastar, nos tempos do ambiente digital, o individualismo e a falsidade das *fake news*. Somente esta postura de diálogo e de relação entre os membros da Igreja e dela com a sociedade afasta o perigo do isolamento e dos “sujeitos bolhas”, aqueles que tomam seus referenciais radicais para a construção de uma narrativa e interpretação próprias a ele, sem considerar a objetividade dos fatos (cf. ALMEIDA; FERREIRA; MELO, 2021, p. 155). É preciso um processo que dê ao sujeito ético digital a possibilidade de escolha de interação com as pessoas que ele bem desejar, sem que ele se torne refém do algoritmo, que cerceia a sua liberdade relacional e de pensamento (cf. TAVARES, 2023, p. 146), possibilitando diálogo franco e aberto entre todos

O discernimento, quando bem realizado, auxilia para que haja um processo de humanização das relações *online* (cf. TAVARES, 2023, p. 136), tornando o ambiente digital mais benéfico do que tóxico, evidenciando o primado da caridade (cf. AL, 311), que também deve se manifestar dentro das redes sociais.

3.3.3 Um discernimento em vista da pessoa humana

Como uma última sugestão para a superação da problemática das *fake news* na comunidade eclesial e global, Francisco apela para a centralidade da pessoa humana dentro do

processo comunicacional, elemento pouco evidenciado na sociedade do paradigma tecnocrático (cf. LS, 101).

No meio do frenesim das notícias e na voragem dos *scoop*, tem o dever de lembrar que, no centro da notícia, não estão a velocidade em comunicá-la nem o impacto sobre a *audience*, mas *as pessoas*. Informar é formar, é lidar com a vida das pessoas. Por isso, a precisão das fontes e a custódia da comunicação são verdadeiros e próprios processos de desenvolvimento do bem, que geram confiança e abrem vias de comunhão e de paz. (FRANCISCO, 2018c, s/p)

O papa recorda que a “comunicação é uma conquista mais humana que tecnológica” (FRANCISCO, 2014, s/p), evidenciando que os avanços das mídias dizem mais respeito ao homem que aos instrumentos que ele utiliza para se relacionar. Se o ser humano está no centro do processo comunicacional, ele é o elemento primordial, que não deve ser ignorado, já que sem ele, não há comunicação. Assim, embora o papa apresente os benefícios da tecnologia e suas infinitas possibilidades, elenca seus perigos, insistindo na necessidade de não substituir o encontro presencial: “Na comunicação, nada pode jamais substituir, de todo, o ver pessoalmente. *Algumas coisas só se podem aprender, experimentando-as*. Na verdade, não se comunica só com as palavras, mas também com os olhos, o tom da voz, os gestos” (FRANCISCO, 2021b, s/p). Foi no encontro presencial que Jesus cativou tantas pessoas para o seu seguimento, caminho que também seus discípulos devem trilhar para que as pessoas queiram aderir a fé em Cristo. A corporeidade é tão importante que é uma das imagens paulinas para se referir a Igreja e esta presença física deve prevalecer ao contato virtual: “A imagem do corpo e dos membros recorda-nos que o uso da social *web* é complementar do encontro em carne e osso, vivido através do corpo, do coração, dos olhos, da contemplação, da respiração do outro” (FRANCISCO, 2019c, s/p), evitando todo tipo de isolamento por trás das telas, já que “toda relação mediada pela rede é sempre incompleta, se não tiver atrelada à realidade” (SPADARO, 2012, p. 61).

Esta centralidade da pessoa humana, na comunicação e em todo o processo de evangelização, evidencia-se em todo o ministério do Papa Francisco. A cultura do encontro pode ser entendida como um dos principais *leitmotiven* de seu ministério, já presente desde sua primeira exortação apostólica, *Evangelii Gaudium*, especialmente quando aponta para a riqueza da “mística do viver juntos” (EG, 87). Sua proposta, que parte da sua leitura do Evangelho pretende ir na contramão do que é visto em muitos contextos da sociedade, numa cultura da exclusão e do descarte (cf. CORAZZA; PUNTEL, 2019, p. 144).

Propondo uma cultura do encontro, o papa não quer uma igreja autorreferencial, que fique estagnada em suas próprios fórmulas, sem ir ao encontro do outro: “Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e

procedimentos.” (EG, 49). No espírito do que pede o Concílio Vaticano II, o Papa pede uma descentralização da Igreja, que não deve ser entendido como um prejuízo da verdade da mensagem evangélica, mas favorecer o diálogo e o encontro, valorizando o específico de cada grupo. Optando pelo descentramento da Igreja, ela será capaz de pensar na humanidade toda, não apenas si, em seu poder e manutenção (cf. CIPOLLINI, 2022, p. 114). É preciso sempre ter em mente que um encontro verdadeiro e autêntico “não coloca em risco a própria identidade, senão que a enriquece com aquilo que o outro oferece” (NEF ULLOA, 2019, p. 4). Por isso, o papa não cansa de anunciar, viver e manifestar sua eclesiologia, preferindo uma Igreja enlameada, acidentada e ferida, mas que vai ao encontro dos demais do que uma Igreja acomodada com sua situação (cf. EG, 49).

Francisco afirma que “é preciso saber-se inserir no diálogo com os homens e mulheres de hoje, para compreender os seus anseios, dúvidas, esperanças e oferecer-lhes o Evangelho, isto é, Jesus Cristo” (FRANCISCO, 2014, s/p). Não adianta chegar com as respostas prontas se as perguntas que os cercam mudaram e, embora a resposta apresentada pela Igreja seja a mesma, Jesus, o modo de realizar tal proposta deve ser adaptado. O discernimento tem o papel de, olhando as inquietações dos sujeitos contemporâneos, buscar no tesouro sempre novo da comunidade eclesial, modos renovados de responder aos seus anseios. Analisando as alegrias e esperanças dos seres humanos atuais, a Igreja consegue evitar impor percursos (cf. CV, 297) de discernimento extremamente rígidos, sem levar em conta as individualidades dos sujeitos. O processo de discernimento, para ser bem realizado, precisa de tempo para conhecer a pessoa e dar os instrumentais para que ela realize uma boa decisão, convicta, madura, consciente e livre, rumando para um personalismo ético (cf. AZPITARTE, 1997, p. 232).

Em suas mensagens para o Dia Mundial das Comunicações Sociais, o papa buscou recuperar a centralidade do ser humano diante das tecnologias comunicacionais, na busca de um autêntico encontro entre os homens (cf. CORAZZA; PUNTEL, 2019, p. 140). Ele se serviu da mensagem de 2014 para estabelecer com mais profundidade a relação entre os meios de comunicação e a cultura do encontro. Ao tentar estabelecer como a comunicação pode favorecer a cultura do encontro, o papa apresenta um ícone bíblico que lhe é caro, a parábola do Bom Samaritano (cf. Lc 10,29-37), também chamada pelo papa de Parábola do Comunicador, ícone que também será apresentado na *Fratelli Tutti*. É necessário se fazer próximo e, mais do que isso, semelhante ao outro, capaz de assumir suas dores e angústias, enxugando e cuidando de todos os feridos.

Considerando o quanto estamos imersos nas ambiências digitais, faz-se necessário uma atenção especial para que os mecanismos presentes nas redes sociais digitais sejam cada vez mais voltados para a pessoa e não apenas usem e abusem de seus

sentimentos para tê-la como um produto dentro dessa grande engrenagem digital, tenho como fim o lucro [...] O discernimento se adquire quando tomamos consciência da nossa dignidade e valor como pessoa e passamos a reconhecer o valor e a dignidade do outro com o qual nos relacionamos (TAVARES, 2023, p. 159).

O discernimento ético não se opõe aos avanços tecnológicos, mas deseja conscientizar os sujeitos éticos a habitarem os espaços digitais e torná-los mais humanos (cf. TAVARES, 2023, p. 163). Não é porque as estradas digitais são feitas de fios elétricos e ondas invisíveis que não há caídos pelo caminho, necessitados de um amparo, de esperança, de salvação num mundo descrente. Se na parábola, o bom samaritano não hesita em gastar seu dinheiro, o papa propõe que os comunicadores saibam gastar as solas dos sapatos, comunicando no encontro com as pessoas onde estão e como estão (cf. FRANCISCO, 2021b, s/p), incluindo os meios digitais, buscando abraçar a verdade de quem se é (cf. FRANCISCO, 2020b, s/p), sem máscaras, sem filtros que ofusquem a realidade, deixando de lado a falsidade que ofusca o íntimo da pessoa (FRANCISCO, 2018c, s/p).

Dentro de um complexo processo de transformação tecnológica presente no mundo contemporâneo, a Igreja, cuidando de sua pastoral digital e sem apegar-se às diversas tecnologias, reestabelecendo a centralidade da pessoa no processo comunicacional, deve recordar dos caídos nas redes sociais, sem jamais se esquecer daqueles tantos marginalizados das vias digitais, a quem nem mesmo a revolução tecnológica alcançou, prezando pela dignidade de toda a comunidade humana.

CONCLUSÃO

Ao longo de três capítulos, este trabalho de conclusão de curso procurou refletir a interface entre teologia e comunicação, em seu momento atual, com as diversas novidades advindas da rapidez de transformações neste campo. Tal relação, que se inicia com o próprio início da Igreja, é agora impactado de um modo totalmente novo, com a implosão da espacialidade e da temporalidade. Tudo, incluindo celebrações litúrgicas e encontros de catequese, fica registrado nas redes e pode ser consumido no momento desejado e partindo-se de fontes distantes geograficamente do seu interlocutor. Descortina-se uma nova etapa no processo de comunicação do Evangelho, que deve adaptar-se a este contexto informacional.

O processo de revolução tecnológica visto atualmente não pode ser estabelecido como definitivo e insuperável, por conta das constantes alterações e descobertas, que logo podem levar a uma nova etapa neste momento, mas verifica-se que todo o mundo é impactado diretamente pela *Internet* e pelas redes sociais. Não é possível renunciar a este contexto, necessitando de um crescimento no seu conhecimento.

O objetivo principal deste trabalho focou na análise do ambiente digital por uma de suas principais problemáticas morais, as *fake news*, utilizando o aporte teológico ética contemporânea. Tal objetivo, contudo, só poderia ser alcançado na medida em que se explorasse as características do ambiente digital, entendendo suas principais estruturas e como ele é capaz de mudar as relações interpessoais e a relação pessoal com a religião cristã-católica; também se fez necessário analisar a renovação da moral ocorrida no século XX, que estabeleceu as bases da teologia moral contemporânea, assumida de forma patente no ministério do Papa Francisco; por fim, tendo estabelecido tais pressupostos, relacionou-se o fenômeno das *fake news* com a categoria do discernimento, extraíndo deste contato luzes para a promoção de uma maior fraternidade intra e extra eclesial.

Da análise das características do ambiente digital, pode-se verificar a suas especificidades, como sua hipertextualidade, onde as informações são distribuídas em rede, sua multiplicidade de sujeitos protagonistas na produção de informação e conteúdo, a instantaneidade na distribuição de notícias, a inexistência de limites geográficos no contato entre as pessoas. Tais mudanças estabeleceram um novo paradigma antropológico, que impacta de forma contundente o modo de relação das pessoas com o sagrado. As mídias exprimem algo que nos supera, realçando a necessidade de completude em algo fora de nós, que para os cristãos é o próprio Deus. Embora muitos passos sejam dados para que as redes sociais possam refletir

o desejo de uma experiência transcendente, a prática eclesial deve estar atenta às novas linguagens e contextos digitais, para que consiga auxiliar na resposta a tais anseios.

A teologia moral cristã quer lançar luzes para que o ser humano, neste contexto digital, consiga agir no seu cotidiano de modo condizente com a fé assumida. Mais do que impor esquemas morais, a Moral Renovada quer apostar na capacidade de discernimento dos fiéis, que, auxiliados pelo Espírito Santo, ouvem a voz de Deus que lhes fala na consciência. Como expoente desta proposta moral, vê-se a figura do Papa Francisco, que manifesta com as suas ações, discursos e modo de fazer teologia exatamente este modo de pensamento na comunidade cristã, onde ela colabora em tudo para o processo de crescimento de uma vivência autenticamente cristã. Com um Magistério que se insere na esteira da caminhada conciliar, o pontífice busca sempre um caminho de acolhida de todos na comunidade eclesial. Podemos concluir que o Magistério do Papa Francisco se apresenta próximo de algumas das estruturas das redes, como o *hipertexto* e a *cibercultura*, conceituadas por Pierre Lévy. Eles não são assumidos de forma literal, mas estão espalhados nos seus pronunciamentos, demonstrando uma aproximação com a cultura digital, fundamental para que a ação eclesial seja encarnada no ambiente digital sem medo de perder a sua identidade.

Analisando o ambiente digital com a base da teologia moral contemporânea, põe-se em contato a problemática das *fake news* com a categoria do discernimento, buscando verificar como a teologia católica pode participar do debate público e colaborar para que a experiência nas redes sociais não seja marcada pela falsidade e pela manipulação, mas sim pela verdade, unidade e cuidado com a pessoa humana, categorias apresentadas pelo Papa Francisco que indicam um caminho valioso e válido na superação das notícias falsas. É através de um processo de formação de consciência, em constante discernimento, que permite que a comunidade de fé possa examinar-se e verificar quais passos pode dar na promoção de um mundo mais fraterno, dentro e fora das redes. Tal proposta formativa é mais exigente, mas permite que os fiéis explorem o melhor das mídias, sem medo de utilizá-las com responsabilidade e liberdade, para o anúncio do Boa-Nova e para recuperar laços afetivos que possam ter se rompido justamente dentro das redes, pela manipulação desenfreada de informações.

O mundo virtual, tão bem analisado por Francisco, não é e nem pode ser considerado um espaço à parte dos ambientes presenciais, podendo favorecer a promoção de uma verdadeira cultura do encontro, ainda que apresente certas limitações que restringem a possibilidade de encontro pleno com os demais, como o isolamento, as *fake news* e as diversas manifestações de ódio. Se parece haver uma sobreposição do aparato tecnológico sobre as demais áreas da existência humana, inclusive o seu aspecto religioso, parece que a proposta eclesial é fazer com

que o tecnológico possa ser plasmado pelo humano, priorizando o homem nas relações existentes através das tecnologias, vendo-as como instrumento para humano e suas relações, não como fim em si mesma, como pregado na sociedade do paradigma tecnocrata. Neste contexto, há espaço para apresentar Deus às pessoas, que tem anseio de publicar e partilhar com os outros sobre suas relações, sejam elas com o sagrado ou nas relações interpessoais com os familiares e amigos.

Conclui-se que a teologia católica pode e deve, cada vez mais, se aproximar do debate presente dentro dos espaços comunicacionais das redes sociais, enfrentando inclusive as suas problemáticas morais. A proposta de diálogo com o mundo contemporâneo, assumida pela Igreja no Concílio Vaticano II, deve se inserir no contexto das redes para que, entendendo suas possibilidades e limitações, torne este ambiente mais humano e relacional.

Neste sentido, é possível estabelecer que a reflexão da teologia moral, sobretudo através do Magistério de Francisco, contribui, se não para a extinção completa das *fake news*, algo extremamente difícil no contexto atual, para a sua diminuição de influência na vida dos usuários das redes, já que a formação da consciência permite que eles identifiquem quais mensagens não são verdadeiras, apesar da aparência de verdade. Assim, a teologia moral lança bases para uma melhor vivência cristã no ambiente digital. Sem ter respostas prontas e acabadas, os fiéis são chamados a, como Jesus Cristo, aproximar-se de todos, sem distinção, e realizar um processo de acompanhamento destas realidades virtuais, discernindo junto com os que estão neste caminho, modos sempre novos de manifestar e identificar a Graça de Deus que quer atingir todas as pessoas.

O presente trabalho não pretendeu encerrar as discussões sobre o contato entre a teologia e a comunicação, espectro extremamente vasto. A mutabilidade das estruturas digitais, com seus novos aparatos, novas tecnologias, novas redes sociais, novos artifícios de interatividade, exige um processo constante de conhecimento de suas características e aprofundamento das problemáticas morais que daí surgirão. À Igreja, chamada a comunicar o Reino de Deus, inserida na história e partilhando da caminhada humana, cabe o anúncio profético, denunciando quando tais estruturas se contrapõem à dignidade da pessoa humana e indicando novos caminhos de transformação desta realidade.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, NILO. **Moral fundamental**. Petrópolis: vozes, 2019.

ALMEIDA, A. L. B. A teologia moral no horizonte da sinodalidade: Uma reflexão sobre a centralidade da consciência no contexto dos impactos do ambiente digital. **ATeo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 70, p. 654-674, jul./dez. 2022. ISSN: 1676-3742. DOI: 10.17771/PUCRio.ATeo.61609 (*online*). Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/61609/61609>. Acesso em: 03 jan. 2023.

_____. **Consciência moral e pós-modernidade**: discernir, decidir e agir à luz de uma ética das virtudes. 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18391/1/Andre%20Luiz%20Boccatto%20de%20Almeida.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. **Moral Social**. Petrópolis: Vozes, 2021a.

_____. Papa Francisco e o específico da teologia moral. Análise do discurso à Academia Afonsiana pelos seus 70 anos de fundação. **Revista de Cultura Teológica**, v. 98, p. 153-174, 2021b. ISSN: 2317-4707. DOI: 10.23925/rct.i98.52404 (*online*). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/52404/pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

ALMEIDA, A. L. B; FERREIRA, Lúcia Eliza; MELO, Aloisio. A formação da consciência em uma cultura de “sujeitos bolhas” cristãos. Uma análise ético-teológica propositiva a partir da moral social do Papa Francisco. **Revista Encontros Teológicos**. Florianópolis, v. 36, n. 1, p. 153-172, jan./abr. 2021. ISSN: 2525-846X. DOI: 10.46525/ret.v36i1.1647 (*online*). Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1647/1324>. Acesso em: 20 out. 2022.

ALMEIDA, Antonio José de. *Aggionarmento*. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Dir.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 8-9.

ANJOS, Marcio Fabri dos. Teologia Moral. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Dir.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 940-947.

_____. Häring, Bernhard. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Dir.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 425-426.

_____. Autonomia. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Dir.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 45-48.

AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica**. Tradução Alexandre Correia. 4 ed. Campinas: Ecclesiae, 2016.

AZPITARTE, E LÓPEZ. Discernimento Moral. In: COMPAGNONI, Francisco; PIANA, Giannino; PRIVITERA, Salvatore (Dir.). **Dicionário de Teologia Moral**. Tradução Lourenço Costa, Isabel F. L. Ferreira, Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997. p. 229-239.

BENTO XVI. **Carta Encíclica Deus Caritas Est sobre o amor cristão**. Brasília: Edições CNBB, 2007.

_____. **Mensagem do Santo Padre para o XLVII Dia Mundial das Comunicações sociais:** redes sociais: portais de verdade e de fé; novos espaços de evangelização. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/communications/documents/hf_ben-xvi_mes_20130124_47th-world-communications-day.html. Acesso em: 22 set. 2022.

_____. **Mensagem do Santo Padre para o XLII Dia Mundial das Comunicações Sociais:** os meios de comunicação social: na encruzilhada entre protagonismo e serviço. Buscar a verdade para partilhá-la”. 2008. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/communications/documents/hf_ben-xvi_mes_20080124_42nd-world-communications-day.html. Acesso em: 01 out. 2022.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 13ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2019.

BOFF, Clodovis. **Sinais dos Tempos:** princípios de leitura. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

BOGAZ, Antônio Sagado; HANSEN, João Henrique. Patrística. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Dir.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 724-729.

BRITTO, Rovilson Robbi. **Cibercultura: sob o olhar dos estudos culturais**. São Paulo: Paulinas, 2009.

CARMO, Solange Maria do. Discernimento e Sagrada Escritura. In: TRASFERETTI, José Antônio; ZACHARIAS, Ronaldo (orgs.). **Ética teológica e discernimento:** entre a razão e a educação solidária. São Paulo: Paulus, 2023.

CIPOLLINI, Pedro Carlos. **Por uma Igreja sinodal:** sinodalidade – tarefa de todos. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2022.

CASTILLO, J. **A Ética de Cristo**. São Paulo: Loyola, 2010.

COELHO, R. A. O problema das fake news durante o governo do Papa Francisco. **Revista Contemporâneo**, n. 22, 2020. ISSN: 2179-8079. (online). Disponível em: <https://revista.fajopa.com/index.php/contemporaneo/article/view/241/262>. Acesso em: 19 out. 2022.

COELHO, Mário Marcelo; ALMEIDA, A. L. B. Discernimento ético no magistério do Papa Francisco: uma reflexão teológica para o contexto atual. **Horizonte:** Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, Belo Horizonte, v. 19, n. 59, p. 833-851, mai./ago. 2021. ISSN: 2175-5841. DOI: 10.5752/P.2175-2021v19n59p833 (online). Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/26348/19636>. Acesso em: 06 out. 2022.

CELAM. **Documento de Aparecida:** texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 7 ed. Brasília: CNBB, 2008.

CNBB. **Bispos reforçam, em mensagem, o clamor para cessar o ensurdecido barulho dos tiros que ceifam vidas**. 2022a. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/cnbbnacional/posts/pfbid02JVLH8Nt8vPH7TX8pygQaEE49bcrr7dVr8K7Mu2Yg7kD7CAC1H7Ez3KzdoUKxD55tl>. Acesso em 02 out. 2022.

_____. **Curso on-line “Fake News, Religião e Política” vai formar uma rede de checadores católicos para combater a desinformação**. 2022b. Facebook. Disponível em: <https://www>.

facebook.com/cnbbnacional/posts/pfbid021pAkSnb97v4ATxz5wYDqWJiKejeYts95xDvnQs q6kb7n56qs8ociujuzHvQbJi6l. Acesso em 02 out. 2022.

_____. **Presidência da CNBB elabora protocolo para audiências com os candidatos às eleições 2022.** Disponível em : https://www.facebook.com/cnbbnacional/posts/pfbid0niq8NQH4KsH4kvdoveNw9KeEAJKwPzpdwTN3XsQ_7M8Z6Vtf7dPb6JpzGnYS7Y7JDl. Acesso em 02 out. 2022.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA. Educar ao humanismo solidário – Para construir uma “civilização do amor” 50 anos após a *Populorum Progressio*. Brasília, Edições CNBB, 2018.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Carta ao padre Charles Curran. 1986. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19860725_carlo-curran_po.html. Acesso em 24 fev. 2023.

_____. Notificação obre alguns escritos do R. P. Marciano Vidal, C.Ss. R. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20010515_vidal_po.html. Acesso em 24 fev. 2023.

CORAZZA, Helena; PUNTEL, Joana T. **Os papas da comunicação:** estudo sobre as mensagens do Dia Mundial das Comunicações. São Paulo: Paulinas, 2019.

CORRÊA, Raquel Folmer; GEREMIAS, Bethania Medeiros. Determinismo Tecnológico: elementos para debates em perspectiva educacional. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 18, ed. esp. 2013. ISSN: 1984-3526. DOI: 10.3895/rts.v9n18.2633 (*online*). Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2633/1750>. Acesso em: 02 out. 2022.

COZZOLI, M. Verdade e Veracidade. In: COMPAGNONI, Francisco; PIANA, Giannino; PRIVITERA, Salvatore (Dir.). **Dicionário de Teologia Moral**. Tradução Lourenço Costa, Isabel F. L. Ferreira, Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997. p. 1257-1269.

DELHAYE, Philippe. A contribuição do Vaticano II para a teologia moral. In: **CONCILIUM** (Revista Internacional de Teologia), 75, fasc. 5, 1972, p. 611-618.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e de moral**. Tradução José Marino e Johan Konings. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2007.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. Tradução Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio, 2022.

FERREIRA, R. R. “O Governo Bolsonaro e o Sínodo da Pan-amazônia”: Religião e Política separadas? Breve levantamento das críticas ao Sínodo da Pan-amazônia pelo Governo brasileiro. **Revista Encontros Teológicos**, v.35, n.1, 2020. ISSN: 2525-846X. DOI: 10.46525/ret.v35i1.1581 (*online*). Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/1581/1271>. Acesso em: 20 out. 2022.

FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social**. São Paulo: Paulus, 2020a.

_____. **Carta Encíclica Laudato Si’ sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Edições Loyola, 2015a.

_____. **Catequese sobre o discernimento 3: Os elementos do discernimento. A familiaridade com o Senhor.** 2022a. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2022/documents/20220928-udienza-generale.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

_____. **Constituição Apostólica *Veritatis Gaudium* sobre as universidades e as faculdades católicas.** 2017. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost-constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20171208_veritatis-gaudium.html. Acesso em: 13 mar. 2023.

_____. **Discurso aos professores e aos estudantes da Academia Afonsiana – Instituto Superior de Teologia.** 2019a. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2019/february/documents/papa-francesco_20190209_accademia-alfonsiana.html. Acesso em: 23 fev. 2023.

_____. **Discurso aos Membros da Comissão Teológica Internacional.** 2022b. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2022/november/documents/20221124-cti.html>. Acesso em: 23 fev. 2023.

_____. **Discurso no Encontro privado com os sacerdotes da companhia de Jesus.** 2018a. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco_20180116_cile-santiago-gesuiti.html. Acesso em: 21 out. 2022.

_____. **Exortação apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Exortação apostólica *Gaudete et Exsultate* sobre o chamado à santidade no mundo atual.** São Paulo: Paulus, 2018b.

_____. **Exortação apostólica pós-sinodal *Amoris Lætitia* sobre o amor na família.** São Paulo: Edições Loyola, 2016a.

_____. **Exortação apostólica pós-sinodal *Christus Vivit* para os jovens e para todo o povo de Deus.** São Paulo: Paulus, 2019b.

_____. **Homilia na Celebração Eucarística para a Abertura do Sínodo sobre a Sinodalidade.** 2021a. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2021/documents/20211010-omelia-sinodo-vescovi.html>. Acesso em: 01 jun. 2022.

_____. **Homilia na Santa Missa pelos 60º Aniversário do início do Concílio Ecumênico Vaticano II.** 2022c. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2022/documents/20221011-omelia-60concilio.html>. Acesso em: 24 fev. 2023.

_____. **Homilia na Santa Missa e bênção dos pálios para os novos arcebispos metropolitanos na solenidade dos santos apóstolos Pedro e Paulo.** 2022d. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2022/documents/20220629-omelia-pallio.html>. Acesso em: 25 fev. 2023.

_____. **Homilia no Consistório Ordinário Público para a Criação de Novos Cardeais.** 2016b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20161119_omelia-concistoro-nuovi-cardinali.html. Acesso em: 01 abr. 2022

_____. **Mensagem do Santo Padre para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais:** Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro. 2014. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em: 06 jan. 2022.

_____. **Mensagem do Santo Padre para o XLIX Dia Mundial das Comunicações Sociais:** Comunicar a família: ambiente privilegiado do encontro na gratuidade do amor. 2015b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20150123_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em: 10 mar. 2022.

_____. **Mensagem do Santo Padre para o LII Dia Mundial das Comunicações Sociais:** “A verdade vos tornará livres” (Jo 8,32). Fake News e jornalismo de paz. 2018c. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20180124_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em: 25 fev. 2022.

_____. **Mensagem do Santo Padre para o LIII Dia Mundial das Comunicações Sociais:** “Somos membros uns dos outros” (Ef 4,25): das comunidades de redes sociais à comunidade humana. 2019c. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20190124_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **Mensagem do Santo Padre para o LIV Dia Mundial das Comunicações Sociais:** ‘Para que possas contar e fixar na memória’ (Ex 10,2). A vida faz-se história. 2020b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20200124_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em: 27 jan. 2022.

_____. **Mensagem do Santo Padre para o LV Dia Mundial das Comunicações Sociais:** “Vem e verás” (Jo 1,46). Comunicar encontrando as pessoas onde estão e como são. 2021b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20210123_messaggio-comunicazioni-sociali.html. Acesso em: 28 jan. 2022.

_____. **Mensagem do Santo Padre para o LVI Dia Mundial das Comunicações Sociais:** Escutar com o ouvido do coração. 2022e. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/20220124-messaggio-comunicazioni-sociali.html>. Acesso em: 15 mai. 2022.

_____. **Por que sois tão medrosos? Ainda não tendes fé?** São Paulo: Paulinas, 2021c.

FRECHEIRAS, MARTA L. O. História da Teologia Moral: uma síntese a partir do Concílio de Trento. **ATeo**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 69, p. 96-114, jan./jul. 2022. ISSN: 1676-3742. DOI: 10.17771/PUCRio.ATeo.59517 (*online*). Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/59517/59517.PDF>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GIL ESPINOSA, Maria Isabel. Apresentação. In: TRASFERETTI, José Antônio; ZACHARIAS, Ronaldo (orgs.). **Ética teológica e discernimento:** entre a razão e a educação solidária. São Paulo: Paulus, 2023.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *Gaudium et Spes*. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Dir.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 395-400.

GUARESCHI, P. A. Fascínios e temores: desafios éticos às novas tecnologias midiáticas. **Fronteiras - Revista De Teologia Da Unicap**. V. 3, n. 1, p. 14–39, 2020. ISSN: 2595-3788. DOI: 10.25247/2595-3788.2020.v3n1.p14-39 (*online*). Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/1662/1438>. Acesso em: 01 out. 2022.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. A constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo de hoje. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **As Constituições do Vaticano II – ontem e hoje**. Brasília, Edições CNBB, 2015.

HAN, Byoung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Tradução Lucas Machado. Petrópolis: Vzes, 2018.

_____. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Tradução Gabriel S. Philipson. Petrópolis: Vozes, 2022.

HÄRING, Bernhard. **A Lei de Cristo: Teologia Moral para Sacerdotes e Leigos**. Vol. I: Teologia Moral Geral. Tradução Raimundo Moura. 2 ed. São Paulo: Editora Herder, 1964.

_____. **Livres e fiéis em Cristo: teologia moral para sacerdotes e leigos**. Volume 1. Tradução Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1979a.

_____. **Livres e fiéis em Cristo: teologia moral para sacerdotes e leigos**. Volume 2. Tradução Isabel Fontes Leal Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1979b.

HOEPERS, Ricardo. Discernimento e Magistério da Igreja. In: TRASFERETTI, José Antônio; ZACHARIAS, Ronaldo (orgs.). **Ética teológica e discernimento: entre a razão e a educação solidária**. São Paulo: Paulus, 2023.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INFOMONEY. **Metaverso: tudo sobre o mundo virtual que está chamando a atenção dos investidores**. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/metaverso/#:~:text=Metaverso%20%C3%A9%20uma%20esp%20de,Virtual%20Realidade%20Aumentada%20e%20hologramas>. Acesso em: 27 fev 2023.

JOÃO PAULO II. **Carta Apostólica O Rápido Desenvolvimento aos responsáveis pelas comunicações sociais**. 2005. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/2005/documents/hf_jp-ii_apl_20050124_il-rapido-sviluppo.html. Acesso em: 01 mar. 2023.

_____. **Carta Encíclica Veritatis Splendor sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja**. 1993. In: IGREJA CATÓLICA. Encíclicas de João Paulo II. Lourenço Costa (Org.). Tradução Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Carta Encíclica Redemptoris Missio sobre a alidade permanente do mandato missionário**. 1990. In: IGREJA CATÓLICA. Encíclicas de João Paulo II. Lourenço Costa (Org.). Tradução Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Exortação Apostólica Familiaris Consortio sobre a função da família cristã no mundo de hoje**. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/exortacoes/apostolicas/familiaris-consortio.html>.

ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html. Acesso em 28 mar. 2023.

JUNGES, José Roque. **Evento Cristo e Ação Humana**: Temas fundamentais da ética teológica. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010a.

_____. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Tradução Luiz Paulo Rouanet. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

_____. **O que é o virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010b.

LIBANIO, J. B.; MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia**: perfil, enfoques, tarefas. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

KEENAN, James F. **História da teologia moral católica no século XX**: da confissão dos pecados à libertação das consciências. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

MARCOCCI, Massimo. Afonso de Ligório. In: LACOSTE, Jean-Yves (Dir.). **Dicionário Crítico de Teologia**. Tradução Paulo Meneses [et al]. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola: Paulinas, 2004. p. 64-66.

MILBANK, John. Pós-modernidade. In: LACOSTE, Jean-Yves (Dir.). **Dicionário Crítico de Teologia**. Tradução Paulo Meneses [et al]. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola: Paulinas, 2004. p. 1412-1413.

MOSER, Antônio. **Teologia Moral**: a busca dos fundamentos e princípios para uma vida feliz. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOSER, Antônio; LEERS, Bernardino. **Teologia Moral**: impasses e alternativas. São Paulo: Vozes, 1987.

NEF ULLOA, B. A.; BARBOSA GUIMARÃES, A. A Cultura do Encontro: Palavras e Gestos em Francisco. **Franciscanum** v. 61, n. 172, p. 1-19, 2019. ISSN: 2665-3834. DOI: 10.21500/01201468.4463 (*online*). Disponível em: <https://revistas.usb.edu.co/index.php/Franciscanum/article/view/4463/3529>. Acesso em: 25 nov 2023.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **Bíblia e Moral**: Raízes Bíblicas do agir cristão. 2008. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_20080511_bibbia-e-morale_po.html. Acesso em: 01 abr. 2023.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. **Instrução pastoral *Communio et progressio* sobre os meios de comunicação social publicada por mandato do Concílio Ecumênico II do Vaticano**. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_23051971_communio_po.html#. Acesso em: 04 abr. 2023.

RAHNER, Karl. **Curso Fundamental da Fé**: introdução ao conceito de cristianismo. Tradução Alberto Costa. São Paulo: Paulus, 1989.

SANTA SÉ. **Concílio Ecumênico Vaticano II** – Documentos. Brasília: Edições CNBB, 2018.

SBARDELOTTO, Moisés. “**E o Verbo se fez bit**”: a comunicação e a experiência religiosas na Internet. Aparecida: Editora Santuário, 2012.

_____. **E o Verbo se fez Rede**. São Paulo: Paulinas, 2017.

_____. **Missa no metaverso**: qual a necessidade pastoral? 2022a. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/620774-missa-no-metaverso-qual-a-necessidade-pastoral>. Acesso em 10 out. 2022.

_____. Por um humanismo digital integral. In: GUIMARÃES, Joaquim Giovani Mol [et al.] (Org.). **O novo humanismo**: paradigmas civilizatórios para o século XXI a partir do Papa Francisco. São Paulo: Paulus, 2022b.

_____. “Vejam como não se amam!”: intolerância intracatólica e antievangelização em rede. **Vida Pastoral**, ano 62, n. 340. p. 24-31. 2021. ISSN: 0507-7184 (*online*). Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/edicao/vejam-como-nao-se-amam-intolerancia-intracatolica-e-antievangelizacao-em-rede/#>. Acesso em: 01 maio 2022.

_____. Virtualização da fé? Reflexões sobre a experiência religiosa em tempos de pandemia. In: **Annales FAJE**, Belo Horizonte, v.5, n. 4, p.98-110, dez. 2020. ISSN: 2526-0782 (*online*). Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/4664/4572>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SCAVO, Nello. **Fake Pope**: as falsas notícias sobre o Papa Francisco. Tradução de José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2018.

SCHMIDINGER, Helmut. Tübingen (Escolas de). In: LACOSTE, Jean-Yves (Dir.). **Dicionário Crítico de Teologia**. Tradução Paulo Meneses [et al]. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola: Paulinas, 2004. p. 1790-1794.

SEMERARO, Marcello. **O olho e a lâmpada**: o Discernimento no Amoris Laetitia. Brasília: Edições CNBB, 2018.

SESBOÜÉ, Bernard. **Introdução à teologia**: história e inteligência do dogma. Tradução Maurício Pagotto Marsola, D. Hugo C. da S. Cavalcante. São Paulo: Paulinas, 2020.

SILVEIRA, Guaracy Carlos da. **O pensamento de Pierre Lévy**: comunicação e tecnologia. Curitiba: Appris, 2019.

SPADARO, Antonio. **Ciberteologia**: pensar o cristianismo nos tempos de rede. Tradução Cacilda Rainho Ferrante. São Paulo: Paulinas, 2012.

SOUZA, Ney de; LANFRANCHI, Marcelo. O avanço do fundamentalismo católico nas redes sociais no Brasil. **Revista de Cultura Teológica**. Ano XXX, n. 102, p. 193-213. ISSN: 2317-4307. DOI: 8407 (*online*). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/58407/41673>. Acesso em 27 fev. 2023.

SUESS, Paulo. Sinais dos Tempos. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (Dir.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 895-901.

TAVARES, Anísio. Discernimento e Comunicação. In: TRASFERETTI, José Antônio; ZACHARIAS, Ronaldo (orgs.). **Ética teológica e discernimento**: entre a razão e a educação solidária. São Paulo: Paulus, 2023.

TERRA. **Fotos aumentam polêmica sobre vínculos do Papa com a ditadura**. 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/europa/renuncia-do-papa/fotos-aumentam-polemica-sobre-vinculos-do-papa-com-a-ditadura,36140424ec96d310VgnVCM3000009acceb0aRCRD.html>. Acesso: 17 out 2022.

TI INSIDE. **Rede Vida realiza primeira missa no metaverso**. Disponível em: <https://tiinside.com.br/22/07/2022/rede-vida-realiza-primeira-missa-no-metaverso/>. Acesso em: 27 fev 2023.

VIDAL, Marciano. **Moral de Atitudes**. Vol. 1: Moral Fundamental. Aparecida: Editora Santuário, 1978.

_____. **Nova Moral Fundamental**: o lugar teológico da Ética. Tradução Roque Frangiotti, Mário Gonçalves, Benôni Lemos. Aparecida: Editora Santuário; São Paulo: Paulinas, 2003.

VEREECKE, L. História da Teologia Moral. In: COMPAGNONI, Francisco; PIANA, Giannino; PRIVITERA, Salvatore (Dir.). **Dicionário de Teologia Moral**. Tradução Lourenço Costa, Isabel F. L. Ferreira, Honório Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997. p. 564-583.

ZANON, DARLEI. **Comunicar o Evangelho**: panorama histórico do magistério da Igreja sobre a comunicação. São Paulo: Paulus, 2021.